



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARCIA PRENDA TEIXEIRA

**A MULHER COMO LEITORA: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS /
DOURADOS - MS (1963-1973)**

**DOURADOS/MS
2011**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARCIA PRENDA TEIXEIRA

**A MULHER COMO LEITORA: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS /
DOURADOS - MS (1963-1973)**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do Grau de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade, Faculdade de Educação/ Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Magda C. Sarat Oliveira.

**DOURADOS-MS
2011**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

376.98171 Teixeira, Marcia Prenda.
T266m A mulher como leitora : memórias de professoras / Dourados – MS (1963 – 1973) / Marcia Prenda Teixeira. – Dourados, MS : UFGD, 2011.
154 f.

Orientadora: Profa. Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Mulheres – Dourados. 2. Mulheres – Acesso à leitura. 3. Professoras – História. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Teixeira, Márcia Prenda

A mulher como leitora: Memórias de professoras/ Dourados – MS (1963-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Magda C. Sarat Oliveira..

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Magda C. Sarat Oliveira – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados – FAED/UFGD

Assinatura: _____

Profa. Dra. Alexandra Santos Pinheiro – Titular da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados – FACALE /UFGD.

Assinatura: _____

Prof. Dr. Ademir Gebara – Titular da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados – FAED /UFGD

Assinatura: _____

*Para Marcelo, o homem da minha vida, que comigo construiu
uma família que é a razão do meu viver, por acreditar em mim e
incentivar a realizar meus projetos.*

Poema ao Oralista

*Empresta-me sua voz...
Dá-me pela palavra que é sua, o direito de ser eu;
Permita-me contar como foi, como vejo, ou pelo menos como vi.
Deixe-me dizer,
não como aquele que faz da saudade um projeto de vida
nem da memória um exercício.*

*Tenho uma história, minha, pequena mas única.
Pergunte-me o que quiser, mas deixe-me falar o que sinto
Dir-lhe-ei minha verdade, como quem talha o passado
flanando sobre dores e alegrias
Contar-lhe-ei o que preciso como alguém que anoitece depois
da aventura de auroras e tempestades,
como alguém que destila a emoção de ter estado.
Farei de meu relato mais que uma oração, um registro.
Oração e registro simples, de indivíduo na coletividade que nos une.*

*Empresta-me sua voz e letra para dizer que provei o sentido da luta,
para responder ao poeta que “sim”, que valeu a pena e que a alma é
enorme.*

*Empresta-me o que for preciso:
a voz, a letra e o livro
para dizer que experimentei a vida e que, apesar de tudo, também sou história.*

José Carlos Sebe Bom Meihy

AGRADECIMENTOS

Não temos como chegar ao final de uma longa jornada sem a ajuda e a cooperação de muitos. Esse é o momento de agradecer...

*Agradeço em primeiro lugar e acima de tudo a **Deus**. Por me dar a vida, e estar comigo nos momentos mais difíceis dessa trajetória, não permitindo que eu fraquejasse e me abençoando com mais uma vitória. Obrigada Senhor.*

*Àqueles que me educaram e tenho certeza, que de onde estão se sentem realizados com a minha conquista, **Vó Ciléia e Papai Nelson** (in memorian).*

*Ao meu marido e às minhas filhas, **Thamires e Marcela**, por caminharem junto comigo, me dando força, ajudando muitas vezes na realização do trabalho, por suportarem minha ausência e me fazerem chegar até aqui. Obrigada por existirem.*

*Ao meu filho **Antônio Pedro**, por me acompanhar ainda dentro do ventre em minhas aulas e suportar ainda tão pequeno, as minhas ausências. Obrigada.*

*À minha mãe **Virgínia** e à minha sogra **Véra**, por torcerem e rezarem por mim, por ajudarem à minha família nos meus momentos de ausência. Obrigada, que bom poder contar com vocês.*

*Aos meus cunhados **Letícia e Alexander**, pela torcida e o apoio para que eu alcançasse sonhos distantes. Obrigada.*

*À minha orientadora, **Magda**, por me fazer ver o caminho certo para minhas conquistas profissionais, por acreditar em mim sempre, e fazer com que eu prosseguisse, mesmo quando eu mesma não achava que chegaria até o fim, obrigada pela dedicação, paciência e incentivo.*

*À amiga **Larissa**, por me incentivar sempre e que mesmo sem tempo, nunca se negou a me auxiliar na elaboração do meu trabalho. Dando conselhos, incentivo e me oferecendo todo seu conhecimento, sempre me dizendo “você consegue!”. Obrigada pela dedicação e amizade.*

*Às professoras que cederam suas histórias de vida e memórias de leitura fazendo com que esse trabalho se tornasse uma realidade: **Sra. Joahny, Sra. Maria Nélia, Sra. Eneida, Sra. Erci e Sra. Neuza**, meu muito obrigada.*

*À amiga e irmã **Sueli**, com quem pude contar sempre nos momentos em que a vontade era desistir. Pelas suas orações e torcida pelo meu sucesso.*

*À professora **Alexandra**, pelo incentivo de sempre, o empréstimo de inúmeros livros e por me ajudar a pensar.*

*Aos professores do programa de mestrado: **Professor Reinaldo, Professora Magda, Professora Maria do Carmo, Professora Ana Paula, Professora Marilda, Professora Elisângela**, meu muito obrigada pela colaboração de cada um, que foi tão importante para a conclusão do curso e realização do trabalho.*

*Aos **amigos** da turma do mestrado, em especial às amigas **Juliana, Cindy, Núbea, Adriane, Paula**, pelo companheirismo e apoio, foi bom passar o que passamos, juntos.*

*À amiga **Cristina**, pelas conversas e apoio nas horas difíceis. Obrigada pela sua amizade.*

*À amiga **Simone**, pelas inúmeras vezes que disponibilizou seu gravador, instrumento essencial para a realização da pesquisa, muito **obrigada**.*

*À amiga **Hagrayzs**, por me dar seu apoio, disponibilizando seus materiais de leitura do mestrado, por me dizer sempre que eu conseguiria. Obrigada amiga.*

*Aos amigos **Rodnei e Widya**, pelo apoio de sempre, colaboração e torcida, obrigada.*

*Aos professores que analisaram meu trabalho na banca de qualificação: **Professor Ademir Gebara e Professora Alexandra Santos Pinheiro**, o meu agradecimento pelas contribuições sinceras que me ajudaram a elaborar e concluir este trabalho.*

*Aos **funcionários da FAED**, em especial a **Cláudia**, por tantas vezes nos auxiliar na solução dos problemas burocráticos.*

*À **Juliane**, que realizou a correção do trabalho. Obrigada pela paciência e por poder contar com sua dedicação.*

*À minha tia **Leila**, grande responsável pelo meu amor pela leitura, por me apresentar ao mundo dos livros e me incentivar a ler sempre.*

*E a todos que de uma forma ou de outra me incentivaram, torceram por mim e passaram pelo meu caminho nesses dois anos, dando-me apoio de alguma forma o meu **MUITO OBRIGADA!***

RESUMO

Esta pesquisa busca perceber através das memórias de leitura de cinco professoras que lecionaram entre os anos de 1963 a 1973 na Escola Municipal Joaquim Murtinho, o que estava disponível à mulher como leitura, bem como se haviam proibições relativas ao material escrito a que tinham acesso e o que as mesmas se interessavam em ler, para tentar entender suas práticas de leitura. Temos também a intenção de compreender os caminhos que esse material de leitura trilhou até a cidade de Dourados, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul. Para tanto, nos utilizaremos das técnicas transmitidas pela História Oral como principal fonte metodológica do trabalho. Analisaremos a leitura sob a perspectiva da história cultural, considerando a mesma como um bem cultural, procurando evidenciar o uso que o leitor faz da leitura, e não apenas considerando a recepção como uma ação direta das ideias passadas pelo texto. Acreditamos que mais do que pesquisar o que era oferecido à mulher como leitura, é preciso compreender os indivíduos, as relações familiares, as relações da sociedade em geral, pois, considerado como objeto cultural, o livro se apresenta com sentidos diferentes quando recebido por pessoas distintas, inseridas em diferentes realidades e épocas. Trabalhando nesta perspectiva, entrevistamos cinco professoras com idade entre 58 e 82 anos, que viveram num período distinto, trazendo para a pesquisa não apenas as suas memórias de leitura, mas também, suas memórias de infância, de juventude, dos tempos de magistério, enfim, suas memórias de vida. Temos a intenção de contribuir com esta pesquisa, para um melhor entendimento da história da mulher como leitora na cidade de Dourados, uma história que nos traz livros, revistas, leitoras, professoras, enfim, sujeitos não contemplados pela história oficial dessa cidade, embora tenham feito parte da mesma.

Palavras-chave: Memória – Memória de leitura – Educação – Mulheres leitoras.

ABSTRACT

This search intends to interrogate using five teachers' memories of reading, who taught between the 1963 and 1973 years in the Joaquim Murtinho Municipal School, what was offered to the woman to read, as well as if there were any prohibitions on the written material accessible and what do they get interested to read, trying to understand their reading practices. We also have the intention to understand the ways that this reading material walked to Dourados city, in the Mato Grosso do Sul state. To do this, we are going to make use of the techniques transmitted through Oral History as the main methodological source of this essay. The changes happened through the History have given rise to new trends in historiography, proposing new ways of questioning reality, and, as a consequence, the use of the memory in scientific searches has been more and more important, using the Oral History to rescue life histories. To the comprehension of the reading history and the practices that involves it, we are going to analyze the reading through the cultural history's perspective, considering it as cultural thing, seeking to show the use that the lector made of the reading, not only considering the reception as a direct action of the ideas that the text transmits. We believe that, more than just search what was offered to the woman as a reading, it is necessary to understand the individuals, the family relationships, the society relationships in general, because, considered as a cultural object the book shows different meanings when it is interpreted inside different communities, at different times. Working with this perspective, we interviewed five teachers between 58 and 82 years old, and theirs reports brought to this search not only their reading memories, but also their childhood memories, their adolescence memories, their mastership memories, in other words, their life memories. We have the intention to contribute, through this search, to a better understanding of the woman's history as a reader in Dourados city, a history that bring to us books, magazines, lectors, teachers, in other words, subjects not covered by the official history of this city, but that we are intending to say that made part of this history.

Key words: Memory – Reading memory – Education – Women as lectors

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Prédio da Escola Joaquim Murtinho na década de 70.....	28
Figura 2	Formatura da turma do magistério da Sra. Erci.....	61
Figura 3	Fotografia da Sra. Neuza que se encontra na parede da Escola Joaquim Murtinho, onde estão as fotos de todas as diretoras que passaram pela escola.....	68
Figura 4	Sra. Maria Nélia no dia de sua formatura no magistério.....	70
Figura 5	Sra. Joany no dia de sua formatura no magistério.....	72
Figura 6	Sra. Erci com outras professoras e a diretora da Escola Joaquim Murtinho no ano de 1970. Da esquerda para a direita a Sra. Erci é a sétima professora de pé.....	75
Figura 7	Capa do exemplar da Revista Grande Hotel do ano de 1977.....	83
Figura 8	Livro Jubiabá de autoria de Jorge Amado pertencente à Sra. Erci.....	88
Figura 9	Capa do exemplar do Anuário das Senhoras do ano 1949.....	91
Figura 10	Página do Anuário das Senhoras – propaganda de creme de beleza....	93
Figura 11	Fotografia de uma aluna tirada na sala de recursos multifuncionais durante a aula da Senhora. Erci.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – CAMINHOS METODOLÓGICOS E A LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	10
1.1 História e memória: dialogando com a História Oral.....	10
1.2 Conhecendo Dourados.....	20
1.3 A educação em Dourados.....	25
1.4 A Escola Municipal Joaquim Murtinho.....	27
1.5 As nossas professoras e como se tornaram sujeitos dessa pesquisa.....	30
CAPÍTULO II - A LEITURA: HISTÓRIA, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES.....	38
2.1 Um novo olhar: a leitura como prática cultural.....	38
2.2 A leitura: entre limites e censuras.....	45
2.3 A leitura feminina.....	52
2.4 A mulher no magistério: um breve histórico.....	57
CAPÍTULO III – AS MEMÓRIAS DAS PROFESSORAS.....	62
3.1 Infância e Formação.....	63
3.2 Formação da leitora: memórias de leitura.....	76
3.3 Memórias de sala de aula.....	95
3.4 O que elas lêem hoje?.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS.....	112
ANEXO A – Entrevistas.....	113
ANEXO B – Termos de Conhecimento Livre e Esclarecido.....	140
ANEXO C – Páginas do Anuário das Senhoras – ano 1949.....	145

INTRODUÇÃO

*“[...] a memória reconstrói lembranças de lugares,
de pessoas e de práticas sociais como um velho
álbum de família, cujos retratos permitem
reconstituir o ontem, o antes de ontem e o antes de
antes de ontem”
(LACERDA, 2003, p. 27).*

Acreditando nas palavras de Lílían Lacerda, esta pesquisa busca interrogar, através das memórias de leitura de cinco professoras que lecionaram na Escola Joaquim Murtinho, entre os anos de 1963 a 1973, o que se encontrava disponível à mulher como leitura, bem como se havia proibições com relação ao material escrito a que tinham acesso, o que elas se interessavam em ler, enfim, entender suas práticas de leitura ou suas possibilidades de leitura. Ademais, visa descobrir os caminhos que tais livros ou materiais escritos trilharam até a cidade de Dourados, onde se localiza a referida escola.

O interesse em pesquisar o tema leitura surgiu durante o trabalho de conclusão de curso da pesquisadora, realizado na graduação em Pedagogia, quando foi realizada uma pesquisa que buscava compreender a relação que as crianças têm com os contos de fadas. Para tanto, foram realizadas observações e entrevistas, durante um ano, com uma turma de crianças de 5 anos, da qual a pesquisadora era a professora. Nesse período, o trabalho com entrevistas enriqueceu a pesquisa, e os resultados obtidos por meio das falas das crianças trouxeram detalhes e conclusões que nos chamaram a atenção para o uso da entrevista como metodologia de pesquisa.

Tal pesquisa teve como interesse a leitura, que há muito era algo importante na vida da pesquisadora. De quem o primeiro contato com a leitura ocorreu na forma de gibis trazidos por uma tia, e logo depois sob a forma de livros de romance, trazidos pela mesma. Essas leituras faziam com que a mente viajasse, conseguisse conhecer realidades e lugares distantes e diversos.

Ao pensarmos a proposta de pesquisa para o mestrado em Educação, já tínhamos em mente realizar também um trabalho ligado à leitura e com entrevistas, ou melhor, com relatos orais, e a ideia inicial era a pesquisa com professoras de duas escolas do município de Dourados, que lecionaram entre as décadas de 50 e 80, para chegarmos à história de leitura da

cidade. Mas, ao iniciarmos a caminhada como pesquisadores precisamos estar abertos a modificações, e após as conversas iniciais com a orientadora, ficou decidido que a pesquisa seria realizada apenas em uma escola do município: a escola municipal Joaquim Murtinho, e o tempo delimitado entre os anos de 1963 a 1973.

A escola Joaquim Murtinho foi escolhida para fazer parte da pesquisa por ser uma das escolas mais antigas do município e também a primeira escola pública do mesmo. Sendo assim, por ter sido fundada em um período no qual a cidade estava em formação, as professoras que nela lecionaram participaram e viveram esse processo, podendo assim trazer à pesquisa respostas e dados que dizem respeito a um tempo remoto.

Após o exame de qualificação, como esperado, a pesquisa passou por outras modificações, direcionando-se em pesquisar as memórias de leitura das professoras da Escola Joaquim Murtinho nos anos de 1963 a 1973. Para isso, nos utilizamos da metodologia da História Oral.

Com as mudanças ocorridas na História, o uso da memória nas pesquisas científicas tem sido cada vez mais importante, valendo-se da História Oral como base metodológica para resgatarem histórias de vida. Assim, entendemos a História Oral como a melhor possibilidade para direcionar os caminhos metodológicos desta pesquisa por nos permitir chegar até o indivíduo comum e trazê-lo para a mesma como sujeito histórico. Concordamos, assim, com as palavras de Freitas quando ressalta que “[...] essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois amplifica vozes que não se fariam ouvir [...]” (2002, p. 50).

Segundo Freitas, “[...] a História Oral tem por suporte as lembranças, evidenciando uma memória coletiva [...]” (2002, p. 52). E nesse sentido contamos com o apoio das teorias de Halbwachs (1990) com relação à memória coletiva. Para o autor, quando o indivíduo se coloca como membro de um grupo, ele colabora para que as lembranças desse grupo sejam guardadas, relacionando a memória com a vida de cada grupo em particular.

O trabalho com a história oral torna-se muito oportuno à medida que auxiliará na compreensão dos dados recolhidos nas entrevistas feitas às professoras. A possibilidade de se trabalhar com relatos a respeito das memórias das pessoas torna-se uma rica e interessante alternativa que pode auxiliar na construção e compreensão de fontes documentais. Considerando a importância das lembranças na constituição da história de vida de cada um, e a história de vida como possibilidade de entender um momento histórico, os relatos de vida

dessas professoras ajudarão a elucidar como se davam as práticas de leitura realizada pela mulher no período delimitado.

Várias têm sido as pesquisas em direção à leitura e às suas práticas nas mais variadas comunidades e nos mais diferentes tempos. E para a compreensão da história da leitura e das práticas que a permeiam, contamos com as teorias de Chartier (1990); Abreu (2003); Bourdieu (2001); Chartier (1990, 1994, 1996, 1999); Certeau (1994); entre outros.

Chartier (1990) enfatiza que nos anos de 1950 e 1960, os historiadores buscavam uma forma de saber controlado, apoiados sobre técnicas de investigação, conceitos teóricos, medidas estatísticas e outros. Acreditavam que o saber relativo à história era superior ao da narrativa, por acharem que o mundo da narrativa era o mundo da ficção, do imaginário, da fábula. Contudo, as novas tendências da historiografia propõem uma nova forma de interrogar a realidade tomando como base temas do domínio da cultura, enfatizando o papel das representações. Sendo assim, os processos que se estabelecem a partir da História Cultural nos permitem estabelecer uma relação entre a história dos textos, dos livros e da leitura.

Para chegarmos à compreensão das práticas de leitura e dos materiais que essas professoras tinham acesso numa cidade de interior, como Dourados, precisamos antes compreender que caminhos os livros trilharam em nosso país no decorrer da história.

A história da leitura nos mostra que o acesso aos materiais escritos aconteceu de forma lenta e seletiva. No Brasil, assim como na Europa, a chegada dos livros veio acompanhada por um processo de censura e proibição.

É no século XIX que o Brasil inicia a impressão de livros, com a implantação da Imprensa Régia. Antes disso, a Coroa portuguesa havia impedido a impressão no Brasil. Mesmo com a implantação da imprensa no Brasil, o contato com os livros era fortemente controlado por organismos de censura (ABREU, 2003). Sendo assim, não só nas escolas, mas de uma maneira geral, eram raros os objetos destinados à leitura, consequentemente os leitores e leitoras também eram poucos.

Com a Proclamação da República (1889), instaurou-se no país um novo modo de pensar, fazendo com que, através de um acesso massificado às escolas, se criassem expectativas em relação ao poder que as mesmas teriam em transformar a vida das pessoas. Assim, a educação passa a ser vista como algo capaz de melhorar, inclusive, o desenvolvimento econômico de um país. Dessa forma, com o surgimento de escolas, surge também uma maior quantidade de livros.

Elias (1994) nos mostra que, conforme as necessidades dos indivíduos vão se transformando, mudam também as estruturas sociais. Entretanto, toda e qualquer mudança, ocorrida na sociedade, acontece de maneira processual e lenta. Mas precisamos perceber que tal processo não é planejado pelos indivíduos, mas que os mesmos vivenciam conforme estabelecem redes de relações sociais, caracterizadas pelo poder exercido de um sobre o outro.

Acreditamos que muito mais do que pesquisar o que era oferecido à mulher como leitura, ou mais ainda, o que lhe era permitido ler, é preciso que se busque compreender os indivíduos, as relações familiares, as relações em sociedade no geral, pois, considerado como objeto cultural, o livro ganha formas e sentidos diferentes quando interpretado no interior de distintas comunidades de leitores, em tempos e lugares diferenciados.

Para entendermos como a mulher foi ocupando seu lugar como leitora, necessitamos compreender também como ela conquistou o seu lugar dentro da sala de aula, no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, levando em conta a questão de gênero, visto que a dominação do sexo masculino sobre o feminino se fazia tanto pela família, pela igreja quanto pela escola (LOURO, 2002).

Percebemos aqui, novamente, as relações de poder acontecendo, e voltamos às palavras de Elias quando afirma que “[...] o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age” (ELIAS, 1994, p. 49). Interrogamo-nos então a respeito da extensão do poder que a mulher teria nesse período, numa sociedade em que a dominação do sexo masculino era evidente.

Nesse cenário, a escola vem como instrumento essencial nesses jogos de poder, ajudando a afirmar papéis dentro da sociedade.

A expansão da escolarização e a “[...] extensão social das formas de comportamento civilizado constituíram um aprofundamento do controle das normas de conduta [...]”, fato esse que está diretamente ligado ao surgimento de novas maneiras de socialização, que encontram base na escolarização (VEIGA, 2002, p.99).

Podemos dizer que a escola foi fundamental para as mudanças dos processos sociais, que atingiram diretamente as relações de gênero, etnia, classe social, entre outras. A escola se preocupa em estabelecer uma cultura masculina dentro das relações sociais e também individuais, com a intenção de deixar bem definidos os papéis dentro do núcleo familiar.

A mulher brasileira se encontrava numa realidade em que a leitura, de uma maneira geral, não fazia parte. É importante lembrar que, no século XIX, as taxas de analfabetismo no Brasil eram altas, não somente relativas ao sexo feminino, mas de uma forma geral com relação à população. Vale ressaltar que, neste período, o número de escola era reduzido e a escolarização se dava normalmente nas próprias fazendas.

Os discursos da época apontavam que o casamento e a maternidade seriam o caminho natural à mulher, sendo assim havia muita resistência em permitir que a mesma trabalhasse fora de casa. Por isso, os pais que permitiam que a filha estudasse mais, direcionavam sua formação para o magistério.

Acreditamos ser relevante uma discussão acerca da inserção da mulher no magistério, haja vista que as entrevistadas que são os sujeitos da nossa pesquisa, além de serem professoras, são todas do sexo feminino.

A mulher tornou-se presença dominante no magistério. Atitude que resolveria vários problemas ao mesmo tempo: justificaria o motivo de educá-la; preencheria a mão-de-obra escassa do magistério; desobrigaria o estado de melhorar os salários dos professores, já que, naquele período, a mulher não precisaria ganhar mais que o homem.

Na opinião das pessoas, que viviam neste período, a mulher era vista como frágil e desprotegida, sendo toda e qualquer atividade fora do espaço do lar vista como arriscada. Ainda que necessário à sobrevivência “[...] o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos [...]” (LOURO, 2002, p. 453).

Com relação à leitura, nos primeiros anos do século XIX, à mulher era permitido o acesso aos livros de orações, e também aos livros de romance. Sempre com a preocupação de não tirar seu foco de atenção à família e a casa.

A literatura sofre alterações em virtude da emergência simultânea do público feminino, visto que este se tornou leitor em potencial, já que na sua grande maioria as mulheres ficavam em casa, e realizavam poucas atividades públicas, aumentando com isso a quantidade de obras “[...] em prosa, de consumo mais fácil que os textos em verso, sobretudo os de tendência épica [...], aparecem gêneros originais, de trama prolongada e atraente como o romance e o folhetim [...]” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1993, p. 237).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o público leitor feminino ganhava lugar, o período de transição entre o século XIX para o século XX caracterizou-se também pela

interdição do mundo da escrita a elas (CHARTIER, 1994, p. 24). Segundo o autor, o impedimento do acesso ao mundo da escrita às mulheres pode ser analisado a partir da tradição cultural ocidental, que autorizava o acesso à leitura, visto que esta transmitiria aos leitores noções de ordem, disciplina e coerção, mas lhes negava a possibilidade da escrita, pois a mesma representaria o espaço da liberdade, uma vez que instituindo a comunicação e a troca de ideias, abriria possibilidades de contestação e fuga à “[...] ordem patriarcal, matrimonial ou familiar” (*idem*, 1994, p. 24).

Podemos dizer que à mulher foi sendo dada, gradativamente, a liberdade de ler mais materiais escritos, mas, por outro lado, o acesso a esses mesmos materiais era rigidamente controlado pela família, pela escola e pela igreja. Sendo assim, toda e qualquer leitura direcionada ao público feminino tinha a intenção de lembrá-lo, ainda que sutilmente, dos seus afazeres domésticos e obrigações relacionadas à sua posição de mãe e esposa.

Vemos então o poder que o livro representa auxiliando na regulação de comportamentos, que Elias (1994) traz quando afirma que a civilidade é o resultado do processo civilizador pela qual teria sido estruturada uma rede de censuras que foi transformando lentamente os comportamentos, as emoções individuais e também a vida coletiva.

A leitura então veio colaborar na internalização das leis sociais, conduzindo e modulando pensamentos e atos dos leitores, no nosso caso, das leitoras.

Ainda a respeito do poder que o livro representa, Leão (2007, p. 61) nos afirma que “[...] os livros são objetos preciosos no largo movimento de formação e interiorização da experiência do mundo, e a leitura é atividade bastante eficaz para assimilação”. Podemos afirmar que, ao ler, o leitor toma conhecimento e forma saberes e consciências antes não percebidas, assimilando novos olhares sobre o mundo. E com base no que foi dito até agora, percebemos que a sociedade com estruturas bem definidas não via necessidade numa instrução mais aprofundada da mulher, muito menos, em que a ela fossem abertos outros olhares para o mundo.

A história tem ampliado seus horizontes de pesquisa, propondo novas e variadas fontes a serem trabalhados pela historiografia, possibilitando assim a exploração de documentação antes ignorada, tais como: relatórios de professores, provas de alunos, orientações didáticas elaboradas pelos órgãos de ensino, dentre outros.

Baseados nisso, realizamos visitas à Escola Joaquim Murtinho, onde foram observados os documentos disponíveis a respeito dos seus registros de aulas, ou registros de livros, fossem eles didáticos ou não, utilizados pelas professoras no período, e também a biblioteca escolar e seus registros foram pesquisados.

Infelizmente não foram encontrados registros procurados do período proposto, os únicos documentos que datam do período são os livros-ponto assinados pelas professoras, dos quais pude retirar os nomes das professoras que interessavam à minha pesquisa, ou seja, as que trabalharam na escola nos anos de 1963 a 1973. Fomos informados de que os documentos foram descartados, mais exatamente, incinerados pelos órgãos responsáveis, como ocorrem todos os anos com os arquivos escolares e de repartições públicas do município.

Fato esse nos chama a atenção para as condições de conservação com relação aos documentos históricos de uma maneira geral. Posto que, considerando que os documentos são peças essenciais nas pesquisas históricas e devem ser reconhecidos e conservados como lugares de memória, que proporcionam diferentes interpretações sobre o passado e o presente (VIDAL, 2005).

Sendo assim, por guardarem as memórias, os documentos, que ajudam a montar o quadro histórico desta ou daquela instituição seja ela escolar ou não, são “lugares [que] necessitam de tratamento adequado [...] situados dentro de um processo técnico, no campo da arquivística, que exige, dessa forma o diálogo entre historiadores e arquivistas” (GONÇALVES, 2006, p. 5).

A falta de documentação também nos prejudicou no momento de procurar as professoras para as entrevistas, visto que na escola em questão não havia endereços ou telefones que pudessem nos apontar o caminho que chegaria até elas. Com a ajuda da atual diretora, conseguimos a primeira entrevistada, que indicou a segunda e, assim, com a colaboração das próprias professoras chegamos até as cinco entrevistadas: Sra. Joany, Sra. Eneida, Sra. Erci, Sra. Maria Nélia e Sra. Neuza. Através da investigação dos detalhes, como afirma Ginzburg (1989. p. 144, 149, 150), onde “[...] é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis [...] as pistas, os sintomas, os indícios, [...] centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais considerados relevantes”, buscamos as pistas que proporcionaram a aproximação com as fontes de pesquisa, no caso as professoras e suas memórias.

Nesse sentido, com a falta de documentação pertencente ao arquivo da escola, utilizamo-nos principalmente da metodologia da História Oral. Vale ressaltar que a opção

pela História Oral não se deu pela falta de documentação encontrada nos arquivos da escola, mas, com a falta da mesma, sublinhamos que a memória das professoras do período será a fonte documental utilizada.

Sobre a relação entre o entrevistador e o entrevistado, Bosi nos diz que “entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido” (BOSI, 1999, p. 90). Assim, no momento da entrevista, criamos um vínculo com o entrevistado, pois ambos estão ligados por um interesse comum.

Trabalhando nesta perspectiva, nos aproximamos das professoras e evidenciamos que suas idades variam entre 58 e 82 anos e que todas tiveram experiência de trabalho em escolas públicas de ensino fundamental, e parte de seu tempo de trabalho foi realizado na Escola Municipal Joaquim Murtinho. As coletas dos depoimentos orais foram realizadas com a ajuda do gravador, com a intenção de preservar a integridade dos relatos, e seguiram um roteiro de entrevistas previamente estruturado. Logo após, as entrevistas foram transcritas e entregues às professoras para avaliação, para que pudessem permitir a divulgação do conteúdo.

Referente às suas experiências de leitura, vários fatos vêm à tona na memória e são expressos na fala das entrevistadas, tais como as lembranças de familiares, de pessoas que conviveram com elas na infância, de amigos que estudaram juntos na adolescência. Percebemos uma mistura de sentimentos aflorando com essas lembranças, e estas manifestam empolgação pelo fato de, surpreendentemente, pessoas estranhas se preocuparem com seu passado, com suas experiências de vida, e mais ainda, sentirem que essas suas memórias de vida serão objeto de estudo e de pesquisa, podendo ser “lidas” e “interpretadas” por outras pessoas que vivem em momentos e contextos tão diversos aos seus.

De maneira que compreendemos, como ensina Ecléa Bosi (2004, p. 55), ao escrever sobre as lembranças dos velhos: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado [...]”.

Com vistas a demonstrar esse processo, o presente trabalho estará organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Caminhos metodológicos e a localização da pesquisa”, apresentaremos a metodologia utilizada na pesquisa, tendo como principal enfoque a História Oral. Trará também um breve histórico da cidade de Dourados e da escola na qual nossas entrevistadas trabalharam, e os sujeitos da nossa pesquisa: as professoras.

No segundo capítulo, intitulado “A leitura: história, práticas e representações”, teceremos considerações acerca da leitura, sob a perspectiva da história cultural, em que a

mesma é considerada um bem cultural. Buscando, assim, evidenciar o uso que o leitor faz da leitura, não considerando o ato de ler apenas como uma ação de recepção das ações diretas passadas pelo texto. Teceremos ainda informações acerca da leitura feminina e da inserção da mulher no magistério.

O terceiro capítulo, que recebeu o título de “Memórias de professoras...”, expõe as vozes das nossas entrevistadas, que nos revelam suas memórias de infância, de adolescência, da vida cultural de Dourados, do magistério, enfim suas memórias de vida que chegaram até esta pesquisa porque acompanharam suas memórias de leitura.

Por fim, teceremos nossas conclusões a respeito da pesquisa realizada, e dos resultados alcançados com a mesma.

Temos a intenção de contribuir com este trabalho para um melhor entendimento da história da mulher como leitora no município de Dourados, uma história que nos traz livros, revistas, memórias, leitores, leitoras, professoras, enfim sujeitos não contemplados pela história oficial dessa cidade, mas que pretendemos dizer que fizeram parte dessa história.

CAPÍTULO I

CAMINHOS DA PESQUISA

“[...] o passado não deve ser estudado como um objeto morto, como uma ruína, nem como uma autoridade, mas como uma experiência. Uma experiência aprendida e consolidada. Por mais arrogante que seja o presente, nele se inserem forças do passado, sem cujo conhecimento a compreensão do presente é incompleta”

(José Honório Rodrigues, 1980)

Cada vez que nos aproximamos do passado, este ganha novas cores, sentidos e novos moldes, e isto se deve ao fato de que a memória não é estática, mas sim uma produção marcada pela instabilidade e seletividade dos acontecimentos.

Para tentar alcançar este passado, temos como principal metodologia de pesquisa a História Oral, e acreditamos serem necessárias algumas considerações acerca dos motivos dessa escolha, como também dos detalhes e fases que se fazem necessários para trabalhar com a metodologia escolhida. Além disso, é importante localizarmos a cidade de Dourados onde aconteceu a pesquisa, falar sobre as entrevistadas que são os sujeitos da mesma e realizar um breve histórico sobre a escola em que elas trabalharam.

História e memória: dialogando com a História Oral

Ao longo da trajetória da humanidade, a História foi adquirindo conceituações e significados diversos. Podemos dizer que ela é uma ciência que carrega consigo as marcas do

tempo e, sendo assim, se liga diretamente às características da fase na qual o conhecimento histórico foi ou é produzido (DELGADO, 2006).

Durante muito tempo, apenas o *documento* ou, melhor dizendo, a fonte escrita foi considerado fonte de pesquisa para os historiadores (LE GOFF, 1996). Mas pondo em questão que nem tudo está escrito, surge a Nova História Cultural e abre um leque de possibilidades para a historiografia, levando pesquisadores e historiadores a pensar, pesquisar e escrever a história sob uma nova perspectiva. Em busca da quebra dos paradigmas positivistas e tradicionais, o foco se volta a uma história interessada nos anônimos, no seu modo de ver, pensar e sentir, resgatando a importância das experiências individuais. Suscitando desde então, novos temas, novas abordagens, novas metodologias.

No centro “[...] dessas transformações, tem-se reproduzido a ideia de que a interdisciplinaridade e o diálogo profícuo com outras áreas de conhecimento são vitais para que a História possa melhor captar o acontecido em sua dimensão simultaneamente global e pluralista, transformando-a assim, em conhecimento histórico” (DELGADO, 2006, p. 66).

Estas grandes mudanças historiográficas suscitadas pelos teóricos da Escola dos Annales¹ incentivaram diferentes maneiras de escrever e estudar a história, trazendo no contexto dessas mudanças o desenvolvimento da História Oral.

A História Oral nasce por volta de 1948 com a intenção de gravar depoimentos para uso de historiadores no futuro, mas no final dos anos de 1960 é utilizada com o objetivo de reconstruir a cultura popular e dar oportunidade aos iletrados, aos vencidos, às mulheres, aos negros, enfim àqueles que viviam à margem, longe de serem ouvidos e inseridos como participantes históricos.

Hoje, com as mudanças ocorridas na história e as constantes transformações da sociedade, tem-se tornado cada vez mais importante o uso da memória e da história nas pesquisas científicas. Muitos são os trabalhos acadêmicos² que se utilizam da História Oral para resgatarem histórias de vida, que se valem da memória como base de suas pesquisas. Nessa pesquisa, nos valemos da História Oral para retomar as memórias de leitura de

¹ Por volta dos anos de 1920, o grupo de historiadores liderados por Marc Bloch e Lucien Febvre, dentre outros, foi chamado de *Escola dos Annales*, tal grupo “[...] se constituiu, antes de tudo, como um movimento [...], um conjunto de estratégias voltadas para combater o tipo de história que se fazia na França e que dominava a universidade no início da atual século [...]. Febvre e Bloch combatiam, pois, uma história somente preocupada com os fatos singulares, sobretudo, com o de natureza política, diplomática e militar [...], uma história que se furtava ao diálogo com as demais ciências humanas (VAINFAS, 1997, p. 130).

² Dentre os quais podemos citar: Goulart (2009); Guimarães (2006); Moura (1994); Oliveira (1999); Sarat (2004); Silva (2005) dentre outros.

professoras que lecionaram durante o período compreendido entre os anos de 1963 e 1973, na Escola Municipal Joaquim Murtinho em Dourados.

A História Oral está focada nos “[...] sujeitos, nos indivíduos, nas suas narrativas do vivido, da experiência e da história. Ela busca suas reminiscências, suas lembranças e também seu esquecimento [...]”, por esse motivo é que a História Oral faz da memória sua principal ferramenta de trabalho, procurando chegar ao que está ausente ou esquecido, não se satisfazendo com informações prontas e ultrapassando os textos que até pouco tempo eram, somente eles, ditos “oficiais” (TEIXEIRA e PRAXEDES, 2006, p. 158).

É preciso perceber que “[...] a maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico” (FREITAS, 2002, p. 50). Mas vale ressaltar que este mesmo indivíduo se encontra dentro de um espaço maior, o espaço social, e que sua memória se liga diretamente a este meio social em que ele se encontra inserido.

Entendemos a memória não apenas como um fenômeno individual, mas também coletivo e, por conseguinte, social. A história cultural veio fazer a ponte entre o sujeito coletivo e o individual, e assim fazer a ligação com os sujeitos até então inexistentes, como as crianças, os loucos, os presidiários, os pobres, as mulheres, enfim, sujeitos que até então não eram apreciados como sujeitos históricos, e que foram considerados a partir de então. Fato esse que exigiu uma nova perspectiva de pesquisa histórica, na qual a História Oral se enquadra.

Foi pensando nisso, nessa possibilidade que a História Oral nos proporciona de aproximação com os sujeitos até então inexistentes para história, que a elegemos como principal opção metodológica para a pesquisa. Trazendo à tona as memórias de leitura das professoras para que ajudem a contar a história da cidade de Dourados nos mostrando suas memórias de vida e de leitura, que fazem parte desta história.

Ao utilizar a História Oral como principal metodologia do trabalho, é preciso apontar a memória como base da mesma. Sendo assim, nos valem dos estudos de Bosi (1994), Halbwachs (1990), Le Goff (1996). Para auxiliar na compreensão do trabalho com História Oral, utilizamo-nos das teorias de Freitas (2002), Félix (1998), Meihy (1996).

Para Le Goff (1996, p. 477), a memória é “[...] onde nasce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Entendemos que o povo que não tem em suas mãos a sua memória e sua consciência histórica

é mais facilmente levado a pensar segundo interesses de outros, e tem seu presente e seu futuro fora de seu controle (FÉLIX, 1998). Torna-se importante ao indivíduo enquanto cidadão histórico manter a identidade do grupo a que pertence através da sua memória, que é o que dá essência e existência a esse grupo.

Maurice Halbwachs (1990, p. 72) afirma que a memória individual não se forma por si só. Em sua opinião, “[...] ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade”. Para o autor, as relações existentes entre a memória e o indivíduo fazem parte de um ponto de vista da memória coletiva, ponto de vista esse que se modifica de acordo com o lugar social que este indivíduo ocupa.

A memória do indivíduo “depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Sob essa perspectiva, lembrar se torna uma ação coletiva, pois a memória somente se sustenta no interior de um grupo.

As professoras entrevistadas fizeram parte de um mesmo grupo de convívio, dentro da sua profissão e dentro da escola que trabalharam, e são as lembranças que elas trazem desse convívio em grupo que também compuseram as memórias de leitura compartilhadas na pesquisa. Cada uma dessas professoras, antes de fazer parte desses grupos de convívio, faz parte de um grupo de convívio familiar, social. Para lembrarem seu próprio passado, remexerem suas memórias, precisaram se colocar dentro de cada um desses grupos, para aos poucos conseguirem montar o quebra-cabeça das suas experiências vividas.

As lembranças são o resultado de interrogações das ações de outras pessoas que compõem nossa vida. Muito do que lembramos se mistura com as lembranças contadas por outras pessoas que vivenciaram uma parte do mesmo passado. Ao relembarmos, refazemos, reconstruímos nosso passado com as ideias que possuímos hoje, o que promoverá uma maneira diferente na representação desse passado (BOSI, 1994).

Nesse sentido, a reconstrução do passado dependerá diretamente da sua integração com o grupo social que compartilha suas lembranças e experiências. Com base nos estudos de Halbwachs e Bosi, podemos dizer que é de suma importância existir entre o indivíduo e o grupo uma identidade, para que se evidencie uma memória coletiva. Assim, a medida do quanto o indivíduo se considera pertencente a um determinado grupo, e do quanto se liga a esse grupo por laços afetivos, é o que mantêm vivas as lembranças em comum e, por

consequente, é o que cria uma memória social, o que traz como consequência que o isolamento ou a falta de contato com o grupo resulte na perda do passado.

Esse fato é confirmado por Félix (1998, p. 42), quando diz que “a memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. É este que permite a *reconstrução de memórias*, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo”.

A memória é feita de lembranças que são “[...] constituídas nas relações sociais, são mantidas nos diversos grupos de referência e também nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religiosidade, ancoradas no vivido, na experiência histórica” (FÉLIX, 1998, p. 42). Tais lembranças, sendo elas boas ou ruins, estão guardadas em nossa memória, e podem a qualquer momento vir à tona. Um dos maiores desafios da História Oral é fazer com que as lembranças permaneçam vivas, podendo ser instrumento que estimulem o diálogo do presente com o passado.

Durante as entrevistas, acreditamos ter sido de grande importância perguntar às professoras sobre detalhes de suas vidas pessoais, o que as ajudaram a relembrar seu passado, como, por exemplo, pedir que comentassem sobre sua infância, o lugar onde estudaram, com que condição financeira adquiriam livros ou revistas, enfim, informações que colaborassem para situar e entender melhor a vida de cada uma.

Pensando em como as lembranças são essenciais para se estabelecer um diálogo com o passado, é importante pontuar a respeito da seletividade de tais lembranças, ou melhor, o que chamamos de “memória seletiva”.

A memória seletiva se define como o que convém ao indivíduo memorizar, o que a ele será importante lembrar futuramente. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva também classifica, pois um indivíduo, ao se colocar como membro de um grupo, colabora para que as lembranças que esse grupo selecionou sejam guardadas, sendo assim a memória se relaciona com a vida de cada grupo em particular.

Halbwachs afirma que

[...] a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomando parte em seu conjunto (1990, p. 51).

O registro das memórias das professoras permitiu uma compreensão da maneira de ser do indivíduo e do contexto social em que se inseriram suas memórias de leitura, mostrando

também como livros, revistas, chegaram às suas mãos, não se preocupando como os fatos ocorreram verdadeiramente, mas com a maneira como esses sujeitos reconstruíram suas experiências passadas.

É dessa memória que o indivíduo colherá dados para fornecer ao pesquisador, no caso da História Oral, na forma de entrevistas ou depoimentos. Alguns historiadores consideram os depoimentos orais como fontes subjetivas, pois dependem da memória individual, que pode ter falhas, e se valem desta observação para tentar desmerecer o uso científico da História Oral (FREITAS, 2002). Notamos ser preciso que, em se tratando de História Oral, a seletividade dos fatos relatados é muito relevante e tem um significado particular para cada indivíduo.

Segundo Portelli,

[...] a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa, não tanto nas suas habilidades de preservar o passado quanto nas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. As fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez (1995 p.6-8).

O indivíduo que relata os fatos, também podendo ser chamado de entrevistado, não omitirá fatos quando refizer seu passado, mas este passado se apresentará a ele em conjunto com outras memórias e vivências que fizeram parte da sua vida desde então, o que leva esse mesmo passado a se mostrar a ele com novos olhares que foram propiciados por sua história de vida.

Os historiadores, que têm a intenção de desmerecer a veracidade dos relatos orais, pautam-se, muitas vezes, no argumento de que os documentos escritos não podem ser modificados ou conduzidos. Nesse sentido, é importante ressaltar que os documentos escritos também podem ter sua análise conduzida, pois o mesmo documento pode ser visto e analisado de outra forma num período diferente. Como explica Freitas (2002, p. 69), a noção de que o documento escrito “[...] possui um valor hierárquico superior a outros tipos de fontes vem sendo sistematicamente contestada, em um século marcado sem precedentes nas tecnologias de comunicação”.

Não temos aqui a intenção de desmerecer o uso dos documentos escritos, mas sim pontuar a favor de que ambos, relatos orais e documentos escritos, caminhem juntos na

pesquisa histórica, um complementando o outro. As palavras da autora Vidal sinalizam com propriedade a importância que ambos representam para a história:

Tanto os documentos escritos como os orais são ‘monumentos’, são documentos históricos, criados por determinações objetivas e subjetivas que nos fogem à detecção. O importante, portanto, é usá-los como documentos históricos, ou seja, como documentos produzidos historicamente, no que eles podem nos oferecer de subsídios à compreensão do passado e do que este passado se tornou no presente (2005, p. 82).

Considerados como documentos históricos, relatos orais e documentos escritos precisam ser reconhecidos, respeitados e aproveitados nas suas características, limitações e diferenças.

Diferenças apontadas por Roger Chartier ao afirmar que

As diferenças entre história e memória podem ser tratadas com clareza. A primeira é a que distingue o testemunho do documento. Se o primeiro é inseparável da testemunha e supõe que suas declarações sejam consideradas admissíveis, o segundo dá acesso a ‘acontecimentos que se consideram históricos e que nunca foram recordação de ninguém’. Ao testemunho, cujo crédito se baseia na confiança outorgada à testemunha, opõe-se a natureza indiciária do documento. A aceitação (ou o repúdio) a credibilidade da palavra que testemunha o fato é substituída pelo exercício crítico, que submete ao regime do verdadeiro e do falso, do refutável e do verificável os vestígios do passado (2009, p. 21).

Esse crédito que nós historiadores concedemos às falas, aos testemunhos, que são nossas principais fontes de informação na História Oral, precisa ser dado também à subjetividade que faz parte dessas fontes.

A respeito da subjetividade dos relatos orais, Meihy (1996) chama a atenção para o fato de que elementos como emoção e paixão são justamente os aspectos da subjetividade de quem narra que interessam à História Oral. O trabalho feito pelo historiador oral tem por objetivo registrar experiências e representações do indivíduo que se encontra inserido num determinado contexto social (FREITAS, 2002).

No caso desta pesquisa, ao relatarem suas experiências pessoais, as professoras dão maior ênfase a alguns acontecimentos do que a outros. A escolha dos aspectos que as entrevistadas consideram mais ou menos relevantes depende das vivências e concepções de cada uma, do que consideram que pode ou não ser revelado, ou que seja importante, num trabalho de análise de sua própria vida. Podemos perceber, assim, o quanto a entrevista ajuda

as pessoas a compreenderem melhor a si e a seu passado. Vale destacar que isso tudo dependerá também do direcionamento que o pesquisador dá às perguntas feitas às entrevistadas.

A esse respeito, recorremos às observações da autora Sarat, quando enfatiza de maneira clara a posição do pesquisador em relação à fala do entrevistado:

O historiador oral, segundo ensinam, é aquele que se dispõe a ouvir, ouvir e ouvir. A arte essencial do historiador é a arte de ouvir. Muitas vezes ouvimos histórias que contrariam todas as nossas concepções, mas não é o caso de aceitar passivamente e, sim, omitir a nossa opinião, para não induzir a pessoa a dizer o que eu gostaria de ouvir e não o que realmente ela tem a dizer (2004, p.117).

E afinal o que estamos à procura num trabalho onde utilizamos os depoimentos orais é a versão do que pensa e do que viveu a pessoa entrevistada, não a nossa.

Ao relatar a importância das entrevistas, a autora Delgado (2006, p. 62) diz que:

Ao se gravar um depoimento de história de vida ou mesmo uma entrevista temática, o pesquisador está, de forma deliberada, inscrevendo-se no processo de registro do passado e de produção de documentos sobre ele. Ao registrar no tempo presente as memórias sobre o tempo que passou o historiador e os demais profissionais vinculados à pesquisa que utilizam a metodologia da história oral fazem dos testemunhos recolhidos *fontes de imortalidade* – documentos/monumentos, sob a forma de vozes e de textos, que ficarão arquivados como registros vivos da multiplicidade de experiências que constituem a vida humana na sua essência.

Baseados nisso, consideramos nossa opção metodológica uma possibilidade de ouvir as professoras já aposentadas, trazendo à tona memórias, lembranças de leitura que elas, muitas vezes, nem sabem que guardam. Além disso, podemos recuperar dados históricos a respeito de seu lugar de vivência, de sua formação profissional, enfim voltar ao seu passado com a intenção de olhar o presente sob uma nova perspectiva.

Em todas as entrevistas, as professoras fizeram questão de afirmar que não se lembravam de nada do que havia ocorrido no período (1963 a 1973), que não sabiam em que poderiam ajudar na pesquisa. Mas, no decorrer das perguntas e ao se sentirem mais à vontade, suas lembranças afloraram e começaram a revelar dados importantes a respeito das memórias de leitura, como também da sua cidade, infância, formação; lembranças essas que surpreenderam a elas mesmas por surgirem e mais ainda por fazerem toda diferença na pesquisa.

Na busca pela entrevista, não podemos deixar de lado o respeito ao entrevistado e o rigor metodológico para a realização da mesma. Para utilizar a entrevista com o rigor científico necessário a uma pesquisa histórica, é preciso ter embasamento teórico e técnicas adequadas. A fragilidade da metodologia se efetiva ao pensarmos que basta sairmos com um gravador em mãos e entrevistarmos alguém. O trabalho com a metodologia da História Oral, tendo como principal instrumento os relatos de entrevistados, precisa cercar-se de alguns cuidados. Delgado aponta duas razões básicas para tal preocupação:

A primeira refere-se à busca incessante da própria consistência da fonte produzida. A segunda, à sua socialização, visto que o documento oral terá diferentes destinos ao ser socializado: publicação, base para outras pesquisas históricas, formação de acervos, entre outros (2006, p. 65).

Muitos são os apontamentos a respeito das técnicas de entrevistas, e tomando também como base os passos definidos por Verena Alberti (2005), realizamos as entrevistas tentando permanecer imparciais o bastante para não interferirmos nas respostas das entrevistadas, mas sempre mostrando interesse pela sua narração, para que se sentissem sempre incentivadas a relatar suas memórias. A esse respeito, a autora ressalta que

O ideal numa situação de entrevista, é que se caminhe em direção a um diálogo informal e sincero, que permita a cumplicidade entre entrevistado e entrevistador, à medida que ambos se engajam na reconstrução, na reflexão e na interpretação do passado. Essa cumplicidade pressupõe necessariamente que ambos reconheçam suas diferenças e respeitem o outro enquanto portador de uma visão de mundo diferente, dada por sua experiência de vida, sua formação e sua cultura específica (ALBERTI, 2005, p. 102).

Assim, precisamos ter em mente que ao mesmo tempo em que o entrevistado espera nosso incentivo, não devemos interromper uma fala. Assim, saber ouvir é uma característica essencial ao pesquisador que utiliza a História Oral. Por vezes, o entrevistado se emociona com sua fala e as lembranças que esta lhe traz. Nestes momentos, o respeito do pesquisador é significativo e essas emoções devem ser visualizadas como elementos de interpretação na análise das entrevistas, assim como os momentos de silêncio.

Precisamos estar atentos também à fase da transcrição das entrevistas. No nosso caso, a intenção das entrevistas é o uso em pesquisa acadêmica, por isso é necessário apresentá-las na forma escrita. Sendo assim, a transcrição foi realizada na íntegra pela própria pesquisadora. Segundo Freitas (2002, p. 101),

Alertamos nossos depoentes da necessidade de se garantir o máximo possível a originalidade e a espontaneidade das entrevistas, pois um discurso escrito elaborado torna a entrevista oral sem função. É nossa preocupação ser o mais fiel possível ao que foi gravado, dando mais importância ao conteúdo e menos à forma, entendida como estilo. Isso não significa que deixamos de retirar das transcrições as redundâncias e vícios de linguagem, em comum acordo com os depoentes.

A História Oral pressupõe “[...] projeto, pesquisa, técnica de entrevista, postura ética com relação ao entrevistado [...]” (FREITAS, 2002, p. 77). É importante ressaltar que o pesquisador não é neutro no processo de entrevista, visto que é ele quem vai conduzir e selecionar as perguntas e escolher os temas a serem abordados na mesma. O resultado final é um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado (*idem*, 2002).

Acerca da ética ao se trabalhar com a História Oral, consideramos de grande relevância tratar com extremo cuidado a publicação da entrevista. Haja vista que publicaremos histórias íntimas, de família, muitas vezes nunca reveladas a ninguém, é preciso um rigor por parte dos pesquisadores orais quanto ao cuidado com a identificação das entrevistadas. Nesta pesquisa, utilizamos os nomes verdadeiros das professoras, pois todas concordaram em que fossem revelados, mas quando os sujeitos da pesquisa não dão permissão para o uso de seus verdadeiros nomes, esses não devem aparecer de forma alguma.

Falar das memórias de pessoas que se encontram vivas requer um grande cuidado, pois os conteúdos das entrevistas revelam seu passado, sua intimidade, podendo afetar a vida das mesmas. Por isso, é fundamental que os entrevistados tenham em mãos as entrevistas transcritas que concederam ao pesquisador e após terem acesso a esse material permitam sua publicação e seu uso científico por escrito, registrado num documento a que chamamos de termo de doação.

Neste documento “[...] deverão constar possibilidades e restrições à consulta, que também vão ser definidas pelo doador. Dessa maneira, o pesquisador estará evitando possíveis problemas futuros com os descendentes e herdeiros do depoente” (FREITAS, 2002, p. 104).

Podemos dizer que ao pesquisador que trabalha com História Oral “[...] cabe-lhe uma responsabilidade dupla integrada a especificidade de seu trabalho: respeito ao depoente e retorno do documento produzido ao próprio entrevistado e à comunidade (quando assim autorizado pelo depoente)” (DELGADO, 2006, p. 64).

Utilizando ainda as palavras da autora Freitas (2002), acreditamos ser importante destacar que tão necessário quanto o rigor ao realizar as entrevistas e torná-las públicas é

também o rigor ao preservá-las e arquivá-las de maneira correta, com a intenção de que sejam consultadas futuramente por outros pesquisadores, para que dêem continuidade à pesquisa. Tendo sempre em mente que “o saber só se justifica e legitima ao ser compartilhado. É dividindo-se com os outros que ele se multiplica [...]” (FÉLIX, 1998, p. 94).

Cremos não existir memória sem história, e partindo dessa premissa, após termos apresentado os caminhos percorridos pela História Oral que a pesquisa seguiu, pretendemos tecer um pouco da história de cada uma das professoras que foram as depoentes desta pesquisa. Contudo, apresentaremos a cidade de onde elas falam, onde cresceram, formaram suas famílias e trabalharam. As particularidades e a história da cidade de Dourados nos levarão à escola que uniu essas cinco mulheres num trabalho em comum: o de lecionar. Os dois os ambientes, a cidade e a escola, ajudarão a emoldurar um quadro no qual pretendemos desenhar as memórias de leitura de cada uma, que vem a ser a direção onde pretendemos chegar posteriormente.

1.2 Conhecendo Dourados...

Dourados é hoje a segunda maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul. Localiza-se a 250 quilômetros da capital, Campo Grande, e a 120 quilômetros da fronteira com o Paraguai. Possui hoje uma população estimada em 196.068³ e seu território mede cerca de 4.086 km². A cidade possui uma forte presença da população indígena, que se dividem em três aldeias, onde residem diferentes etnias, são elas: Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena.

Antes da colonização, as terras, que se encontra a cidade de Dourados, eram habitadas quase que totalmente por índios Guarani, Terena e Kaiowá. Os primeiros cidadãos não-indígenas começaram a chegar a partir do século XVIII, pelos rios navegáveis encontrados na região. Terras essas que pertenciam ao município de Nioaque, Mato Grosso (ERNANDES, 2009).

Nioaque possuía vários Distritos Policiais pelo interior e uma dessas áreas se localizava próxima ao Rio dos Dourados, que deu nome ao Distrito Policial de Dourados; próximo dali, um paranaense chamado Marcelino Pires se instalou e tomou posse de alguns hectares de terra, conhecida na época como Fazenda Alvorada.

Ocorre na região, na segunda metade do século XIX, a Guerra do Paraguai. Em 1870, com o término da mesma, inicia-se o povoamento do lugar por ex-combatentes desta guerra e

³ Dados coletados do censo do IBGE no ano de 2010.

também por mineiros e gaúchos, fugitivos da Revolução Federalista ocorrida entre 1893 e 1895.

No início do século XX, “[...] a falta de estradas dificultava o acesso à região. Por isso, foi só depois da abertura da estrada do Porto Quinze em 1907, que várias famílias vieram para o Distrito [...]” (ERNANDES, 2009, p. 24). Outro fator que também facilitou o acesso à região foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre os anos de 1904 a 1914.

As professoras entrevistadas vivenciaram e falam a respeito dessa dificuldade em chegar até Dourados em virtude da falta de estradas no período em que a Estrada de Ferro estava sendo construída. A Sra. Erci fala que seus pais, que vieram do Rio Grande do Sul, “[...] chegavam de trem até Campo Grande, pra depois vir de carreta de boi”. A sra. Neuza, que foi das professoras entrevistadas a mais idosa, já fala de um tempo mais distante que as outras, em que para se chegar até Dourados “[...] só tinha trem até Maracajú”, e quando lhe foi perguntado como se vinha de Maracajú até Dourados, ela respondeu: “[...] de caminhão, jardineira se chamava... que hoje é o tal do ônibus”.

Em 1909, alguns pioneiros, dentre eles podemos citar Marcelino Pires, Januário Pereira de Araújo e Joaquim Teixeira Alves, iniciaram a criação de um “patrimônio”⁴, mas tal propósito foi desencorajado pela Companhia Mate Laranjeira, que era a arrendatária das terras (GRESSLER e SWENSSON, 1988). Na segunda década do século XX, o “Patrimônio” de Dourados começava a se organizar, e na década seguinte, Dourados começa a ter características de cidade com a criação de um núcleo urbano, com igreja, casa comercial, pensão, hotel (ROSA, 1990).

O Patrimônio recebe o nome de São João Batista de Dourados, depois Vila das três Padroeiras, e em 1914 criou-se o Distrito de Paz. Em 1915, pelo Decreto nº. 402 de 3 de setembro, o governo reserva ao “Patrimônio de Dourados” 3.600 hectares de terra (GLESSLER e SWENSSON, 1988). Em 1922, é criada a Agência de Correios e Telégrafos, fato que colabora no impulso do crescimento do Distrito.

As terras passam a ser exploradas mediante a extração da erva-mate e da pecuária, mas a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) trouxe, através de agricultores vindos do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais e estados do nordeste, a cultura do café e do algodão.

⁴

Patrimônio no sentido de formar uma nova sociedade, no caso de Dourados, uma nova cidade.

Nas suas lembranças de infância, a Sra. Eneida fala da profissão do pai, que veio de Presidente Prudente (interior de São Paulo); conta que ele tinha uma máquina de beneficiar café e arroz vivia do comércio, e dependia diretamente desse novo cultivo para se sustentar. Segundo Gressler e Swensson (1988, p.105), “[...] os paulistas, catarinenses e paranaenses, vinham para a região atraídos pelo incremento agrícola, dedicando-se às atividades comerciais vinculadas, de um modo geral à agricultura”.

A Colônia Agrícola Nacional⁵ de Dourados foi criada pelo Decreto-Lei n. 5941, de 28 de outubro de 1943, mas só foi instituída em 1º de janeiro de 1944, e trouxe para a região vários imigrantes, com isso disponibilizou mão-de-obra barata que valorizou a terra e implementou o trabalho assalariado (GRESSLER e SWENSSON, 1988). A criação dessa Colônia “destinava-se à fixação de agricultores, em regime de pequena propriedade, com vistas à diversificação econômica regional e ao fortalecimento do mercado interno [...]” (CARLI, 2008, p. 22).

Para atrair migrantes para a região, o Governo realizou uma intensa propaganda através da imprensa, fazendo com que centenas de famílias viessem dos vários estados do país para a região, buscando a terra como meio de trabalho, com a intenção de melhorar de vida (SANTANA JÚNIOR, 2009).

As famílias das professoras entrevistadas se incluem entre as que vieram morar em Dourados quando ainda se denominava Colônia Agrícola de Dourados. O pai da Sra. Joany lidava com gado e agricultura, e por meio de suas palavras conseguimos imaginar e compreender um pouco das dificuldades que eles passavam no período:

[...] trabalhava na fazenda e mexia naquela época mais com gado. Depois, antes de ele falecer já *estava* com a lavoura [...] no começo era com gado mesmo, que não tinha lavoura grande por ali ainda, não tinha maquinário, não tinha semente, não tinha nada, então era só o gado mesmo, mas estavam ali as lavouras, pro consumo de casa tinha tudo: o arroz, o feijão, uma fruta, isso tudo tinha em casa mesmo [...] não tinha na verdade era onde comprar, então tinha que ter [...] (Sra. Joany, 66 anos).

Já os pais da Sra. Erci vieram do Rio Grande do Sul, depois que seu avô, também gaúcho, já estava aqui. Ela diz:

⁵ O processo de constituição das Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-lei 3.059, de 14 de fevereiro de 1941) foi promovido pelo Governo Federal em colaboração com os governos estaduais e municipais, por intermédio do Ministério da Agricultura, com o objetivo de receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros pobres, que tivessem aptidão para o trabalho na lavoura (CARLI, 2008).

[...] meus pais vieram do Rio Grande do Sul, Santo Ângelo, onde eles nasceram, [...] na época meu avô já estava aqui, ele tinha fazenda aqui, então eles vieram para começar a vida [...] vieram solteiros e casaram aqui [...], meu avô foi um dos pioneiros de Dourados.

A professora acrescenta que “[...] naquela época tinha muita terra pra cá, e foi assim que eles vieram, naquela época vinha muito gaúcho, pra cá, muita gente [...]”. Conforme as palavras da professora, seus familiares vieram para “mexer com a terra”.

O que diz a Sra. Erci é confirmado pelas palavras dos autores Gressler e Swensson, quando dizem que “[...] o imigrante gaúcho atraído pelos preços das terras traz uma forte influência cultural, uma tradição agrícola de alto nível e técnicas esmeradas no tratamento do solo, dedicando-se ao cultivo da soja, do trigo e do arroz” (1988, p. 105).

A partir de então, Dourados cresce, e em 20 de dezembro de 1935, o então governador Mário Corrêa da Costa assina o Decreto Estadual de nº 30 que a eleva à categoria de Município. Neste período, contava com uma população de cerca de 20.000 habitantes e compreendia 21.250 quilômetros quadrada, tendo por limites os municípios de Ponta Porã, Maracaju, Entre-Rios, hoje denominada Rio Brilhante, e com o Estado do Paraná. Teve como primeiro prefeito João Vicente Ferreira, nomeado pelo então governador Mário Corrêa da Costa (GRESSLER e SWENSSON, 1988).

Na década de 40, a cidade começa a se desenvolver com mais rapidez. Escolas, igrejas, postos de saúde são exigidos pela imprensa em nome da população. As mudanças se faziam necessárias para acompanhar os ideais de progresso e civilização tão almejados,

[...] com o aumento da demografia novas demandas surgiram. A preocupação em organizar o espaço urbano conferia à cidade características de um lugar em transformação. Em torno da praça central, novas casas comerciais foram abertas. Durante a noite, a energia elétrica fornecida pela Usina Filinto Muller⁶, abastecia os postes de luz, todos ainda de madeira distribuídos ao longo da rua principal. A iluminação das ruas também sinalizava o crescimento pelo qual o município passava (ERNANDES, 2009, p. 40).

Por volta dos anos de 1960, a população na região de Dourados praticamente triplicou, em decorrência da chegada de agricultores vindos principalmente do Rio Grande do Sul. Esses gaúchos se juntaram na cidade aos nordestinos, e também aos imigrantes japoneses

⁶ A usina Filinto Muller foi construída entre os anos de 1943 a 1949, e seu nome é uma homenagem ao Senador de Mato Grosso, hoje é conhecida com Usina Velha.

e outros moradores antigos que vieram também do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraguai (GRESSLER e SWENSSON, 1988).

Segundo as palavras do professor Celso Muller do Amaral, o que marcou a identidade cultural da cidade foi a chegada da lavoura mecanizada trazida pelos gaúchos, a partir dos anos de 65 e 66. Primeiro vieram os arrendatários, depois os proprietários, e em seguida médicos e professores (ROSA, 1990).

O setor urbano teve também uma grande evolução, acompanhando as mudanças ocorridas na área rural. A população que era de número 25.977 habitantes no ano de 1970, passa a 83.256 em 1980, e esse elevado crescimento populacional provocou uma série de novas construções que trouxeram como consequências imediatas a “[...] a ampliação desmesurada do perímetro urbano e a impossibilidade de os órgãos públicos efetuarem toda uma obra de infra-estrutura” (GRESSLER e SWENSSON, 1988, p. 106).

Mesmo em grande crescimento, Dourados ainda foi por muito tempo uma cidade sem muitos recursos, a exemplo disso a Sra. Eneida, ao falar de sua juventude, nos conta que “Naquele tempo que não existia televisão em Dourados, que Dourados foi ter televisão em 1970. Eu lembro que na nossa rua, minha mãe foi a primeira que adquiriu no tempo da copa, famosa copa de 70 [...]”. A Sra. Joany diz em poucas palavras como era Dourados na sua juventude: “[...] a cidade era muito pequena, o lugar era pequeno mesmo [...] eu nasci aqui, então isso eu tô falando quando eu tinha meus 14 anos”.

A Sra. Maria Nélia também fala desse mesmo período que a Sra. Joany, e afirma: “Aí depois que veio a televisão em Dourados. Seria então no ano de 70, porque eu já estava casada. Porque a televisão trouxe muita coisa [...]”. A professora nos relata um tempo em que não existia televisão e que quando esta chegou trouxe o progresso, acompanhado de coisas “boas e ruins”. Ela acrescenta ainda que as novelas de rádio da época eram bem mais inocentes do que as que passavam na televisão, e na sua opinião a “inocência e a paz” de cidade pequena começaram a ir embora com essas mudanças.

E tomando como base as observações e estudos a respeito da cidade é que pretendemos responder com a pesquisa quais foram as experiências de leitura que as entrevistadas, que eram jovens no período delimitado, tiveram. E ainda como os livros ou materiais de leitura chegavam até essa cidade sem recursos básicos, como estradas ou trens que a ligassem a cidades maiores.

Este breve histórico da cidade de Dourados pretendeu localizar a cidade da qual as professoras falam; assim, a partir de agora, podemos pensar no desenvolvimento da mesma em direção à educação.

1.3 A educação em Dourados

No início, como ocorria na maioria das cidades do interior do Brasil, a educação em Dourados era realizada nas escolas das fazendas, chácaras, e quando não haviam escolas as crianças aprendiam a ler e escrever com seus familiares. A educação formal em Dourados se inicia nas duas primeiras décadas do século XX pela iniciativa privada. As crianças que frequentavam a escola da fazenda no ensino primário tinham aulas com o professor itinerante, e aquelas que estudavam na vila iam à escola particular que funcionava na casa do próprio professor (ROSA, 1990).

A Sra. Erci nos conta que seu pai

[...] estudou na fazenda, meu avô contratava professor que ia na fazenda, estudou assim o primário, mas o que ele sabia de matemática, tem alunos de faculdade que não sabem. Nossa, mas ele sabia, ele fazia de cabeça regra de três, ele era muito bom em matemática, ele só estudou o suficiente para ler e escrever, e de cálculo mental ele era dez!

A professora confirma as palavras da autora Rosa (1990), ao relatar que seu pai estudou na fazenda com professor contratado, do mesmo modo que várias crianças naquele período; frisando ainda “com orgulho” a facilidade que ele sentia com os números. E segue o relato dizendo que, apesar de não ter frequentado uma escola regular, fazia contas que muitos que passam pela universidade por vezes não conseguem realizar.

Nos anos 30, além dos professores itinerantes da zona rural, na vila existiam escolas particulares de vários professores. Depoimentos se referem à Escola Reunida do Prof. Ernani Rios e da profª Antônia Cândido de Melo (dona Tonica), como também à criação da Escola Moderna (escola ativa com método visual-auditivo), à Escola do Prof. Laucídio Paes de Barros, entre outras (ROSA, 1990).

Já a Sra. Joany teve uma experiência diferente daqueles que estudavam na fazenda, pois seus pais a matricularam numa escola da cidade para as séries primárias, ela conta: “A gente vinha da fazenda pra estudar, sabe? [...] e ficava aquele vai e vem da fazenda [...]. Mas eles achavam que os filhos tinham que ler, serem formados [...]”. A fala da professora nos

mostra que apesar das dificuldades para se estudar na época, seus pais valorizavam a escola, trazendo os filhos da fazenda para a cidade para que a frequentassem a escola.

Em 1939, foi criada a primeira escola com turmas de 1^a a 4^a série: a escola Presbiteriana Erasmo Braga, pertencente à Igreja Presbiteriana do Brasil. “A iniciativa privada formal ampliou-se em 1941, quando a Igreja Católica criou a Escola Paroquial Imaculada Conceição” (FERNANDES e FREITAS, 2004). Dourados passava a ter, então, uma escola de jardim de infância e de séries primárias.

A oferta do ensino primário se configurou por volta dos anos de 1940. Foi criada no início daquela década a primeira escola municipal e sua atuação foi ampliada nos anos seguintes. Em 1946, o Decreto Municipal nº. 70 estabeleceu o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados, sendo determinada em seu art. 22 a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória, e no art. 38 a multa de Cr\$100,00⁷ para pais de menores não frequentes e “comparecimento por intermédio da autoridade policial”. Assim, estabeleceu-se a política de oferta e regulação da educação municipal voltada para área rural (GRESSLER e SWENSSON, 1988).

Entre os anos de 1943 a 1950, a atuação federal foi responsável pela construção de 12 escolas pela administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Há informação de que, no início da colonização, foram instaladas 150 escolas no Núcleo Colonial de Dourados que, posteriormente, foram transferidas para as prefeituras municipais (*idem*).

No ano de 1947, foi criado o Grupo Escolar⁸ Joaquim Murtinho, que na época atendia a crianças de 1^a a 4^a séries. Esta foi a primeira escola pública do Município de Dourados.

Podemos dizer que a década de 40 e o início da 50 foi um período marcado pela ampliação e organização do ensino público de Dourados, sendo a década de 50 um momento de expansão do ensino privado. Em 1950, foi criado o Patronato de Menores; em 1954 a escola Oswaldo Cruz passa a oferecer além do primário, o ensino ginásial diurno e noturno; e em 1955, a Escola Imaculada Conceição. No ano de 1958, foram criadas as escolas particulares Ginásio Nossa Senhora da Conceição e a Escola Normal Nossa Senhora da

⁷ Valor que hoje seria em torno de R\$147,00, segundo o site da Fundação de Economia e Estatística, que tem por base a atualização de valores da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>.

⁸ Este modelo de organização do ensino introduzido no Brasil recebeu influência da organização escolar instalada em outros países considerados “civilizados”, tais como Estados Unidos, Alemanha, Portugal. A primeira implantação deste modelo de organização de ensino primário no Brasil é no estado de São Paulo, e data do ano de 1893. Os grupos escolares passam então a caracterizar um novo modelo organizacional de escola que trazia as ideias de disseminação do ensino a toda população, ideias essas difundidas por intelectuais da época para possibilitar o desenvolvimento nacional (SOUZA, 1998).

Conceição. Neste mesmo ano, começa a funcionar a primeira escola estadual, oferecendo o ginásio, tendo o nome de Ginásio Estadual Presidente Vargas (FERNANDES e FREITAS, 2004).

Emolduramos, até aqui, o quadro educacional da cidade de Dourados com o objetivo de entender a realidade em que foi criada a escola Municipal Joaquim Murtinho, para agora tecermos um breve histórico sobre a referida escola, já citada anteriormente. Esta escola foi fundada no período de início da criação da cidade e vem a ser a escola em que lecionaram todas as entrevistadas da nossa pesquisa durante o período de 1963 a 1973.

1.4A Escola Municipal Joaquim Murtinho

A Escola Joaquim Murtinho foi escolhida como ponto de partida para a busca de professoras para esta pesquisa, por alguns motivos, quais sejam: o fato de ser a primeira escola pública do município de Dourados, o que, por consequência, traria junto com a sua história as dificuldades enfrentadas pelos moradores da época em que a cidade não havia sido elevada a município.

Dentre esses moradores, incluem-se as professoras que trabalharam nessa escola no período delimitado (1963 a 1973). Diante disso, inferimos que as professoras, que trabalharam numa escola antiga e num tempo já remoto, teriam mais detalhes da sua história de vida e poderiam oferecer detalhes de suas histórias de leitura que não pertencem ao tempo presente, e por isso mesmo enriquecem a pesquisa.

A Escola Municipal Joaquim Murtinho se localiza na Rua Onofre Pereira de Matos, 1842, no Centro de Dourados, Mato Grosso do Sul. Foi criada pelo Decreto Estadual nº. 386, de 22 de novembro de 1947, inicialmente com a denominação de Grupo Escolar Joaquim Murtinho e funcionou de improviso durante seis anos num antigo prédio de madeira onde hoje se encontra a Agência Central do Banco do Brasil. Depois funcionou também num outro prédio localizado na esquina entre as ruas Joaquim Teixeira Alves e João Rosa Góes, atualmente conhecido como antigo prédio da prefeitura de Dourados e hoje Casa do Artesão.

Figura 1: Prédio da Escola Joaquim Murtinho na década de 70.



Fonte: Acervo da Escola Joaquim Murtinho.

Na foto acima podemos visualizar a escola Joaquim Murtinho da maneira que se encontrava na época em que nossas entrevistadas lecionaram na mesma, dentro do período delimitado pela pesquisa.

A Sra. Neuza nos conta que no período em que lecionou na Escola Joaquim Murtinho, “[...] o prédio era ali onde é hoje é a Casa do Artesão [...], e depois foi construído lá onde é hoje, e veio inaugurar o colégio o Fernando Corrêa da Costa, que era governador”. Ela relata com muita propriedade esse tempo passado, pois se trata da professora mais antiga dentre as entrevistadas. Apesar de não lecionar no período da inauguração da escola, ela estava presente nesse dia, e o fato do governador do Estado ter presidido o evento lhe chamou a atenção. A Sra. Neuza após ter lecionado na Escola Joaquim Murtinho atuou também como diretora da escola.

Sobre este período em que a escola Joaquim Murtinho ainda não funcionava no prédio onde se localiza hoje, a Sra. Joany conta: “[...] quando eu comecei a dar aula, não era naquele prédio, era uma extensão [...] era uma sala multiseriada, eu dava aula para primeira e segunda séries juntas, era em um barracão, separada só por um biombo, de um lado eram a primeira e a segunda, do outro lado a terceira e a quarta [...]”. O “barracão”, a que se refere a professora, seria o prédio de madeira de que falamos anteriormente.

A Sra. Eneida também comenta sobre as dificuldades enfrentadas para lecionar na escola, dizendo: “Naquele tempo, a capital era Cuiabá, não era dividido ainda⁹, então era tudo muito difícil aqui, você tinha o quadro, o giz e quando eu dava aula de história nem alguns mapas não tinham, você era obrigado a desenhar por conta própria”. Dificuldades vivenciadas pelas entrevistadas como profissionais da educação de uma cidade onde os recursos eram escassos.

A Escola Joaquim Murtinho recebeu este nome em homenagem ao médico e engenheiro, estadista brasileiro Joaquim Duarte Murtinho, nascido em Cuiabá, Mato Grosso, em sete de dezembro de 1848. Médico esse que foi destaque em sua profissão por ser a maior autoridade brasileira em Terapêutica Homeopática no período. Integrou a primeira Constituinte Republicana como senador pelo estado de Mato Grosso.

A Escola foi elevada ao nível de 1º grau pelo Decreto Estadual nº. 2052, de 12 de junho de 1974, passando a ter o nome de Escola Estadual Joaquim Murtinho. Através do Decreto Estadual nº. 7310 de 23 de agosto de 1993, a escola foi transferida da rede estadual para a rede municipal de ensino, e incorporada a esta rede pelo Decreto Municipal nº. 392 de 12 de agosto de 1993¹⁰.

A Sra. Erci narra que sua mãe foi uma das primeiras professoras da escola no período de sua fundação, segundo ela: “[...] minha mãe era professora, foi uma das primeiras professoras do Joaquim Murtinho [...] é eu lembro que minha mãe dava aula no Joaquim Murtinho e eu ia com ela de vez em quando [...]”. Tempos depois ela, a Sra. Erci, ia sozinha à escola, como professora.

Visualizamos uma escola de cidade do interior do Brasil, ainda em crescimento, superando dificuldades materiais e profissionais. Inicialmente como Grupo Escolar, hoje a Escola Municipal Joaquim Murtinho se destaca entre as Escolas Municipais do Mato Grosso

⁹ A professora se refere ao período em que não havia ocorrido a divisão do estado de Mato Grosso, do qual a capital era Cuiabá. A divisão ocorreu em 1977, quando a partir de então, o estado dividiu-se em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

¹⁰ Informações obtidas nas Atas e arquivos pertencentes à Escola Joaquim Murtinho.

do Sul. Essa é a escola que uniu as entrevistadas da presente pesquisa no mesmo ofício: o de lecionar.

Professoras que antes de serem profissionais da educação são pessoas, com idade, família, origens, uma história de vida, que apresentaremos agora. A seguir, teceremos informações de como chegamos até elas e como transcorreram as entrevistas, passos que achamos de grande relevância para a compreensão da pesquisa.

1.5 As nossas professoras e como se tornaram sujeitos desta pesquisa

A escolha das professoras levou em conta aquelas que lecionaram dentro do período proposto na referida escola. Pensávamos assim em entrevistar somente professoras aposentadas devido ao período delimitado pela pesquisa. Vale destacar que apesar de aposentada uma das professoras entrevistadas continua lecionando como professora contratada no ensino público.

A quantidade de entrevistas pode parecer mínima, porém deve-se considerar que passados todos esses anos do período delimitado para a pesquisa a quantidade de professoras que lecionaram entre os anos de 1963 a 1973 é restrita. Vale ressaltar que neste caso não entra em questão a quantidade de entrevistadas, mas sim a qualidade da análise dos dados revelados por cada uma, assim como a riqueza de suas histórias e memórias de leitura.

A intenção, ao eleger professoras já idosas como sujeitos da pesquisa, foi a de registrar as memórias de leitura de um tempo já passado, trazendo também suas lembranças de uma Dourados que não conhecemos, como também memórias de sua formação no magistério.

A questão do gênero não foi abordada como condição para a escolha das entrevistadas, mas o fato de termos encontrado nos documentos da escola apenas nomes femininos, no que se refere ao corpo docente demarca a feminização da categoria que atua no magistério¹¹.

Com relação à feminização do magistério, Guacira Louro aponta que “[...] a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos” (1997, p. 447).

¹¹ Nossa intenção não é aprofundar o tema “feminização do magistério”, mas sendo as entrevistadas todas do sexo feminino e tendo se formado no magistério num período que a presença feminina na profissão docente era praticamente absoluta, sentimos a necessidade de pontuar a respeito.

Os discursos da época apontam o casamento e a maternidade como sendo o caminho natural à mulher, havia assim muita resistência em permitir que a mesma trabalhasse fora de casa. Por isso, os pais que permitiam que a filha estudasse mais direcionavam sua formação para o magistério. Na opinião das pessoas que viviam neste período, a mulher era vista como frágil e desprotegida; sendo assim, toda e qualquer atividade fora do espaço do lar era vista como arriscada.

Desse modo, mesmo que necessário, o trabalho deveria ser exercido de maneira que não as afastasse dos deveres domésticos, da maternidade, enfim da vida familiar (LOURO, 1997). Encontramos aí a justificativa da presença feminina maciça na função do magistério, visto que essa era uma função que deixaria a mulher com tempo “livre” para continuar a exercer suas funções relacionadas ao lar. Esse assunto será novamente abordado com o auxílio das falas das professoras no terceiro capítulo.

Os primeiros lugares em que procuramos os documentos relativos à escola, que pudessem nos auxiliar na busca por essas professoras, foram a Secretaria Municipal de Educação e a própria Escola Joaquim Murtinho.

Infelizmente, fomos informados de que os documentos relativos às escolas do município, assim como os que fazem parte dos arquivos escolares e os documentos pertencentes às repartições públicas do mesmo são incinerados pelos órgãos responsáveis todos os anos.

Os documentos são instrumentos necessários ao pesquisador para que encontre material que auxilie na sua pesquisa. Por isso, é realmente indignante tomar conhecimento de que a história em documentos de uma cidade está se perdendo em grande parte por falta de cuidado e de pessoal que se responsabilize em conservar e organizar esse material.

A respeito da importância dos documentos, a autora Vidal considera os arquivos como lugares de memória, que são ao mesmo tempo lugares de guarda de acervo, e que são “[...] constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e o presente” (VIDAL, 2005, p.19).

Especificamente dos arquivos escolares, Gonçalves afirma que

[...] o esforço deve ocorrer no sentido de transformar o arquivo morto em arquivo histórico, ou seja, organizado, catalogado, e funcionalmente integrado ao arquivo corrente, discutindo-se e criando-se no âmbito da instituição educacional, **critérios para a conservação e descarte** (*grifo nosso*), planos para destinação da documentação, elaborados [...] de forma a

abranger outros âmbitos que ultrapassem a Secretaria da escola [...] (2006, p. 5).

Existem maneiras de mudar o quadro em que se encontram os arquivos escolares, não somente da escola pesquisada, mas dos arquivos escolares de uma maneira geral, pois essa é uma situação geral nos arquivos das escolas. Isso pode ocorrer com uma política de conscientização e valorização que nasça da própria comunidade escolar, fazendo com que esta perceba a importância da documentação produzida e acumulada pela escola, como também seu valor histórico-cultural.

Sendo assim, por guardarem as memórias, os documentos que ajudam a montar o quadro histórico desta ou daquela instituição, seja ela escolar ou não, pedem um tratamento adequado, que exige um diálogo entre historiadores e arquivistas (GONÇALVES, 2006).

Utilizamos a documentação encontrada na escola, mais exatamente os livros-ponto, para buscar ali os nomes das professoras que lá trabalharam no período que pretendíamos pesquisar –1963 e 1973. Os documentos mais antigos datavam de 4 de março de 1964, e é a partir deste período que os nomes das professoras foram escolhidos.

Após encontrarmos os nomes das professoras que trabalharam no período, começamos uma busca pelos endereços ou telefones que pudessem nos indicar como encontrá-las. Vale lembrar que as entrevistadas são senhoras com idades que variam entre 65 e 82 anos, então, muitos dos nomes encontrados, era de pessoas já falecidas ou que não se encontravam mais na cidade e tinham paradeiro desconhecido.

A primeira professora que nos indicaram o endereço foi a **Sra. Joany**. A atual diretora da escola indicou o nome da Sra. Joany e algumas informações sobre o endereço, pois esta mora numa rua situada atrás da escola.

Ao chegar à casa da Sra. Joany, a recepção não poderia ter sido melhor. Permitiu-nos a entrada imediatamente e marcou para o dia seguinte a entrevista. Mostrou-se muito disposta em colaborar com a pesquisa e interessada sobre o que se tratava. Comentou que não era a primeira vez que era procurada para participar de uma pesquisa acadêmica e que sempre se colocou pronta a auxiliar quem pesquise “[...] tudo que tem a ver com educação”.

A Sra. Joany tem 66 anos de idade, é douradense e filha de douradenses. Seu pai, segundo suas próprias palavras, “trabalhava na fazenda, e mexia naquela época mais com o gado”, e sua mãe era dona de casa, cuidava dos sete filhos. Disse ainda que parte da sua infância passou na fazenda com seus pais. Simpática e muito falante, cursou magistério e fez faculdade de Pedagogia, hoje é esposa, mãe e professora aposentada, mas trabalha como

professora de corte e costura e também como costureira em sua própria casa. A sua entrevista ocorreu em sua casa, mais precisamente em seu quarto, haja vista que ela havia passado por uma cirurgia e se encontrava de repouso. Demonstrou estar muito disposta a contar suas memórias de vida e de leitura.

A indicação do lugar onde morava a próxima professora entrevistada foi conseguida com a Sra. Joany, que indicou o endereço da **Sra. Eneida**, a próxima entrevistada. A Sra. Eneida recebeu com agrado a notícia de que precisávamos da sua entrevista e se prontificou a responder às perguntas na próxima semana. A entrevista aconteceu na varanda de sua casa.

A Sra. Eneida tem 62 anos de idade, é nascida em Álvares Machado, cidade do Estado de São Paulo, e veio ainda criança para Dourados. Mora com a mãe, que é viúva e idosa, e necessita de cuidados fisioterápicos. Nunca foi casada e também não teve filhos. Coursou o magistério e fez faculdade de História, hoje é aposentada e se ocupa de cuidar de sua mãe na maior parte do seu tempo. Durante toda a entrevista, a Sra. Eneida sempre encaminhava suas respostas para o assunto de sua prática pedagógica. Apesar de aposentada, não deixou nenhuma de suas lembranças com relação ao magistério se perderem. Pelo contrário, foram os momentos mais empolgantes da entrevista, aqueles onde foram lembrados seus feitos em sala de aula, seus alunos, seus métodos de ensino, enfim, sua profissão.

Como na primeira entrevista, a Sra. Eneida foi quem deu a indicação para a próxima professora entrevistada: a **Sra. Erci**. O fato das indicações serem feitas pelas próprias professoras se deve às mesmas terem trabalhado no mesmo período, e algumas delas ainda manterem uma relação de amizade. Mas vale lembrar que nem todas as professoras entrevistadas trabalharam juntas devido à diferença de idade.

Seguindo as entrevistas, A Sra. Erci tem 58 anos de idade, é nascida em Dourados, mas seus pais e avós vieram do Rio Grande do Sul. Seu avô veio trabalhar com a “terra” e tinha uma fazenda em Dourados; seu pai veio depois para trabalhar com ele. Tem uma filha e mora com sua mãe, que também foi durante muitos anos professora da Escola Joaquim Murtinho. Coursou magistério, fez faculdade de Direito e depois de Pedagogia. Das professoras entrevistadas é a única que ainda leciona, pois, apesar de ser aposentada, trabalha como professora contratada pelo Estado para aumentar a renda familiar. A entrevista também foi realizada em sua casa, onde ela se mostrou preocupada em ser a mais útil possível à pesquisa. Preocupou-se em procurar livros que fizeram parte da sua juventude, fotos da época do magistério, enfim, foi uma entrevista muito agradável e proveitosa.

Até este momento, as entrevistas transcorriam de maneira muito tranquila, o que dava a entender que seria bem fácil conseguir as demais, expectativa que não se confirmou.

Através da indicação da Sra. Erci, chegamos a mais dois endereços de professoras da época. Professoras essas que ao serem procuradas se negaram terminantemente a participar da pesquisa. Por motivos particulares, não quiseram nem ouvir os motivos e as intenções pelas quais a pesquisa estava sendo realizada.

Tal situação desanimou e desacelerou o ritmo das entrevistas que transcorria bem. Foi muito importante ir de encontro às dificuldades como esta, para que pudéssemos perceber o quão importante e sério deve ser o trabalho do pesquisador, e o quão persistente ele precisa ser para chegar aos seus objetivos de pesquisa.

As três primeiras entrevistas ocorreram ainda no primeiro semestre do ano de 2010, e quando não conseguimos as duas entrevistas que já estavam planejadas, a pesquisa parecia estar estagnada, pois não foram encontradas mais nenhuma das professoras que lecionaram na Escola Joaquim Murtinho no período proposto.

Após várias visitas à escola e procura nas listas telefônicas e na Secretaria de Educação por nomes e endereços de professoras da época, o tempo estava ficando cada vez mais curto. Foi então que nos meses de outubro e novembro do corrente ano conseguimos as duas entrevistas que faltavam para que completássemos as cinco. Resolvemos procurar novamente uma das professoras entrevistadas, e ela indicou duas professoras, que ao serem procuradas aceitaram participar da pesquisa de imediato.

A quarta professora entrevistada foi a **Sra. Neuza**, a professora mais idosa. No auge dos seus 82 anos, aceitou com prazer fazer parte da pesquisa, e a entrevista foi realizada no jardim de sua casa.

A Sra. Neuza é douradense e seus pais vieram do norte para morar em Dourados. Filha única, seu pai foi um dos prefeitos da cidade de Dourados, e sua mãe era dona de casa. Coursou magistério e com dezoito começou a lecionar. Na Escola Joaquim Murtinho, trabalhou como professora e diretora. Vale ressaltar que esta foi nossa entrevista que durou menos tempo. Não que a entrevistada tenha se negado a responder alguma pergunta, mas sim porque uma das suas características marcantes é o fato de ir direto ao assunto, podemos, assim, defini-la como uma mulher sem rodeios.

A última entrevistada foi a Sra. Maria Nélia, que quando convidada a participar da pesquisa logo respondeu: “Podemos fazer essa entrevista agora, se você quiser!”. Muito simpática e inteligente, respondeu às perguntas em seu apartamento.

A **Sra. Maria Nélia** tem 66 anos e nasceu em Maracajú. Seu pai era mineiro e sua mãe mato-grossense, veio morar em Dourados com 10 anos de idade. O pai era pecuarista e sua mãe dona de casa. Viúva, mãe de quatro filhos, cursou o magistério, mas não se aposentou como professora, pois desistiu da profissão para cuidar da família e da casa.

Através das entrevistas podemos perceber que o processo de aprendizagem que nos leva aos resultados da pesquisa é constante, e tão importante quanto chegar aos resultados da pesquisa, foram as lições a respeito da necessidade de seguir com rigor os passos metodológicos citados no primeiro item deste capítulo.

Neste momento, importa apontar as falhas que ocorreram durante a realização das entrevistas. As duas primeiras entrevistas realizadas foram apresentadas à Banca de Qualificação, e recebemos a sugestão de refazer a primeira. A falta de experiência e a não observância do cuidado ao entrevistar fizeram com que algumas perguntas fossem conduzidas pela pesquisadora. Como já dito, o entrevistador não é totalmente passivo na entrevista, há que existir um diálogo entre entrevistador e entrevistado. Mas é de suma importância que o pesquisador tome muito cuidado para não conduzir as respostas do mesmo, visto que assim a pesquisa perde o seu sentido, já que as perguntas sendo conduzidas, suas memórias não se apresentarão de maneira natural.

Delgado (2006) chama a atenção para que o entrevistador evite demonstrar espanto, discordâncias e concordâncias, para não influenciar nas respostas do depoente. E das palavras da mesma autora retiramos o apontamento que consideramos como um dos mais importantes a serem observados ao se trabalhar com História Oral: “o entrevistador deve também cultivar o hábito da escuta. Cabe a ele mais ouvir do que falar, já que a prerrogativa de contar histórias é do depoente, que foi escolhido mediante critérios pré-estabelecidos pela própria dinâmica e interesses da pesquisa” (2006, p. 24).

As palavras de Delgado foram seguidas nas entrevistas posteriores, tentando não cometer os mesmos erros da primeira entrevista.

Entretanto a entrevista não foi perdida por completo, já que tais falhas foram notadas apenas nas primeiras perguntas. Vale salientar que essa entrevista não foi refeita em virtude da entrevistada ter passado por um problema familiar e alegar não estar em condições de refazer a entrevista.

Cada entrevista se tornou um encontro, a oportunidade de ouvir as experiências de leitura e de vida dessas cinco professoras abriu um leque de opções a serem analisadas. Suas dificuldades, seus anseios, suas expectativas enquanto jovens, e seus objetivos atuais

enquanto professoras aposentadas nos mostrou o quão rico pode ser o trabalho com História Oral. A intimidade que se cria entre pesquisadora e entrevistadas é tão intenso que, ao falar sobre tais conversas, sentimos que falamos de pessoas que fazem parte agora da nossa história de vida.

Muitos são os detalhes das entrevistas que serão apresentadas adiante. Estes até agora oferecidos se fazem necessários para que cada uma das entrevistadas seja reconhecida na sua fala e nas suas características.

O próximo capítulo tratará da leitura sob a perspectiva da história cultural, considerando a mesma como bem cultural. Buscando, assim, evidenciar o uso que o leitor faz da leitura e não apenas considerar a recepção como uma ação direta das ideias passadas pelo texto. Teceremos ainda informações específicas sobre a leitura feminina e a inserção da mulher no magistério, assuntos que acreditamos serem importantes para a compreensão do contexto da pesquisa.

CAPÍTULO II

A LEITURA: HISTÓRIA, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

“[...] um livro existe sem leitor? Ele pode existir como objeto, mas, sem leitor, o texto do qual ele é portador é apenas virtual. Será que o mundo do texto existe quando não há ninguém para dele se apossar, para dele fazer uso, para inscrevê-lo na memória ou para transformá-lo em experiência?”
(ROGER CHARTIER, 1999, p. 154)

Tendo como principal interesse as memórias de leitura das professoras de Dourados, torna-se necessário demonstrar de que maneira a leitura é entendida no contexto desta pesquisa. Enfatizamos o estudo da leitura como prática e a relação entre leitor e texto, realizada através dos tempos, e também o modo como esses estudos têm incitado novos olhares a esse respeito, para que possamos analisar e tentar entender as memórias de leitura das entrevistadas que trazem consigo, entre outras coisas, as suas práticas de leitura.

Entendemos a leitura como uma prática, pois instiga gestos, ações, interesses e significados, e, sendo assim, possui usos diversos, cujas interpretações estão diretamente ligadas às configurações culturais a que o leitor se encontra inserido (CHARTIER, 1990).

2.1 Um novo olhar: a leitura como prática cultural

Na epígrafe acima citada, Chartier nos questiona a respeito da importância que o leitor tem para o livro e nos faz pensar-nos vários fios que ligam a relação entre ambos. O autor vai

além e caracteriza o livro como um objeto “virtual”, não existente sem a pessoa do leitor. Partindo da ideia de que o livro não existe sem alguém que se interesse em lê-lo, que sua existência só tem sentido a partir do momento em que um leitor se apodera do que nele está escrito e que sem esse leitor o livro não é nada mais do que um objeto cheio de palavras e que nada pode falar, iniciamos as discussões deste capítulo.

Este trabalho busca pesquisar as memórias de leitura de professoras da cidade de Dourados, e a partir dessas memórias conseguir identificar quais eram os livros que elas liam, que tipo de revistas elas tinham acesso. Enfim, demonstrar qual o material de leitura lhes era oferecido na sua infância e juventude, bem como tentar identificar por que caminhos esses materiais de leitura chegaram até elas.

Dentro da perspectiva teórica da História Cultural, chegamos até as professoras com a intenção de investigar além dos materiais de leitura que tinham acesso, os sentidos, os valores que atribuem à leitura por intermédio das suas experiências com a mesma. Temos, assim, a necessidade de identificar a importância da leitura e analisar as práticas e representações construídas pelo leitor através dos tempos.

As grandes mudanças vividas pela leitura se dão durante o período do códex¹². Na Idade Média, a leitura em silêncio; no Iluminismo, a leitura como obsessão; e no século XIX, o grande número de novos leitores, que vinham dos lugares mais populares, como também mulheres e crianças (CHARTIER, 1999).

Desde então, a história da leitura, as relações entre leitor e livro, as práticas de leitura, têm sido objeto de pesquisa de vários autores, dentre eles citamos: Abreu (2003), Bourdieu (2001), Certeau (1994), Chartier (1990, 1994, 1999, 1996), Lajolo e Zilberman (1993) e Leão (2007).

Até pouco tempo, a leitura era considerada uma atividade padronizada, pois o indivíduo, estando alfabetizado, estaria apto a realizar a leitura, que por sua vez era considerada como um processo que ocorria de forma idêntica para quase todos os leitores, sendo observadas apenas algumas variações no objetivo ou função da leitura, para o trabalho ou divertimento, e na velocidade e quantidade (CHARTIER, 1996).

A História Cultural, principalmente segundo as teorias de Roger Chartier e Robert Darnton (que se basearam nas formulações de Michel de Certeau), começou a pensar a questão

¹² Desde a invenção da imprensa, a estrutura do livro como cadernos, folhas e páginas são as mesmas, essa forma surge nos primeiros anos da Era Cristã, substituindo o rolo, e se denomina códex (CHARTIER, 1999). A palavra códex vem do latim que significa “livro”, “bloco de madeira”, eram os manuscritos gravados em madeira, em geral, do período da Era Antiga até a Idade Média. Veio mais tarde ser substituído pelo livro impresso.

da leitura, da recepção e interpretação dos textos sob uma nova perspectiva, analisando-os como bens culturais. Este novo olhar sobre a leitura tem início especialmente a partir das suas pesquisas sobre impressos, bibliotecas, leitores e editores na França dos séculos XVII e XVIII.

Para Chartier (1990), a História Cultural deve ser compreendida como o estudo dos processos sobre os quais se constrói um sentido, rompendo com as ideias de que os textos, os livros têm um sentido único, que só a crítica deveria identificar, através da interpretação. O autor aponta que os livros não têm um sentido estático, ao contrário, acredita que eles estão envolvidos em significações múltiplas e móveis que se estabelecem no encontro de uma proposição e uma recepção (CHARTIER, 1994), isto é, o significado de uma obra se dá através da relação entre o próprio texto, o leitor e o ato que os une.

Junto com o livro, vemos modos de leitura que nele se efetivaram ou se efetivam. O conceito de leitura como prática e apropriação marcam o rompimento com o conceito de sujeito universal e abstrato, pois considera o ato de ler não como uma relação transparente entre texto, sendo visto apenas pelo seu conteúdo semântico, e o leitor sendo visto como abstrato, como se as práticas através das quais ele se apropria do texto não fossem histórica e socialmente variáveis (CHARTIER, 1994).

A concepção de prática de leitura apresenta o desenvolvimento de estratégias de apropriação diferenciadas, que dependem não somente do texto, mas também do seu suporte e das condições sociais e históricas da leitura e dos leitores.

Para Chartier,

Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade. O que muda é o recorte dessas comunidades, segundo os períodos, não é regido pelos mesmos princípios (1999, p. 91).

Devemos pensar que cada leitor, apesar de ter sua apropriação da leitura, não pode deixar de lado o espaço mais amplo ao qual ele se insere, o espaço social. E dentro desse espaço, o livro, considerado como objeto cultural, ganha formas e sentidos diferentes quando interpretado no interior de distintas comunidades de leitores, em tempos e lugares diferenciados, adquirindo uma diversidade de sentidos distintos.

Há para cada comunidade de leitor uma determinada maneira de ler, um uso específico desse material de leitura. O que definirá essas práticas são as maneiras de como o texto é lido. Maneira esta que varia, pois cada leitor possui uma capacidade intelectual

diferente e estabelece uma relação com o material escrito que é individual e única (CHARTIER, 1999).

A História Cultural nos possibilita aproximações tanto com os leitores remotos quanto com outros contemporâneos, e esse vem a ser um dos motivos pelo qual ela se torna ferramenta essencial nas pesquisas sobre leitura.

Neste sentido, faremos uso das afirmações de Michel de Certeau, que em sua obra *A invenção do cotidiano: I. artes de fazer*, apresenta os resultados de uma pesquisa publicada na França entre os anos de 1974 e 1978¹³, que traz alguns conceitos acerca da leitura e de suas práticas que serão usadas nesta pesquisa, por isso acreditamos ser relevante explicitá-las.

Segundo as ideias de Certeau, o leitor pode ser visto como usuário ou consumidor de um bem cultural, que, neste trabalho, vem a ser a leitura. O papel de usuário se opõe ao de consumidor à medida que o consumo se configura como uma atitude passiva, de aceitação, e o uso se configura como uma atitude mais ativa, marcada pela individualidade. Assim, enquanto os produtores de bens culturais acreditam que se dirigem a consumidores, estes atuam como usuários desses bens culturais criando sentidos regulares a partir das representações e comportamentos que fazem parte do consumo do bem cultural.

Para o autor, “[...] recusando o 'consumo', tal como foi concebido e (naturalmente) confirmado por essas empresas de 'autores', tem-se a chance de descobrir uma atividade criadora ali onde foi negada [...]” (CERTEAU, 1994, p. 262). Assim, podemos entender que a partir do momento em que o leitor não aceita a leitura da forma como foi imposta pelo autor, ele passa a ser criador de uma nova leitura, dentro do contexto em que essa interpretação lhe foi negada.

Analisando a leitura como produção e recepção de bens culturais, autores e editores, que, nas palavras de Certeau, são chamados de “produtores”, acreditam ter nos leitores apenas consumidores dos livros e que quando esses leitores “recusam” esse consumo, já oferecido pronto por esses “produtores”, passam a “fabricar” sentidos e representações, que divergem dos pensamentos dos que se pensavam em situação de dominância. Ou seja, independente do que autores e editores tentam impor por meio da leitura, os leitores conseguem dar-lhe representações diferenciadas das que estão implícitas na mesma.

¹³ Pesquisa realizada por um grupo de pesquisadores franceses coordenados por ele, encomendada por um órgão do Ministério da Cultura da França, e se interessava em pesquisar a respeito das questões culturais emergentes na sociedade francesa da década de 1970, após os protestos estudantis ocorridos em maio de 1968 (CERTEAU, 1994).

Porém, este mesmo autor nos informa que a leitura possui características que não permitiriam ao leitor fazer uma interpretação contrária ao que autores e editores quisessem passar.

Certeau afirma que a atividade de leitura apresenta todas as características de uma “produção silenciosa”:

Flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. Mas incapaz de fazer um estoque (salvo se escreve ou ‘registra’), o leitor não se garante contra o gasto do tempo (ele se esquece lendo e esquece o que já leu) a não ser pela compra do objeto (livro, imagem) que é apenas o *ersatz* (o resíduo ou a promessa) de instantes ‘perdidos’ na leitura (1994, p.49).

Sendo assim, escrever se caracteriza como um ato de produção de algo, nesse caso, um texto, enquanto ler seria apenas receber o produto de outro, sem poder marcar nele o seu lugar, sem poder refazê-lo ou remodelá-lo segundo suas necessidades.

Certeau nos mostra que a ideia da leitura como atividade de apropriação vai contra os *protocolos de leitura*, pois o leitor é confrontado todo o tempo por regras que tentam ordenar sua leitura. “O autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido [...]” (CHARTIER, 1994, p.7), ou seja, todos os envolvidos na produção e circulação de impressos tentam passar a forma “correta” de compreensão dos textos.

Mas a leitura, como afirma Certeau (1994), é “rebelde” e “vadia”. Os leitores não aceitam passivamente tais imposições. Durante muito tempo, foi aceito que deveria haver uma ligação direta entre leitor e texto, e que esse leitor deveria saber e compreender as intenções do autor, uma vez que, segundo Chartier, “[...] o livro sempre visou instaurar uma ordem [...]” (1994, p. 8), e não apenas a ordem do texto, mas também a da sua decifração, a ordem do contexto no qual ele deve ser compreendido, ou seja, a ordem social determinada pela autoridade que encomendou ou permitiu a publicação daquele determinado livro ou material impresso.

Conforme este autor,

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...] Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende

impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam em suas diferenças, as práticas de leitura (CHARTIER, 1999, p.77).

Compreendemos, assim, que os sentidos, que são atribuídos aos textos, não dependem somente das expectativas e interesses do público leitor, mas também do que autores e editores deixam inscritos no mesmo, ou seja, aqueles indícios destinados a controlar a leitura, tentando produzir um determinado tipo de interpretação por parte do leitor.

Percebemos, desse modo, que o livro surge com a intenção de propagar e direcionar conceitos e não com a intenção de permitir que o leitor o interpretasse, se apropriasse da leitura e desse a ela o seu sentido. Mas o leitor, se assim quiser, se desvia dessas imposições e cria a sua interpretação individual, sua própria leitura do texto ou da obra, não permitindo que a sua liberdade de interpretação fosse anulada.

Desse modo, “Mesmo limitada pelas competências e convenções, essa liberdade sabe como se desviar e reformular as significações que a reduzem [...]” (CHARTIER, 1994, p.8). E ainda utilizando as palavras de Certeau, o leitor quando se desvia dessas convenções e reformula os sentidos da leitura, ou seja, quando consegue retirar do material escrito “[...] uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça [...]” (1994, p. 267).

Por isso, Chartier (1994) acredita que um projeto de leitura, que tem a intenção de mostrar as diferenças entre as identidades dos leitores e sua arte de ler, deve demonstrar que o entendimento entre imposição e apropriação não é a mesma sempre e nem para todos. O autor afirma que “[...] a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços e hábitos. [...] uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura” (CHARTIER, 1991, p. 178). Neste sentido, os modos como os homens se relacionam com o livro ou o material escrito não podem ser analisados como uma relação abstrata e universal, mas sim investigados nas suas diferenças e aproximações entre indivíduos e comunidades de leitores.

O livro ou o texto, na sua materialidade, se coloca como um provocador de ações e das práticas da comunidade leitora na qual está inserido. A história da leitura possibilita não só a percepção como o registro de tais mudanças, tanto no decorrer dos tempos, como nos atos e razões de ler.

Podemos pensar então nas maneiras desse leitor tomar para si essa leitura, ou seja, apropriar-se dela. O sentido de apropriação definido por Chartier nos mostra que quando o leitor entra em contato com o material escrito ele se apropria daquela leitura, não somente no

sentido semântico do mesmo, mas também por criar uma maneira de se conhecer através da compreensão desse texto, ele faz então sua representação do lido, o que passa a fazer parte dele. (CHARTIER, 1994).

Chartier salienta que “[...] as obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas [...]” (1994, p. 8), ou seja, quando se encontram inscritas nas páginas impressas, transmitidas pela voz de quem lê ou de quem narra. Por isso, tentar compreender os princípios que norteiam os discursos pressupõe decifrar os princípios que fundamentam os processos de produção, comunicação e recepção dos livros e outros objetos que veiculem o material escrito.

Compreende-se, nesse sentido, que a prática da leitura também se manifesta por meio da forma do impresso, que, mesmo não impondo um sentido ao texto que carrega, influencia nos usos e apropriações que lhe dizem respeito. A história das práticas culturais permite construir um quadro dos efeitos produzidos pelas formas impressas, visto que cada impresso instaura uma ordem singular, única, distinta de outros suportes, pois as obras, os impressos não vêm revestidos de sentidos estáticos. Este sentido é construído no encontro de uma proposição e uma recepção e depende diretamente das competências e expectativas do leitor. Contudo, Chartier ressalta que “[...] certamente, os criadores, os poderes ou os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar uma interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce [...]” (1994, p. 9).

O mesmo autor afirma que

[...] uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes [...] (CHARTIER, 2003, p.173).

Assim, ao pensar os materiais escritos ou os livros possuídos por um sujeito real, que quando entra em contato com estas leituras, vivencia situações ou reconstrói lembranças, podemos perceber um relacionamento entre ambos, uma ligação. Cada contato com esses materiais será diferente, pois essa leitura não será a mesma, e esse leitor também não será o mesmo. As leituras mudam em função da mudança, da transformação do leitor, da maneira que este se apropriará dela.

Nesta pesquisa, nossos sujeitos concretos são as professoras, que, ao serem perguntadas sobre suas memórias de leitura, vivenciaram situações passadas e reconstruíram

suas lembranças não só de leitura, mas que através dela se fizeram vivas através das suas palavras.

Tomar os materiais escritos como objetos que provocam gestos, habilidades, competências, desejos, valores é o que precisamos buscar quando ocorre o encontro entre esses materiais escritos e o leitor no momento da leitura. Analisar a leitura como uma prática cultural carregada de valores, simbolismos, dados culturalmente pelas comunidades de leitores e apropriações diversas é a intenção deste trabalho.

Entendendo a leitura como essa prática cultural, é preciso pensá-la também como uma prática sujeita a censuras e limitações por suscitar formas de pensar alheias aos que se consideram detentores do poder social. Assim, acreditamos ser relevante uma discussão acerca desses limites a que a leitura foi e, muitas vezes, ainda é submetida.

2.2 A leitura: entre limites e censuras

Como já dito antes pelas palavras de Michel de Certeau (1994), quando o leitor consegue desviar-se das leituras impostas pelo livro ou pelo texto, ele tem em suas mãos uma “arma cultural”, e, sendo assim, este livro, visto como um instrumento de poder, vê-se sujeito à censura, crítica e classificação. Desse modo, torna-se necessário entender os caminhos que os livros percorreram para chegar até as mãos dos leitores e leitoras na sua trajetória histórica. Para tanto, autores como Chartier (1990), Elias (1994), Leão (2007), Abreu (2003), Bourdieu (2001) entre outros, nos ajudarão a pensar de que maneira o livro foi se tornando um instrumento de poder restrito ao acesso da maioria das pessoas.

Roger Chartier, a esse respeito, nos esclarece que entender as práticas de leitura implica na compreensão da tensão existente entre o poder do livro sobre o leitor e a liberdade do leitor na criação de sentidos no contato com os textos (1990). O livro ou o material escrito pelo poder que culturalmente lhe foi atribuído despertou a desconfiança, a raiva, a discórdia por não poder mais ser controlado por aqueles cujo conhecimento lhe fora reservado, visto que, como produto cultural, foi usado contra a ignorância de muitos.

Elias esclarece que as mudanças sociais ocorrem porque as cadeias de interdependência se modificam, ou seja, as necessidades dos indivíduos mudam, modificando as estruturas sociais (ELIAS, 1994). Sendo assim, podemos pensar que os indivíduos, quando entram em contato com a leitura, modificam seus modos de pensar, mudando também suas necessidades, e buscando então transformar as estruturas sociais a que pertencem.

A autora Andréa Leão, analisando as teorias do sociólogo Norbert Elias, afirma que “[...] os leitores, quando lêem, representam o mundo social, pondo em funcionamento esquemas de compreensão, os quais, uma vez internalizados e expressos nas condutas e práticas, criam instrumentos capazes de atribuir sentido ao mundo” (2007, p. 63).

Neste aspecto, a leitura é capaz de contribuir para que sejam firmados diversos sentidos sobre o que se lê, podendo oferecer ao leitor possibilidades diversas sobre a sua maneira de analisar os fatos, modificando sua visão de mundo. Certeau resume muito bem as possibilidades do leitor em relação aos sentidos que o livro pode lhe proporcionar, quando diz: “Leio e me ponho a pensar [...]” (1994, p. 269). Dessa forma, segundo o autor, o leitor “[...] escapa à lei de cada texto em particular, como à do meio social” (1994, p. 271). Assim, podemos tentar entender os motivos pelos quais a leitura foi de várias maneiras censurada e perseguida. Com o leitor sendo colocado a pensar e analisando de forma diferenciada as leis existentes no seu meio social, tal atividade não era em nada atrativa aos olhos dos governantes.

Chartier aponta que o controle e censura com relação aos livros, ou mais ainda, com relação à cultura escrita, vem de longa data:

A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre a sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas (1999, p.23).

O autor afirma que era de suma importância que os governantes tivessem controle sobre o que era lido, posto que “[...] o livro indicava autoridade, uma autoridade que decorria, até na esfera política, do saber que ele carregava [...]” (*idem*, 1999, p. 84). Sendo assim, era essencial para os governantes e autoridades políticas controlarem e decidirem quem teria acesso a esse saber e de que maneira.

Com a intenção de modificar comportamentos e também as emoções, os indivíduos se submetem ou são submetidos a várias regras de controle dentro de um processo que visa a civilidade. Ou seja, para que o indivíduo fosse “civilizado” do modo como as autoridades gostariam, e estas conseguissem controlar, inclusive, o que se lia, a censura foi extremamente necessária.

Essa censura, como já afirmado, não é recente. Durante a Idade Média, na Europa Ocidental, onde a Igreja Católica possuía o domínio político e cultural, as bibliotecas eram na sua grande maioria confinadas ao espaço dos mosteiros, eram as chamadas *scriptoria*

monásticas, citadas por Chartier (1999, p. 121), cujos acervos eram mantidos longe de leitores laicos. Na Europa, as bibliotecas eram lugares extremamente conservadores, e seus acervos continham apenas um número restrito de obras, que por sua vez deviam ser consideradas dignas da cristandade. O autor Battles (2003) salienta que a igreja Católica possuía o monopólio sobre as escrituras, em razão de o livro ter sido concebido como objeto de culto, e da leitura ser vista como atividade ligada ao sagrado e, portanto, era importante que somente os membros das ordens religiosas e seus benfeitores tivessem acesso às mesmas.

Sendo o acesso e a posse dos livros importantes fatores de manutenção do prestígio político-social e do poder, era fundamental ter sobre eles o controle e a posse por parte dos que eram das elites. No século XVI, a Igreja Católica é responsável pela elaboração de um documento que determina que algumas obras deveriam ser queimadas, sob a recomendação do Santo Ofício¹⁴ (BATTLES, 2003). Notamos, assim, a grande preocupação da Igreja em controlar a divulgação dos livros.

Na Europa, durante a Época Moderna, o Estado e a Igreja procuravam controlar a impressão e circulação dos livros. Também nesse período, os autores e editores sofreram pressões sobre o que era produzido em matéria de leitura, e para atenderem às determinações da Igreja ou do Estado, censuravam partes dos livros tidas como blasfemas ou heréticas, alterando-os, encurtando-os, suprimindo trechos e até capítulos, muitas vezes, acrescentando títulos e resumos (CHARTIER, 1990).

Partindo da observação sobre o poder que o livro representa, por trazer ao leitor conhecimentos até então não revelados, os agentes que fazem parte da elaboração do mesmo, ou seja, os responsáveis pela produção dos livros, quais sejam os autores e editores, são peças muito importantes no processo de civilização e, por consequência, alvos importantes das censuras. Nesse aspecto, quem “[...] difunde livros, difunde ideias e valores, decide o que é permitido e o que é proibido existir, intervém na íntima estrutura das emoções formando sensibilidades” (LEÃO, 2007, p. 61).

Nesse sentido, podemos pensar que a leitura se apresenta sob duas faces: a de possibilitar o leitor a refletir sobre o que lê, e a partir daí criar a sua interpretação do material escrito, ou de fazê-lo concordar com o que está escrito, direcionando-o a um pensamento coerente ao que autores e editores querem passar.

¹⁴ Este documento se denominou *Index Librorum Prohibitorum* e condenava à fogueira inúmeras obras da Antiguidade e de outros tempos, por serem consideradas heréticas, pagãs ou anti-cristãs (BATTLES, 2003).

No Brasil, temos uma história de leitura também marcada pela censura e proibição. A autora Márcia Abreu, no seu livro intitulado *Os Caminhos dos livros*, apresenta um cuidadoso estudo acerca das dificuldades em se obter ou possuir um livro no período Colonial, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Trata dos organismos de censura e acompanha atuação dos mesmos no Brasil e em Portugal. A autora esclarece que

[...] até 1807, a única possibilidade de aquisição e transporte legais de livros e papéis abertos aos colonos vivendo no Brasil era importá-los de Portugal, o que implicava a elaboração de um pedido de autorização do órgão de censura (ABREU, 2003, p. 29).

Eram enviados em média 110 obras a cada ano ao Brasil. No ano de 1800, vale ressaltar que a população da cidade do Rio de Janeiro se aproximava dos 50.000 habitantes (*idem*, 2003), o que mostra a desproporção do número de livros que chegava em relação ao número de habitantes locais na época. Podemos então pensar que a posse de tão restrito número de livros deveria ser direcionada a poucos e selecionados leitores.

Com a vinda da Família real para o Brasil, especificamente para o Rio de Janeiro, tornou-se possível adquirir livros impressos no Brasil pela Imprensa Régia¹⁵ ou importá-los de outros lugares além de Portugal, com prévia autorização do Desembargo do Paço – instituição com sede no Rio de Janeiro que possuía funções similares à outra instituição de censura sediada em Lisboa¹⁶ (ABREU, 2003).

Esta instituição, além de outras atribuições, a partir de outubro de 1808, teve também a obrigação de controlar o despacho de livros e papéis que passassem pelas alfândegas. Sendo assim, entre a vinda da família Real e a independência do Brasil,

[...] a mesa do Desembargo do Paço esforçou-se por controlar a impressão e a circulação de livros no Brasil, verificando sua entrada e saída nos portos, examinando obras postas à venda por livreiros, estudando inéditos¹⁷ com

¹⁵ O Príncipe Regente D. João VI cria a Imprensa Régia em 13 de maio de 1808, pouco depois de seu desembarque no Rio de Janeiro. A Imprensa Régia significou a primeira vez em que se imprimiu legalmente no Brasil.

¹⁶ Conforme a autora Márcia Abreu, citando Perez (2000), havia instituição com mesmo nome e atribuições semelhantes em Portugal desde 1794. Diferente da coroa lusitana, que manteve a censura centralizada na metrópole, os reis da Espanha instalaram tribunais da Inquisição em suas colônias desde o século XVI, empregando como censores pessoas originárias do lugar. Entre outras atividades, esses tribunais deveriam inspecionar os navios em busca de livros proibidos, exercer vigilância sobre a venda de livros, inspecionar livrarias, bibliotecas e casas impressoras (ABREU, 2003).

¹⁷ Inéditos, segundo a autora Abreu (2003), seriam os livros ainda não impressos que deveriam ser ou não aprovados pela Mesa do Desembargo do Paço para posterior impressão.

vistas à impressão, avaliando pedidos de concessão de privilégios de edição e venda, observando a fidelidade de reimpressões (ABREU, 2003, p. 42).

A posse de livros e seus usos estavam ligados à ideia de privilégios, pois apenas alguns possuíam livros e esses eram direcionados, na sua maioria, a assuntos religiosos e profissionais. A partir do século XVIII, essa elite proprietária de livros começa a direcionar seus objetivos literários não mais somente à religião e a obras profissionais, mas também a obras que se direcionavam ao homem, à natureza e ao Estado (VILLALTA, 1999). Assim, o livro passa a representar fonte de saber, e os leitores o percebem não somente como objeto de decoração, mas também como algo útil ao desenvolvimento de estratégias de poder, encarando seu uso como um privilégio, não apenas econômico, mas também como um bem cuja posse garantia um direito exclusivo de grupos sociais determinados e seletos (*idem*, 1999).

No Brasil colonial, não havia bibliotecas públicas. Os livros trazidos pelos jesuítas tinham seu uso restrito aos conventos para uso exclusivo dos religiosos que lá moravam. Em 1814, é criada a Real Biblioteca, com um acervo por volta de 60.000 volumes trazidos de Portugal pela Família Real. Ainda que sua abertura representasse um fato bastante significativo para a população da capital brasileira e sua criação tenha sido um passo importante em direção à abertura de outras bibliotecas, na época se falava da carência de obras atuais e da pouca quantidade de leitores que a frequentavam (LAJOLO e ZILBERMAN, 1993). Percebe-se que a população do período não se sentia familiarizada com ambientes destinados à leitura, o que não é de se estranhar, visto que até tal período o contato com a leitura era extremamente censurado e vigiado.

Somente por volta de 1840, é que a leitura começa de fato expandir-se. Como sede da Monarquia, o Brasil conquista espaços próprios para a difusão da prática, fortalecendo os primeiros leitores brasileiros. Desenvolve-se, assim, a criação literária e sua circulação através de bibliotecas e livrarias (*idem*, 1993).

Segundo Abreu (2003), várias foram as dificuldades enfrentadas no Brasil para que se conseguisse o contato com livros. Até 1808, por exemplo, havia a impossibilidade de imprimir na Colônia, sendo, a partir desse período, a impressão de exclusividade da Imprensa Régia, além disso, os livros eram submetidos a censuras para chegarem até o Brasil.

Apesar disso, segundo as pesquisas da autora, tanto a documentação produzida pela censura em Lisboa, como no Rio de Janeiro, demonstra a farta presença de livros no Brasil. Os empecilhos citados com relação à impressão de livros eram contornados pelas encomendas

de livros feitos à Europa. Vale ressaltar que, nesse período, havia outras possibilidades de leitura além do livro propriamente dito, uma vez que circulavam pelo país “[...] textos variados, como cadernos manuscritos em que se traduziam obras estrangeiras [...]” (ABREU, 2003, p. 346). Havia poucas escolas, mas isso também era contornado com a contratação de professores particulares, também existiam poucas bibliotecas públicas, mas “[...] particulares disponibilizavam seus acervos [...]” (*idem*, p. 348). E sob todos esses aspectos, a autora afirma que não havia desinteresse pela leitura por parte dos colonos, mas sim um esforço da metrópole em controlar o acesso tanto aos livros como à instrução.

Contudo, baseados nessas observações, perguntamo-nos: quem são essas pessoas que conseguiam se desviar das censuras e encomendar livros de Portugal? Quem são os cidadãos que conseguiam textos traduzidos para ler? Quem são as pessoas que frequentavam bibliotecas particulares ou pagavam aulas a professores contratados?

Podemos pensar que tais condições para conseguir driblar as dificuldades não eram acessíveis a todo cidadão brasileiro no período colonial ou imperial. Temos, então, no Brasil, uma história da leitura marcada pela exclusão de classe, já que o acesso era restrito a muitos, e poucos conseguiam driblar os entraves criados pelos organismos de censura que atuavam no período e, assim, conseguir ter contato com objetos de leitura.

Sob este aspecto, as teorias de Pierre Bourdieu a respeito do “capital cultural” ajudam a entender como se dão as lutas entre os diferentes grupos sociais em busca da posição de dominância, por exemplo, as que se dão pela legitimação de práticas culturais, dentre as quais se inclui a leitura (BOURDIEU, 2001). Tal teoria é importante para definir os diferenciais de poder dos vários grupos pela posse da cultura, dominante e legítima.

Para Bourdieu, o “espaço social” é um espaço de lutas, e por isso são importantes as estruturas simbólicas, como a cultura, como exercício de legitimação de alguns grupos sobre os outros. Essas estruturas simbólicas possuem um poder simbólico, que, segundo o autor, é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que se encontram sujeitos a ele (2001).

O poder simbólico é um poder de construção da realidade, em que os símbolos exercem a função de instrumentos de integração social. Segundo afirma Bourdieu, os sistemas simbólicos “[...] só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados [...]” (2001, p. 9). Assim, essas produções simbólicas podem ser explicadas como instrumentos de dominação, se estiverem relacionadas com os interesses da classe dominante. Para o autor, “[...] as ideologias por oposição ao mito, produto coletivo ou coletivamente apropriado,

servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (2001, p. 10).

Sendo assim, a cultura dominante procura fazer uma “falsa” integração do conjunto da sociedade, fazendo com que as classes dominadas tenham uma falsa consciência, passando ideias que legitimem uma ordem estabelecida, em que as diferenças hierárquicas sejam vistas como naturais. Desse modo, essa cultura que une, se apresentando como intermediária, também separa e distingue, fazendo supor a cada uma destas classes dominadas que elas devem buscar definir como cultura, uma posição de distância em relação a ela mesma, cultura dominante.

Essas relações são, portanto, relações de poder simbólico, sobretudo:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2001, p.11).

Vale ressaltar que o poder simbólico exercido numa dada configuração social é aquele construído e operado pelos grupos que conseguiram se colocar em posição de dominação. A cultura é dada como dominante, porque é a cultura dos grupos dominantes, e não porque carrega algum elemento que a torne superior. Para Bourdieu (2001), não há nenhum elemento efetivo que diga que uma cultura é superior à outra, mas sim os valores, atribuídos por certos grupos em situação dominante, numa dada configuração social, fazem dela uma cultura legítima.

Entretanto, Bourdieu nos chama a atenção para o fato de que o poder simbólico “[...] só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (2001, p. 14). Mas esse poder não é ilusório, ao contrário, ele é capaz de gerar efeitos reais. Precisamos entender que para que esse poder exista de fato é preciso que existam grupos ou pessoas que o legitimem, o torne real, pois o que dá às palavras o poder de manter ou não a ordem é a crença na autoridade de quem as pronuncia.

A dominação da cultura letrada no Brasil por alguns vem de encontro às proposições de Bourdieu, já que a cultura aparece como um bem, e uma vez que o acesso à cultura e a aquisição desta entre os grupos sociais conferem aos mais privilegiados um poder real e simbólico que lhes oferece uma relação de intimidade com as práticas culturais mais

valorizadas socialmente. A desigual distribuição deste bem cultural estimula as lutas, como também os conflitos pela posse desse bem, o que faz com que se mantenha a dominação de um grupo sobre o outro. A cultura de um grupo sendo definida como legítima, e como detentora desse bem, dá entrada a posições reservadas aos que detêm essa cultura.

Norbert Elias, por sua vez, nos ajuda a pensar essas questões de poder quando diz que o mesmo é resultado das relações, e não um fato absoluto, e, sendo assim, faz parte das relações humanas. Para o autor, existem grupos ou indivíduos que “[...] podem reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (1994, p. 53).

Na opinião desse autor, as transformações sociais se dão num processo de longa duração e que tais transformações apresentam alterações no equilíbrio social de poder, seja ele, financeiro, sentimental ou cultural. Podemos então analisar as tensões de poder como uma conquista acumulada durante uma longa duração, resultado do desenvolvimento das inter-relações em diversas configurações estabelecidas pelo indivíduo social.

A busca por um equilíbrio na balança do potencial de poder nas relações sociais é um ponto que está sempre em movimento e sempre estará presente onde houver uma interdependência entre indivíduos. Vale ressaltar que para Elias esse equilíbrio na balança social de poder não significa que os indivíduos detenham as mesmas capacidades de poder, mas sim que entre si eles estabelecem alguns padrões de equilíbrio, que não são necessariamente iguais (ELIAS, 2000).

Ao analisar as palavras de Bourdieu e de Elias e as relacionando à leitura, podemos pensar que este poder, que fazia com que a leitura fosse censurada e proibida, excluía certa parcela da sociedade, fazendo do livro um instrumento de poder restrito ao acesso da maioria. Porém, precisamos observar que, apesar de o livro ou de o material escrito terem se transformado num artigo escasso e que representava um poder cultural, a resistência e a luta pelo conhecimento torna essa expansão da leitura possível em vários níveis.

E as mulheres se incluem nessa parcela da sociedade que para terem contato com a cultura escrita precisavam driblar certos preconceitos e resistirem a ideais postos pela sociedade, para que se tornassem leitoras. Mas percebemos que, apesar de conseguirem driblar certos preconceitos existentes, mesmo conseguindo acesso ao material escrito, elas interpretam essas leituras baseadas nos conceitos apreendidos anteriormente.

2.3 A leitura feminina

“Uma mulher já é bastante instruída, quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar.”
(CHARLES EXPILLY, 1935, p.401)

Como a pesquisa trata das memórias de leitura de professoras de Dourados, se torna relevante contextualizar as dificuldades encontradas para que a mulher se colocasse como leitora no Brasil. Mas não podemos falar sobre leitura feminina sem antes entender como se deu o processo de escolarização da mesma. Como nossas entrevistadas, além de serem todas do sexo feminino, são também professoras, teceremos algumas considerações acerca da sua inserção no magistério.

No Período Colonial, a escolarização se dava, normalmente, nas próprias fazendas. E como já dito anteriormente, é no século XIX que o Brasil inicia a impressão de livros, com a implantação da Imprensa Régia. Antes disso, a Coroa portuguesa impediu a impressão no Brasil, e depois, o contato com os livros era fortemente controlado por organismos de censura (ABREU, 2003). Desse modo, os leitores, como sabemos, eram em número restrito, assim como as leitoras.

Com a Proclamação da República (1889), instaurou-se no país um novo modo de pensar, fazendo com que, através de um acesso massificado às escolas, se criassem expectativas em relação ao poder que as mesmas teriam em transformar para melhorar a vida das pessoas. Assim, a educação passa a ser vista como algo capaz de melhorar, inclusive, o desenvolvimento econômico de um país. Consequentemente, com a criação de escolas, surgem também uma maior quantidade de livros.

É importante para pensarmos as condições que contribuíram para a inserção das mulheres no mundo da leitura, que antes refletimos como foi sua inserção em sala de aula nos períodos que vão do final do século XIX até o início do século XX, levando em conta a questão de gênero, já que “[...] a ideologia dominante, que junto com a dominação de classe passava a dominação do sexo masculino sobre o feminino, vinha pela imprensa, pela escola, pela igreja, dissolvidas nas instituições políticas e sociais” (LOURO, 1997, p. 29).

Percebemos aqui novamente as relações de poder acontecendo, e nesse sentido Elias afirma que “[...] o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação

histórica da sociedade em que ele vive e age” (1994, p. 49). Podemos pensar, segundo as palavras do autor, qual seria então a extensão do poder de decisão que possuía a mulher neste período entre o século XIX e início do século XX, numa sociedade em que a dominação do sexo masculino era evidente.

Alguns autores denunciaram a falta de instrução da mulher no período Colonial, chamando a atenção para o fato de que predominava entre elas a ignorância, má aparência e violência sobre os escravos. Um desses autores foi, segundo as autoras Lajolo e Zilberman, o cronista John Luccock, que viveu no Brasil antes da Independência e registra o tratamento dado à mulher pela sociedade local no início do século XIX:

É preciso que se lembre que as mulheres das classes altas e médias, e especialmente as mais moças, vivem muito mais reclusas que em nossa própria terra. O pouco contacto que os costumes com ela permite, dentro em breve, põe o nu a sua falta de educação e de instrução [...] (LAJOLO e ZILBERMAN, 1993, p. 241).

Por tais palavras, visualizamos uma mulher vista como alguém com pouca educação, reclusa e sem acesso à instrução. Vale ressaltar que as palavras do cronista não falam de uma mulher brasileira pobre e sem recursos financeiros, mas sim pertencente a classes altas e médias.

Se para qualquer leitor é difícil, como nos afirma Certeau, “[...] marcar seu lugar no texto [...]”, posto que a leitura é “[...] uma operação de caça furtiva em reservas alheias”, para as mulheres, que viviam em posição, muitas vezes de submissão, precisando lutar constantemente contra as muitas limitações a elas impostas, a leitura parece ter sido até bem pouco tempo proibida ou vigiada. E nesse aspecto, a escola vem como instrumento essencial nesses jogos de poder, ajudando a afirmar papéis na sociedade, outrora já definidos.

A expansão da escolarização e a “[...] extensão social das formas de comportamento civilizado constituíram um aprofundamento do controle das normas de conduta [...]”, fato esse que está diretamente ligado ao surgimento de novas maneiras de socialização, que encontram base na escolarização (VEIGA, 2002, p. 99).

Podemos dizer que a escola foi fundamental para as mudanças dos processos sociais, que atingiram diretamente as relações de gênero, etnia, classe social, entre outras. A escola se preocupa em estabelecer uma cultura masculina dentro das relações sociais e também individuais, com a intenção de deixar bem definidos os papéis dentro do núcleo familiar.

Com relação à leitura, nos primeiros anos do século XIX, a mulher se torna então, graças à expansão da escolarização, uma grande parte do público leitor. Mas essa leitura era direcionada, como já dito antes, pela escola, família e lhe era permitido o acesso aos livros de orações, livros de cozinha, revistas de variedades, e também aos livros de romance. Sempre com a preocupação de não tirar seu foco de atenção à família e à casa.

Mas nem mesmo essa leitura direcionada acontecia de forma tranquila. Segundo a autora Márcia Abreu, o desejo dos educadores de que hoje se leia mais e, sobretudo, romances, pareceria “bizarro” no século XIX, quando os romances eram vistos como “[...] forte perigo para a moral, especialmente a das mulheres e moças” (2001). Pensava-se que a leitura de romances levaria as leitoras de encontro a cenas reprováveis, e que as mesmas poderiam se colocar nas situações vividas pelos personagens, imaginando cenas ilícitas, paixões, ou, pior ainda, se imaginar cometendo adultério. Ainda que não ocorresse essa aproximação da leitura com a vida real, essa seria uma leitura prejudicial, pois poderia afastá-las das tarefas cotidianas (ABREU, 2001).

Mas apesar de todas as tentativas de impedir que a mulher se aproximasse do mundo da leitura, ela foi aos poucos construindo suas práticas em torno dessa atividade e conquistando seu espaço no mercado literário. A literatura sofre alterações para conquistar o novo público, aumentando, assim, a quantidade de obras

[...] em prosa, de consumo mais fácil que os textos em verso, sobretudo os de tendência épica [...], aparecem gêneros originais, de trama prolongada e atraente como o romance e o folhetim; priorizando-se enredos romanescos e de aventuras [...]; enfatiza-se a apreensão dos comportamentos a partir de um ângulo interno, gerando a narrativa psicológica; e valoriza-se a personagem feminina enquanto protagonista de grandes amores (LAJOLO e ZILBERMAN, 1993, p. 237).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o público leitor feminino ganhava lugar, o período de transição entre o século XIX para o século XX caracterizou-se também pela interdição do mundo da escrita a elas (CHARTIER, 1994). Conforme Chartier, o impedimento do acesso ao mundo da escrita às mulheres pode ser analisado a partir da tradição cultural ocidental, que autorizava o acesso à leitura, visto que esta transmitiria aos leitores noções de ordem, disciplina e coerção, mas negava-lhes a possibilidade da escrita, já que a mesma representaria o espaço da liberdade, uma vez que instituindo a comunicação e a troca de ideias, abriria possibilidades de contestação e fuga à “[...] ordem patriarcal, matrimonial ou familiar” (*idem*, 1994, p. 24).

A esse respeito, Lajolo e Zilberman citam as observações de Luccock que confirmam as palavras de Chartier:

Estava assentado que o saber ler para elas não deveria ir além do livro de rezas, pois que isso lhes seria inútil, nem tão-pouco se desejava que escrevessem a-fim-de que não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte (LAJOLO e ZILBERMAN, 1993, p. 241).

Percebemos nessa fala o quanto a mulher era colocada à parte em relação às atividades de leitura e escrita neste período, a ponto de o cronista Luccock considerar um desperdício que elas soubessem escrever, e ainda sublinhar que a sua leitura não poderia mesmo ir além dos livros de orações.

Podemos dizer que à mulher foi sendo dada, gradativamente, a liberdade de ler mais materiais escritos, mas, por outro lado, o acesso a esses mesmos materiais era rigidamente controlado pela família, pela escola e pela igreja. Sendo assim, toda e qualquer leitura direcionada ao público feminino tinha a intenção de lembrá-las, ainda que sutilmente, dos seus afazeres domésticos e obrigações relacionadas à sua posição de mãe e esposa.

A autora Pinheiro, fala a respeito de um dos periódicos do século XIX¹⁸ que nos artigos de autoria masculina se percebe a preocupação em oferecer às mulheres uma leitura amena, contendo “[...] romances e anedotas [...] que não ferissem os valores morais de suas leitoras” (2010, p. 26). Pinheiro também acrescenta que, neste período, havia uma divisão no interior do jornal que se direcionava às mulheres solteiras, como “[...] seções sobre corte e costura [...]”, e às casadas “[...] eram oferecidos os conteúdos relacionados à Economia Doméstica” (*idem*, 2010, p. 26). Observamos que o material escrito, fosse ele livro, jornal ou outro, neste período, tinha a intenção de direcionar e delimitar a leitura feminina.

Verificamos que alguns romancistas do período arriscam-se em romper com certos padrões ao destinar suas obras ao público feminino. Porém, suas obras confirmam a ideologia patriarcal que favorece a dominação do homem sobre a mulher. Assim sendo, as obras representam a prática em vigor e, ao evitar contestá-la, acabam por reforçá-la. O resultado é contraditório, já que por um lado idealiza o público feminino e por outro estimula seu conformismo (LAJOLO e ZILBERMAN, 1993, p. 241).

Notamos aí o poder que o livro representa, auxiliando na regulação de comportamentos, que Elias (1994) explicita muito bem, quando afirma que a civilidade é o

¹⁸ O periódico que a autora Pinheiro pesquisou denominava-se *Jornal das Famílias*, e circulou no Brasil durante o século XIX e era editado em Paris (PINHEIRO, 2010).

resultado do processo civilizador pela qual teria sido estruturada uma rede de censuras que foi transformando lentamente os comportamentos, as emoções individuais e também a vida coletiva. A leitura veio colaborar na internalização das leis sociais, à medida que vai conduzindo uma forma de pensar e ou comportar-se para as mulheres leitoras.

Como já dito anteriormente, ao ler, o leitor forma saberes e consciências antes não percebidas. E com base no que foi dito até agora, percebemos que a sociedade com estruturas bem definidas não via necessidade de uma instrução mais aprofundada da mulher, muito menos que a ela fossem abertos outros olhares para o mundo.

Analfabeta, a mulher brasileira pertencia a um mundo onde o livro e a leitura não existiam. Neste sentido, a situação em que se encontrava a relação da mulher brasileira com a leitura persiste por todo o século XIX. Somente a partir da década de 70, entram em cena campanhas a favor da educação feminina. Vale lembrar que o quadro em que se encontravam as mulheres brasileiras é emoldurado pelas altas taxas de analfabetismo da população do país inteiro. Dessa maneira, como já exercia o papel de educadora no lar, a mulher tornou-se presença dominante no magistério. Atitude que resolveria vários problemas ao mesmo tempo: justificaria o motivo de educá-la; preencheria a mão-de-obra escassa do magistério; e não haveria a necessidade de a mulher ficar muito tempo fora de casa.

2.4 A mulher e o magistério feminino

Desde a colonização do Brasil, grande parte das escolas brasileiras se encontrava sob administração dos jesuítas, que se dedicavam apenas à educação dos homens. Como já dito anteriormente, a educação, no período colonial e por todo o século XIX, não era algo direcionado ao sexo feminino. Louro aponta de que maneira a escola já deixava bem claro que o espaço da mulher deveria ser o mais reduzido possível no âmbito educacional:

A escola como espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, à princípio, marcadamente masculino (LOURO, 1997, p. 77).

E o magistério mesmo sendo visto por muito tempo como uma função própria ao sexo feminino, no início não foi uma profissão direcionada à mulher. Sobre esse período, a autora Tanuri nos afirma que:

As primeiras escolas normais – de Niterói, Bahia, São paulo, Pernambuco, entre outras – foram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino, simplesmente excluindo-se as mulheres [...]. Aliás, mecanismos de exclusão refletiam-se mesmo na escola primária, onde o currículo para o sexo feminino era mais reduzido e diferenciado, contemplando o domínio de trabalhos domésticos (TANURI, 2000, p.66).

Tal processo de exclusão foi se estabelecendo em torno da educação feminina, e inclusive o currículo direcionado às meninas na escola primária era reduzido em relação ao dos meninos, e continha atividades ligadas aos afazeres domésticos, com a intenção de formá-la e prepará-la para as funções do lar e da vida social (LAJOLO e ZILBERMAN, 1993), pois já que a mulher deveria ser instruída, que o fosse sem lhe tirar o foco da casa e da educação dos filhos.

Nos anos finais do Império, as escolas normais foram liberadas ao público feminino, que aos poucos acabou tornando-se maioria. Assim, nos últimos anos do período monárquico, foi se desenhando o papel que a mulher ocuparia no ensino brasileiro. A educação na infância seria atribuída a ela, sendo considerada a continuação do papel de mãe e educadora que ocupava em casa (TANURI, 2000).

Porém, não é sua entrada no magistério que permitiu que as discriminações e diferenciações, que tinham por base a diferenciação de gênero, não estivessem presentes na escola, pois elas já estavam enraizadas na instituição escolar e isso não dependia somente da aceitação da mulher como docente.

A República traz com ela a crença na educação como possibilidade de igualdade e oportunidade para todos, fazendo com que ocorresse uma intensa busca pela escolarização. Acreditava-se que a educação era uma possibilidade de ascensão social, e diante disso o quadro de professores sofre uma carência, já que muitos homens abandonaram a profissão em busca de outras que trouxessem uma maior vantagem financeira (FREITAS, 2000). Nesse contexto, com a intenção de suprir a carência do quadro de professores, a mulher torna-se, então, praticamente, maioria absoluta no magistério.

Os líderes republicanos consideravam o magistério uma profissão direcionada à mulher, posto que ela, na opinião dos mesmos e da maioria da população do período, possuía o “dom” de cuidar de crianças. A esse respeito, Louro aponta que:

[...] a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (1997, p. 447).

Os discursos da época afirmavam que o casamento e a maternidade seriam o caminho natural à mulher, sendo assim, havia muita resistência em pensar que a mesma trabalhasse fora de casa. Por isso, os pais, que permitiam que a filha estudasse mais, direcionavam sua formação para o magistério. Neste período, a mulher era vista como frágil e desprotegida, o que evidenciava que toda e qualquer atividade fora do espaço do lar era vista como arriscada. Ainda que necessário à sobrevivência, “[...] o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria, da maternidade, da pureza do lar [...]” (LOURO, 1997, p.453). E o magistério para ser aceito como uma profissão possível vai tomar para si tais características que eram atribuídas às mulheres.

O magistério feminino apresenta-se como solução para o problema da mão-de-obra escassa para a escola primária, que era pouco procurada pelos homens em virtude da baixa remuneração. Também era por outro lado vantajoso, pois agregava ao seu currículo as funções domésticas que cabiam às mulheres.

Diante desse contexto, compreendemos que o magistério tornou-se o único caminho profissional possível à maioria das mulheres brasileiras principalmente àquelas pertencentes às camadas da classe média da população (FREITAS, 2000).

Mas mesmo sendo maioria no magistério, a mulher ainda se achava excluída de uma educação voltada para sua formação profissional. Podemos pensar, segundo as palavras de Freitas, que

[...] a profissionalização feminina no magistério aconteceu, na verdade, a partir da segunda década do século XX. Até então, muitas das mulheres que abraçaram o magistério, motivadas muitas das vezes por situação financeira precária, o fizeram sem a devida formação e competência (FREITAS, 2000, p. 90).

Apesar da falta de formação profissional, o magistério era o espaço profissional que lhe fora atribuído. Sendo assim, poderia, então, dentro do seu âmbito profissional, tomar suas decisões e fazer suas escolhas dentro da sala de aula.

Contudo não foi assim que aconteceu. Nas escolas, elas recebiam “[...] decisões e determinações” que vinham dos cargos de liderança ocupados por homens, o que reafirma a “[...] ideologia da domesticidade/submissão originada de nossa sociedade patriarcal” (FREITAS, 2000, p. 93).

Os homens que se dedicavam à carreira educacional, durante o século XX, tinham facilidade de promoção em geral, enquanto as mulheres tinham uma ascensão muito difícil, fato que colaborava para que continuassem por muito tempo na carreira de professora primária. As mulheres que cursaram o normal, até a década de 1940, não podiam ter acesso aos cursos superiores. Diante disso, tinham de continuar no magistério primário. Depois dessa década, foram liberados alguns cursos, como de filosofia, e apenas a partir de 1953 a mulher pôde ascender aos demais cursos superiores (TANURI, 2000).

A maior parte das mulheres que seguiram a carreira docente, optaram, na universidade por cursos de licenciatura, levando a tradição da presença feminina ao magistério secundário (BRUSCHINI e AMADO, 1998).

Podemos dizer que o processo de formação da mulher no magistério foi marcado, como vimos, por diferenças salariais e, principalmente, um direcionamento da “vocação” para professoras que induzia as mesmas a uma escolha que era menos valorizada socialmente frente à profissão dos homens. Esse processo, que se iniciou na Colonização, continuou no período do Império, sublinhando a diferenciação da educação pelo gênero e seguiu na República com a inserção da mulher nas salas de aula, tendo homens nas posições de chefia, o que ainda ocorreu em algumas situações durante o século XX.

O lugar que a mulher ocupava no espaço social brasileiro desde o período colonial, durante o século XIX e até parte do século XX, como já explicitado anteriormente, era de menor poder de decisão frente a uma sociedade em que a dominação do sexo masculino era clara. Mas não podemos deixar de apontar que mesmo dentro de toda essa estrutura de controle e sendo “direcionada” na sua grande maioria à profissão do magistério, essa foi uma possibilidade de participação maior no espaço público, visto que elas saíam de casa para a escola. O magistério surge, assim, como uma porta que se abria em direção ao mercado de trabalho para mulheres que tinham como objetivo de vida algo a mais do que cuidar de seus filhos e marido.

Nas falas das professoras entrevistadas, veremos que há sim os depoimentos que nos passam a ideia de que não havia outra possibilidade de trabalho. Por isso, o magistério foi, por muitas vezes, a única opção de trabalho. Mas vale ressaltar que existem também os depoimentos que nos relatam que foi uma escolha da própria mulher, que quis se tornar professora.

Verificamos que não podemos deixar de lado todos os entraves e intenções por detrás dos ideais das famílias, do governo e da igreja em direcionar a mulher ao magistério, mas também olhamos esse fato como um passo na emancipação da mulher, que consegue sair de casa, receber um salário pelo seu trabalho. Desse modo, ela alcança, em parte, um rompimento com a situação de dependência e subordinação ao homem.

Tentamos, neste capítulo, apresentar um quadro da inserção feminina no magistério para compreendermos como as professoras pesquisadas chegaram até a profissão, qual o processo que as levou a lecionar, e as implicações culturais que envolveram o magistério feminino, para chegarmos, assim, em seguida, às suas falas, que nos revelam suas memórias de leitura dentro de um contexto profissional que elas compartilham: serem professoras.

Figura 2: Formatura da turma do magistério da Sra. Erci.



Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Erci

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS DE PROFESSORAS...

“Quando nos indicam com precisão o caminho que tínhamos seguido, aquelas marcas sobressaem, nós as ligamos uma a outra, elas se aprofundam e se religam por elas mesmas. Elas já existiam, mas estavam mais marcadas na memória dos outros do que em nós mesmos. Sem dúvida nós reconstruímos, mas esta reconstrução se faz seguindo as linhas já marcadas e desenhadas por outras lembranças, nossas e de outros”
(Maurice Halbwachs, 1990, p. 65)

Baseados nas palavras de Halbwachs podemos pensar como as lembranças afloram quando são incentivadas de alguma forma. As memórias se encontram lá, guardadas em algum lugar, bem escondidas, mas quando o caminho para reavivá-las é mostrado, se dá a reconstrução de um passado que, muitas vezes, nem sabemos que ainda está lá.

Michel de Certeau afirma que a memória precisa ser estimulada, provocada pelo outro, “[...] tocada pelas circunstâncias, como um piano que produz sons ao toque das mãos. Ela é sentido do outro” (CERTEAU, 1994, p. 163). Por isso, que as entrevistas trouxeram as memórias das professoras que fazem parte da pesquisa, pois elas foram provocadas, incentivadas.

Este processo, em que elas relembram seu passado, permite que se ocupem em “passar a limpo” a sua própria existência. Segundo Ecléa Bosi, “lembrar não é reviver, mas refazer,

reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55).

Neste capítulo, abordaremos as memórias das professoras. Estas, quando foram entrevistadas a respeito de suas memórias de leitura, apresentaram também suas memórias de infância, de sua vida cultural quando jovens, de profissão, de família, enfim algumas de suas memórias de vida.

3.1 Infância e formação

“Voltando assim, quando tem uma coisa assim a gente volta tudo. Mas tem coisa que fica meio esquecida mesmo, a mudança foi grande, muito grande [...]”.
(Sra. Joany)

Ao analisar os depoimentos das cinco professoras, um dos aspectos que mais mostraram interesse em relembrar foi o da vida cultural que viveram em Dourados quando jovens. O que faziam nos finais de semana para se distraírem numa cidade tão pequena do interior do Estado?

Quanto às memórias de infância, apenas a Sra. Erci nos forneceu detalhes de como era a sua infância em Dourados. Quando perguntada sobre o assunto, ela resume: “[...] minha infância? Eu só tenho lembranças boas”. E empolgada continua o relato de alguém que viveu a infância numa cidade do interior, sem os perigos que a vida dos dias atuais apresenta: “[...] foi uma infância que eu curti muito, brinquei muito, naquela época não tinha perigo, apesar de que a gente não saía muito, no máximo ia num vizinho e brincava muito [...]”.

Este é um tempo em que as crianças tinham lugar pra brincar, e o lugar que a professora morava propiciava brincadeiras ao ar livre:

[...] a gente morava aqui nessa quadra, essa quadra todinha era do meu avô, era uma espécie de chácara, e quando era final de semana todo mundo vinha pra cá, a ‘primaíada’ toda, aqui a gente brincava, tinha pomar e brincava à vontade [...] o pomar era muito bonito, aqui onde é hoje a minha casa, era um parreiral, e criança já viu, né? (risos) Quando as uvinhas começavam a ‘roxear’ a gente comia tudo, meu avô ficava bravo, ele não deixava! [...] mas pra gente aquilo é que era bom, fazer o proibido [...] pegava goiaba escondido, era uma delícia, com os primos todos juntos! (Sra. Erci, 58 anos).

As brincadeiras, a que a Sra. Erci se refere, são brincadeiras típicas da época de sua infância, uma infância passada numa cidade, como já citado no primeiro capítulo, onde não havia sequer chegado o televisor. Numa época em que não havia brinquedos industrializados de forma acessível, e as crianças se divertiam nos quintais, nas ruas:

[...] a gente brincava de pega-pega, esconde-esconde, brincadeiras que agora até que estão sendo resgatadas, eu mesma procuro fazer isso com meus alunos, eu procuro brincar com eles daquilo que eu brincava, nós fizemos até um projeto sobre brincadeiras antigas para resgatar isso daí que é tão bom [...] (Sra. Erci, 58 anos).

É importante lembrar que a professora fala de seus alunos no tempo presente, visto que, das cinco professoras entrevistadas, ela é a única que ainda hoje leciona, como professora contratada na rede estadual. E o fato de ter vivido uma infância feliz e com brincadeiras que lhe trazem lembranças muito agradáveis, faz com que queira apresentar aos seus alunos essas brincadeiras: “[...] até bolita eu fui jogar com meus alunos, e eu jogava quando era criança com meu irmão [...] bolita, betsy, essas coisas eu adorava!”.

Da infância traz também lembranças do pai e da mãe, e assim os define: “[...] meu pai era muito de mimar mesmo, mimava mesmo, demais, eu nunca apanhei na vida, da minha mãe eu levava uns beliscões, porque eu não parava quieta, era muito serelepe [...]”.

Continuando a fala da Sra. Erci, quando perguntada a respeito do que havia para se fazer em Dourados na sua adolescência, ela nos relata que o programa certo de domingo de manhã era a missa, e que depois da missa, ainda no período da manhã, elas e os amigos da mesma idade frequentavam uma espécie de baile que acontecia ainda durante a manhã. Segundo ela,

[...] saímos da igreja e íamos pra frente do cinema, que era o local de encontro dos jovens, não tem hoje o “bailinho” que o pessoal jovem vai? Naquela época íamos pra frente do cinema, antes do almoço, reunia todo mundo em frente ao cinema, depois íamos pro Clube Social dançar (Sra. Erci, 58 anos).

Quando a pesquisadora demonstra espanto ao tomar conhecimento da hora em que ela e seus amigos iam dançar, a Sra. Erci deixa bem claro que “[...] tinha que ser tudo antes do almoço, era uma brincadeira dançante de manhã [...] mesmo porque a gente não podia ir a baile à noite e ia então nessa matinê, pra gente era a melhor coisa [...]”.

Os bailes eram permitidos às adolescentes da cidade apenas porque aconteciam durante o dia e, segundo a professora, sempre com supervisão de adultos.

Mais tarde, durante a juventude, as moças tinham dos pais a permissão para frequentarem os bailes à noite, mas somente acompanhadas de alguém responsável, conforme as palavras da Sra. Erci:

[...] comecei a ir em baile com meu irmão, ele me levava, e ficava sentado na mesa comigo, e eu não podia levantar, e eu não aguentava, porque nunca fui quietinha, e queria dançar [...] então comecei a ir com outras pessoas, naquele tempo a gente não ia sozinha a festas, sempre tinha que ter alguém acompanhando, ou ia minha mãe, ou a mãe das minhas primas ou avó, sempre alguém responsável [...] (Sra. Erci, 58 anos).

A Sra. Maria Nélia, ao falar a respeito do que fazia para se divertir quando jovem, resume: “[...] festinha na família, churrasco, casamento, batizado, aniversário, a nossa diversão era isso”. Ela também comenta a respeito dos bailes em Dourados:

[...] baile no clube, era pra dançar mesmo, era muito saudável, com muito respeito, os rapazes tinham muito respeito. Era diferente, a música, era música muito boa. Era uma diversão sadia, saudável. Era uma convivência muito boa com os amigos (Sra. Maria Nélia, 66 anos).

Durante toda a sua fala a respeito do que era feito para se divertir na cidade durante sua juventude, a Sra. Maria Nélia compara o tipo de diversão dos jovens daquele período com os dos dias atuais, sempre frisando que no tempo em que era jovem a maldade era menor, os jovens se encontravam para conversar e se divertir de forma mais saudável, e que as coisas aconteciam de forma mais natural. Suas palavras transmitem saudade do tempo que viveu; “[...] era outra mentalidade, outra criação, outro tempo. Cada coisa tinha seu tempo de acontecer, aos poucos ia acontecendo, naturalmente [...]”.

A Sra. Maria Nélia conta que faziam uns “bailinhos” em casa também: “ [...] os bailinhos que a gente chamava de brincadeira mesmo, ali a gente ficava até meia-noite, porque começava cedo, sete horas da noite a gente já ia, e meia-noite tinha que ir dormir também”.

Além dos bailes, as professoras entrevistadas falam do cinema na cidade. A Sra. Erci conta que eram exibidos com frequência filmes diferentes no cinema, e ela era frequentadora assídua do mesmo; “[...] lembro que minha mãe me levava no cinema, era eu e ela, meu pai tinha táxi naquela época, deixava a gente no cinema e depois buscava, toda quinta e sábado era sagrado minha mãe me levar no cinema”.

A Sra. Maria Nélia retrata as serenatas que eram comuns naquele tempo: “[...] de vez em quando a gente recebia uma serenata, os rapazes vinham na sua janela [...]”. E quando perguntada se ela mesma recebeu alguma, responde com a voz cheia de orgulho: “Várias! Muito bom, música boa. A música era uma beleza, romântica. Porque vivemos a época romântica, dos anos dourados, anos 60, muito bom [...]”.

As lembranças acerca da infância e da vida cultural da cidade no período de juventude das entrevistadas trouxeram sentimentos de saudades percebidos nas vozes das mesmas.

Os relatos de como viveram a infância e a juventude em Dourados têm a intenção de demonstrar o contexto de vivências na cidade. Fazem parte desse contexto também suas memórias com relação ao período em que estudaram.

Elas vão se lembrando aos poucos, e quando interrogadas sobre cada fase de suas vidas é como se fossem montando um quebra-cabeça da sua vivência. A realidade que elas vivem no momento atual é outra, e ao remexerem essas lembranças sentem medo de algo ficar esquecido, de alguma peça faltar quando olharem o quebra-cabeça completo: “Voltando assim, quando tem uma coisa assim para lembrar, a gente volta tudo, mas tem coisa que fica meio esquecida mesmo, a mudança foi grande, muito grande [...]” (Sra. Joany, 66 anos).

As lembranças das entrevistadas com relação ao período escolar são variadas. Quatro das cinco entrevistadas estudaram em Dourados, apenas uma estudou sempre fora da cidade. Umas cursaram universidade, outras não. Em comum elas têm o fato de terem cursado o magistério, o que era obrigatório no período para se tornarem professoras.

A Sra. Eneida estudou na Escola Oswaldo Cruz¹⁹. Uma escola particular, pois, como já dito no primeiro capítulo, o início da educação na cidade de Dourados foi marcada pela iniciativa privada (FREITAS e FERNANDES, 2004). Segundo as palavras da professora, “[...] Naquele tempo, Dourados há 50 anos não tinha como! A única coisa que meu pai fez foi colocar a gente em escola particular, eu estudei até a quarta série no Oswaldo Cruz, que hoje é extinto [...]”.

A Sra. Joany estudou o primário em duas escolas da cidade, uma parte na própria Escola Joaquim Murtinho, aonde veio anos depois lecionar, e outra parte na Escola Oswaldo Cruz. Os irmãos dessa professora precisaram estudar fora da cidade, pois, como eram mais velhos, em Dourados ainda não havia escolas para que fizessem o segundo grau, que era feito após o primário. Foram estudar na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁹ Em 1954, a Escola particular Oswaldo Cruz passa a oferecer, além do ensino primário, o ensino ginásial diurno e noturno (FREITAS e FERNANDES, 2004).

A Sra. Maria Nélia e a Sra. Erci cursaram o primário na Escola Patronato de Menores²⁰. Depois, no ginásio, a Sra. Maria Nélia foi estudar na Escola Oswaldo Cruz, já a Sra. Erci conta que:

[...] sempre estudei em colégio de freiras, porque quando eu estudava o primário não tinha o Imaculada ainda, chamava-se Patronato de menores, era lá na Igreja Matriz, naquela época chamava-se Jardim da Infância [...] aí quando terminei o quarto ano, já era lá no Imaculada, o ginásio [...]” (Sra. Erci, 58 anos).

A Sra. Erci concluiu o ginásio na Escola Imaculada Conceição²¹, que era também uma escola particular de caráter confessional, fundada pelas Irmãs Franciscanas. E conta-nos que seu irmão estudou na Escola Presidente Vargas, porque “[...] no Presidente Vargas a maioria eram meninos que estudavam, e no Imaculada eram as meninas [...]”. Suas memórias voltam ao tempo em que as escolas eram separadas por sexo, meninos e meninas não estudavam juntos.

Das professoras entrevistadas, a Sra. Neuza foi a única que estudou fora de Dourados na infância. Ela conta que seus pais a colocaram num colégio interno²² na cidade do Rio de Janeiro: “[...] eu estudei no Colégio Anglo Americano, no Rio de Janeiro [...]”. Ela tinha oito anos de idade quando os pais a mandaram estudar neste colégio, mas ficou apenas um ano estudando lá, uma vez que, pelo fato de ser muito criança, chorava muito e não se adaptou. Depois disso, ficou interna em um outro colégio na cidade de Lins, que é mais próxima a Dourados. Mas, em seguida, foi levada para estudar em Campo Grande, pois, segundo suas palavras; “[...] eu vim para Campo Grande porque eram as mesmas irmãs religiosas do colégio em Lins, também tomavam conta do colégio em Campo Grande [...]”.

Conforme seu relato, seus pais acharam por bem mandá-la estudar fora de Dourados, haja vista que, no período, não havia escolas regulares na cidade, já que a Sra. Neuza é a professora mais idosa, não cursou o ensino primário ao mesmo tempo em que as outras professoras. Vale frisar que esta professora pertencia a uma família de muita posse e consequentemente com condições bastante diferenciadas das demais.

²⁰ Em 1950, a Igreja Católica criou a Escola Paroquial Patronato de Menores em Dourados, que funcionou até 1953 na antiga Casa das Irmãs. Em 1955, foi criada a escola particular Patronato de Menores da Ação Social Franciscana. (FREITAS e FERNANDES, 2004).

²¹ A Escola Imaculada Conceição foi criada em 1955, funcionando em dois períodos, em regime de internato e semi-internato. Possuía 300 alunos no ano de sua inauguração e no final do mesmo ano contava com um número de 485 alunos (*idem*, 2004).

²² Em 1686, abriu-se o primeiro colégio interno no Brasil, em Belém da Cachoeira no Recôncavo Baiano, onde os alunos seriam instruídos no Curso de Humanidades e educava-se para a piedade cristã (NUNES, 2008).

Tal experiência indica a questão da abertura de colégios internos muito presente no final do século XIX e início do século XX. Tais colégios eram, em sua maioria, fundados e dirigidos por ordens religiosas.

Figura 3 : Fotografia da Sra. Neuza que se encontra na parede da Escola Joaquim Murtinho, onde estão as fotos de todas as diretoras que passaram pela escola.



Fonte: Acervo da Escola Joaquim Murtinho.

Ao falarmos sobre instituições que se propõem a ensinar pelo confinamento, como no caso dos internatos, precisamos ter a noção de que estamos necessariamente nos referindo à “[...] reunião de estudantes num único espaço físico [...] e que a instituição que abarca o formato de educação pela internação “[...] também atende à tripla função de disciplinar a moral, o corpo e a mente dos alunos [...]” (GREIVE, 2007, p. 30-31). Assim, as famílias, que mandavam seus filhos e filhas estudarem em colégios internos, se garantiam de que os mesmos teriam uma educação nos moldes tradicionais e, no caso da Sra. Neuza, além de uma educação cristã, haja vista que os colégios internos em que estudou em Lins e em Campo Grande eram dirigidos por irmãs católicas.

Com relação ao magistério, cada uma viveu uma experiência: A Sra. Neuza cursou o magistério em Campo Grande, e a Sra. Eneida na cidade de Presidente Prudente. Já as outras três professoras, Sra. Joany, Sra. Maria Nélia e Sra. Erci, cursaram o magistério em Dourados na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, denominada pelas entrevistadas de “Colégio das Irmãs”.

Quando perguntada sobre a sua escolha pelo magistério, Sra. Maria Nélia diz: “Não, fui eu que escolhi”, mas completa a fala: “[...] mas não tinha muita opção [...]”. Como já dito anteriormente, as palavras da Sra. Maria Nélia confirmam as pesquisas acerca da indicação do magistério como sendo a profissão que caberia à mulher, posto que daria a ela o tempo necessário para se dedicar à família, e além disso, fazia com que assimilasse as características “necessárias” para ser uma boa mãe e esposa, tais como carinho, alegria e preocupação com os afazeres domésticos.

Ela afirma que não cursou universidade, pois, logo depois do magistério, em 1970 ela se casou e “[...] aí logo vieram os filhos e aí já não dei mais aula”. Perguntamos então se ela se afastou do magistério durante muitos anos, e, assim, a professora responde com orgulho na voz: “[...] optei pelo cuidado com os filhos”. Apesar de não percebermos nenhum tipo de arrependimento na voz dessa professora por ter parado de trabalhar para educar os filhos, nos interrogamos a respeito dessas escolhas realizadas por ela. Será que essa escolha foi mesmo sua?

Sendo educada nos moldes tradicionais, onde a família e a casa estariam sempre em primeiro lugar, quando se viu casada e pressionada pelos afazeres domésticos, ela teve como optar em trabalhar fora? Podemos imaginar que ficar em casa seria o caminho mais aceito por sua família, seu marido e por ela mesma, já que os ideais de uma mulher onde a prioridade eram os afazeres domésticos já estavam absorvidos por ela. A próxima foto retrata a Sra. Maria Nélia no dia da sua formatura no magistério. Esta foto é guardada com muito cuidado e carinho, lembrança de uma profissão que abandonou para cuidar da sua família.

Figura 4: Sra. Maria Nélia no dia de sua formatura no magistério



Fonte: Acervo particular da Sra. Maria Nélia.

Deixar o trabalho para cuidar da família, segundo a autora Louro era o modo como era visto o magistério para a mulher: como uma ocupação transitória:

[...] a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as solteironas ou viúvas [...] (1997, p. 453).

Talvez por esses motivos a Sra. Maria Nélia afirme que não sentiu nenhum tipo de arrependimento em abandonar a profissão, já que, na sua concepção, como na de muitas mulheres da época, e ainda nos dias de hoje, sua obrigação era a de cuidar de sua casa e sua família.

Com relação à educação da mulher, podemos ter uma noção de como as famílias concebiam o modo de comportamento feminino em sociedade. A Sra. Maria Nélia nos dá

pistas de como era a educação ideal para uma “moça de família” no seu período de juventude, por volta dos anos 60:

Não tinha droga, não tinha prostituição, sexo livre, não tinha. A gente se preservava pro casamento, a moça era preparada pra se casar, ser dona de casa, ser mãe. A mulher tinha que ser mãe toda recatada. A educação que as famílias passavam para as filhas, principalmente, para os filhos também, porque os rapazes também respeitavam muito a gente. Nenhum rapaz falava de sexo, a gente não recebia nenhum convite para essas coisas. Era muito bom, podia estar namorando que não surgia esse assunto (Sra. Maria Nélia, 66 anos).

Essa fala nos traz a realidade dos comportamentos que se esperava da mulher. Colocando como caminho possível à mulher, por exemplo: o casamento e a maternidade, e o afastamento de assuntos considerados proibidos, como sexo. Deste modo, o magistério indica uma forma de instruir as meninas que seriam futuras donas de casa, evitando que seguissem um caminho fora da moralidade e dos costumes da época.

Outra fala que deixa bem claro o direcionamento da educação da mulher nesse período é a da Sra. Joany. Ela conta:

[...] então minha mãe viu que eu gostava muito de trabalhos manuais e colocou a gente num curso de “corte e costura”, porque naquele tempo, filha mulher tinha que aprender corte e costura, eles compravam uma máquina, e a gente aprendia a costurar. Aí depois eu entrei pra fazer o magistério. E no magistério também se aprendia muito essa parte de trabalhos manuais, que a gente fazia muito e gostava, então foi desenvolvendo, e a gente virou professora e sempre se dedicando a esse lado [...] (Sra. Joany, 66 anos).

Novamente a fala dessa professora esclarece a educação direcionada à mulher. Havia a cobrança e a necessidade em aprender atividades relacionadas ao lar, e o magistério veio para reafirmar essa educação, pois trazia um currículo que continha atividades ligadas aos afazeres domésticos.

Devemos considerar o fato de que nesse período, por volta dos anos da fundação da cidade, os moradores de Dourados tinham pouco ou, muitas vezes, nenhum acesso a roupas, à alimentação industrializadas que pudessem comprar, sendo assim as mulheres, de uma maneira geral, tinham de aprender a fazer tais produtos em casa.

Figura 5: Sra. Joany no dia de sua formatura no magistério.



Fonte: Acervo particular da Sra. Maria Nélia.

Outras atividades realizadas no magistério enfatizavam a presença feminina. A Sra. Eneida comenta sobre os vários desenhos que tinham de pintar, o que é relatado entre risos, pois se tratava de um difícil exercício que era obrigada a fazer: “[...] imagina só a gente tinha que pintar uma cartilha que se chamava 'Onde está o patinho? ', o patinho tinha que ser amarelo claro e era quase roxo escuro, você tinha que desenhar toda a cartilha em papel cartolina e pintar”.

Ela ainda fala com cansaço na voz das músicas que tinham de aprender e das lições de caligrafia, porque as alunas do magistério precisavam ter a letra perfeita para lecionarem. Durante a entrevista, a Sra. Eneida pareceu bastante empolgada ao relatar seus tempos em que lecionava, mas, ao comentar das atividades que realizava durante o magistério, demonstrou certo desinteresse, como se tais atividades fossem desnecessárias àquela formação.

A Sra. Maria Nélia aponta a maneira que as mulheres eram educadas: “[...] era outra mentalidade, outra criação, outra educação. Cada tempo tinha seu tempo, aos poucos ia acontecendo normalmente”.

A fala da professora apresenta que os tempos são outros, mas ela considera, em comparação aos dias de hoje, que aquela educação e aquela criação eram melhores, visto que hoje a juventude tem um tipo de liberdade onde as coisas não acontecem “normalmente”. Em sua opinião, o que ocorria com a educação da mulher, destinada a funções matrimoniais e maternas, lhe parecia “natural”.

Cada pessoa considera que o tempo passado, vivido por ela, é melhor em alguns aspectos do que o vivido no momento. Ecléa Bosi, a esse respeito, nos indica que “[...] curiosa é a expressão *meu tempo* usada pelos que recordam. [...] O tempo que o homem considera como seu, é aquele onde ele concebe e executa suas empresas [...]” (BOSI, 1994, p. 211). Assim, as pessoas mais idosas valorizam o tempo em que conseguiram fazer seus planos, seus projetos e realizá-los, e por isso esse tempo será sempre o melhor. Segundo as palavras da professora, o tempo em que ela viveu sua juventude, sua época de namoro e de descobertas, é melhor, porque é o seu tempo vivido, tempo em que realizou todas as descobertas da juventude e quando fez seus planos para a vida adulta.

Na próxima foto, vemos a Sra. Erci com outras professoras da Escola Joaquim Murtinho dentro do período delimitado pela pesquisa. Pode-se notar que todas as professoras usavam uniformes, fato comum às professoras do período. Ainda durante o curso de magistério, todas as alunas e professoras também usavam uniformes. A esse respeito, Louro aponta que:

[...] construía-se uma estética e uma ética. Uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam-se com a exigência de uma postura *discreta e digna*. O mesmo valia para as professoras: como modelos das estudantes, as mestras deveriam também se trajar de modo discreto e severo [...] (1997, p. 461).

Percebemos que até a maneira de se vestir deveria ser condizente a um comportamento indicado como adequado às professoras.

A Sra. Erci tem uma fala bem diferente das outras com relação à educação que preparava para o casamento e para a maternidade. Das cinco professoras, é a única que nunca foi casada e tem uma filha. Seu discurso enfatiza que sempre quis ser mãe, mas ser esposa não fez parte dos seus planos: “[...] eu tive uma filha. A minha filha era [...], aliás, ser mãe era

prioridade na minha vida, mais do que o casamento [...] claro que nunca planejei, não vou casar nunca, não é isso, mas assim aconteceu, e foi a melhor coisa da minha vida [...]”.

Assim, se confirma o que foi dito anteriormente, a educação da mulher era, na sua grande maioria, voltada ao casamento e à maternidade, e o caminho profissional indicado era o magistério, mas temos uma mulher que se tornou professora, exerceu o magistério durante toda a sua vida. Porém, não seguiu os moldes educacionais da maioria das mulheres de seu período. Ela não se casou e quis ser mãe, por isso enfrentou preconceitos e se colocou de forma diferenciada frente à maioria. Voltamos, assim, às relações de poder, citadas por Elias (2000), nas quais a busca pelo equilíbrio deste poder encontra-se numa balança, lugar em que as relações sociais se encontram sempre em movimento, não sendo estáticas e nem as mesmas para todos.

Figura 6: Sra. Erci com outras professoras e a diretora da Escola Joaquim Murtinho no ano de 1970. Da esquerda para direita a Sra. Erci é a sétima professora de pé.



Fonte: Acervo da Escola Joaquim Murtinho.

Apesar de ter sido educada nos mesmos moldes das outras professoras, ter cursado magistério e lecionado durante toda a sua vida, suas concepções diferem bastante das moças da época. Morou sozinha com amigas para cursar a universidade em Campo Grande e viveu uma vida mais independente dos pais. Retornou a Dourados quando a filha já estava com 6 anos de idade, para morar com seus pais que já estavam com idade avançada e apresentavam problemas de saúde.

Iniciou o curso superior de Ciências Sociais, mas não terminou. Cursou faculdade de Direito em Campo grande, depois de quatro anos, formada em Direito, cursou Pedagogia em Dourados, e a primeira escola em que lecionou foi a Escola Joaquim Murtinho. Na foto da página anterior, podemos ver a Sra. Erci com amigas que lecionaram na referida escola, e notamos o uniforme que as professoras do período usavam para trabalhar, o que nos traz a idéia de que a roupa das professoras não poderia chamar a atenção, ou seja, deveria ser

discreta, sem muita cor, para passar a idéia de discrição e recato, características necessárias a uma professora nesse período.

E podemos então nos perguntar se essa mulher, quando jovem, queria ser professora ou conseguiram forçá-la ou induzi-la de alguma maneira a essa profissão. No caso desta professora, a opção por ser professora foi dela, visto que depois do magistério ela se formou em Direito, mas ainda assim optou por ser professora. Ela nos conta que quando criança sempre gostou de brincar de professora com os alunos de sua mãe, e, que quando nasceu sua mãe escreveu num livro de fotos do bebê, em um espaço destinado a escrever o que a criança vai ser quando crescer: professora. E a Sra. Erci diz com muita alegria na voz: “eu já estava predestinada a ser professora, e isso foi muito natural [...] eu gostava mesmo”.

Percebemos que a mãe da professora Erci demonstrou ainda por ocasião do seu nascimento o seu desejo que a filha seguisse sua profissão.

As professoras Neuza e Maria Nélia não cursaram universidade, e a Sra. Eneida cursou História.

3.2 Formação da leitora: Memórias de leitura

*“Por isso na impaciência
Desta sede de saber,
Como as aves do deserto -
As almas buscam beber...
Oh! Bendito o que semeia
Livros...Livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe – que faz a palma,
É chuva que faz o mar”
(Castro Alves)*

Quando perguntado sobre as suas memórias de leitura, o que se lembravam de ler na sua infância e adolescência, a resposta da Sra. Neuza, a professora mais idosa entre nossas entrevistadas, foi incisiva: “Não lembro de nada!”. Mas, como nos afirma Halbwachs (1990), para que a memória encontre o caminho de rememoração é preciso ser conduzida, incitada, provocada. E foi o que aconteceu durante as entrevistas, inclusive com a Sra. Neuza que afirmou não ter nenhuma lembrança acerca da leitura.

Elas falam dos exemplos de leitura que tinham em casa quando pequenas. A Sra. Maria Nélia relata que seu pai possuía uma pequena biblioteca em casa, e que sempre o via lendo, e fala com admiração do hábito da leitura que ele cultivava:

[...] coleções de livros ele tinha. Humberto de Campos, Eça de Queiroz, a cultura dele veio dos livros, porque antigamente não tinha colégio, era uma alfabetização, aprendia um pouquinho de matemática e pronto. O básico ele sabia muito bem, conta, tabuada, nessas coisas ele era craque [...] ele percebeu que pela leitura ele teria muita cultura, e tinha mesmo! Se você conversasse com ele, deduziria que ele tinha muito estudo, e ele só tinha o terceiro ano primário (Senhora. Maria Nélia, 66 anos).

Nas palavras dessa professora, percebemos que seu pai lendo lhe passou o sentido de cultura que podemos adquirir através dos livros. Contudo, ela comenta não ter lembranças de ver sua mãe lendo.

Sobre essas lembranças de seu pai lendo, a Sra. Maria Nélia frisa que seriam nos primeiros anos de sua adolescência, pois enquanto criança não se recorda nem de ver alguém lendo e nem de ter lido nada: “[...] criança? Eu só brincava!”, diz ela.

A Sra. Maria Nélia conta que seu pai não tinha restrições quanto a seus filhos utilizarem a biblioteca particular, e, mais ainda, que ele dizia que seus livros eram herança dos filhos. Como seu pai possuía muitos livros e não impedia que os filhos lessem, perguntamos à professora se ela e os irmãos leram bastante na infância e adolescência, ela responde que “[...] não, não foi bastante não, mas lia”. Notamos que, apesar de ter livre acesso aos livros do pai, nem a professora ou seus irmãos cultivaram o hábito de ler com frequência na adolescência. Quando perguntada sobre o que se lembra de ler neste período ela diz que lia os mesmos autores que o pai: “[...] eram esses mesmos, eu gostava muito de Humberto de Campos [...]”.

Sra. Maria Nélia se recorda também das revistas que lia: “Meu pai assinava muitas revistas também. Que tudo é cultura, né? Aquela revista O Cruzeiro, a Manchete, Seleções”. A professora relata que tais revistas: “[...] eram uma espécie de noticiário do Brasil. A Seleções²³ era uma seleção do que há de melhor em todo o mundo. Todo relato sobre a história, toda novidade que surgia, ela trazia. Eram como se fossem pequenas crônicas, hoje não é mais assim [...]”. E as revistas O Cruzeiro e Manchete, segundo a professora, também eram revistas que traziam notícias sobre o Brasil e o mundo: “[...] noticiário, tudo o que estava

²³ A revista Seleções foi criada em 1922 nos EUA e circula no Brasil desde 1942. Disponível em <<http://www.selecoes.com.br>>

acontecendo no Brasil e no mundo, muito melhor do que hoje. Porque hoje você pega uma revista, tem mais propaganda, anúncio do que noticiário”.

Precisamos atentar para o fato de que no período da sua juventude as revistas tinham a função de noticiar os fatos ocorridos no mundo, pois não havia outras mídias disponíveis para tal. Os jornais e as revistas eram poucos e o rádio não era algo acessível a todos, bem como a televisão, que veio chegar à região no período da Copa de 1970.

Continuando suas recordações, quando indagada sobre que livro lembrava ter lido durante a juventude, ela diz: “Gostava dos romances, porque tinha naquela época O Conde de Monte Cristo, esses romances chamavam muito a atenção da gente, era muito bom, uma leitura muito sadia, muito gostosa”. Os romances, por volta do século XIX, tornaram-se uma das leituras indicadas à mulher, visto que era considerado um tipo de leitura amena, que não ia de encontro aos valores morais que se pensavam adequados na época (PINHEIRO, 2010). Tal fato se confirma quando a professora diz que seus pais não a proibiam de ler romances: “[...] não tinha proibição, porque era tudo muito saudável [...] não tinha”.

Ela justifica o fato de que o romance não era proibido por ser em sua opinião uma leitura “saudável”, visto que não continham nada relativo à violência e sexo, assuntos que, segundo ela, infelizmente, seus netos assistem sem nenhuma restrição na televisão nos dias de hoje. Mas, se analisarmos mais detalhadamente o livro por ela citado, O conde de Monte Cristo, era uma leitura que continha relacionamento amoroso, falas a respeito de sexo, violência, traição, ou seja, justamente os assuntos que ela considera proibidos ou não adequados a uma leitura “saudável”.

Quanto à leitura oferecida aos seus filhos, a Sra. Maria Nélia diz que sempre teve livros em casa depois de casada, conforme suas palavras:

[...] sempre tive livros em casa, mesmo porque eu herdei do papai, e eu tinha porque meu marido também comprou. Balsa a gente tinha coleção completa, mas eles não se interessavam muito pela leitura, eles gostavam muito de ler esses gibis, da Mônica, do Cebolinha [...] (Senhora. Maria Nélia, 66 anos).

Podemos pensar, a partir dessa fala, nos variados usos dos livros, uma vez que este não vai necessariamente ser lido por pertencer a uma pessoa. Chartier compreende os usos do livro muito além das funções direcionadas a ele, quais sejam, o armazenamento de informações e a leitura destas. Essa vem a ser a idéia de apropriação, que mostra a diversidade de usos dos livros, pois, segundo o autor, mesmo sendo feito com a intenção de ser lido, o

leitor poderá dar a ele, o seu objeto livro, vários usos, visto que as formas de ler são muitas e variam conforme a época ou o ambiente, por exemplo.

Apesar de possuírem uma biblioteca particular em sua casa, a Sra. Maria Nélia não tinha a leitura como um hábito. Chartier nos fala a esse respeito quando cita as bibliotecas privadas e suas funções na vida das pessoas entre os anos de XV e XVIII. As bibliotecas eram vistas como símbolo de ostentação social, já que possuir livros em casa poderia indicar sua condição financeira ou intelectual. Assim, as pessoas se apropriavam desses livros, mesmo que não fossem ler.

Quando a Sra. Maria Nélia comenta a respeito dos seus filhos lerem gibis, nos passa a sua opinião de que os gibis não são um tipo de leitura. Não só a Sra. Maria Nélia, mas muitos pais e professores pensavam, ou ainda pensam dessa maneira. A esse respeito, a autora Bari²⁴ comenta das possibilidades existentes na relação entre as histórias em quadrinhos e o seu leitor, que dizem respeito ao incentivo à leitura:

A formação do leitor só chega ao seu amadurecimento pleno se o indivíduo gostar de ler. Ou seja, o vínculo emocional é um elemento imprescindível na proficiência de leitura. As histórias em quadrinhos, além da facilidade da veiculação de conteúdos complexos aos leitores novatos, amadurecem também a relação emocional entre o leitor e sua leitura (2008, p. 226).

Podemos então perceber que a leitura de gibis, ou melhor, de histórias em quadrinhos não deve ser considerada uma leitura menor. Os indivíduos, para se tornarem leitores precisam ter com a mesma uma relação de afetividade, relação essa que leitores iniciantes como as crianças desenvolvem com facilidade pela leitura de gibis. A Sra. Maria Nélia não percebia, mas seus filhos estavam sim, interessados em leitura.

E ela também comenta que só lembra de ver os filhos lendo os livros indicados pela escola, porque eram obrigados a ler:

Eles liam porque eles tinham que fazer trabalho no colégio, eles eram obrigados a ler. Mas tirar da prateleira pra ler, não. A minha filha não, ela gostava mais de ler, mulher né? A mulher gosta mais de ler, menino mais de sentar pra tomar tereré, essas coisas [...].

²⁴ A autora Valéria Aparecida Bari, realizou em sua Tese de doutorado intitulada “O potencial das Histórias em quadrinhos na formação de leitores: busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiros e europeus”, uma pesquisa acerca das possibilidades de uso das histórias em quadrinhos no incentivo à leitura, fazendo uma relação entre as práticas com esse tipo de leitura no Brasil e na Europa.

Notamos, nessa fala, a diferenciação que a Sra. Maria Nélia encontrava no modo de ser de seus filhos e filha, inclusive relativa ao gosto pela leitura, ela explicita que, em sua opinião, mulheres gostam mais da atividade da leitura, já meninos preferem atividades diferenciadas, o fato de seus filhos não gostarem de ler se justifica simplesmente por serem homens.

Na época em que lecionava, a Sra. Maria Nélia também não lia, a não ser os livros necessários à sua profissão, nas suas palavras:

[...] não eu não tinha muito tempo pra isso, então era mais para a preparação de aula, é, preparava aula, estudava também, porque eu não tinha terminado [...] eu tinha que corrigir prova, tinha que preparar aula e não tinha muito tempo não, depois eu casei, aí [...].

Segundo as palavras da professora, não havia como “ter tempo” para leitura por ser ocupada com as atividades que o magistério exigia, e depois de casada com as atividades de sala de aula somadas aos afazeres domésticos não encontrava nenhum tempo para se dedicar à leitura.

A Sra. Eneida se lembra de apenas um livro que tenha lido na juventude “Meu pé de laranja lima”. Na opinião dessa professora, no seu período de infância não lia muito porque não havia incentivo à leitura nas escolas. Para ela, “[...] professor de literatura só vai existir depois, lá no segundo grau [...]”, e esse foi um dos motivos pelo qual ela não cultivou o hábito pela leitura, e complementa: “[...] porque você é o que se aprende, lógico que a leitura ajuda [...]”. Percebemos que, mesmo não tendo o hábito da leitura durante sua fase de juventude, a Sra. Eneida valoriza a prática, e nos conta que depois, durante o magistério, “[...] adorava ler!”. E diz que, durante o tempo de magistério, as alunas tinham de ler certo número de livros por semestre, e apresenta alguns autores que lembra ter lido nessa época: “[...] lembro de vários [...] Jorge Amado, Machado de Assis, José de Alencar, então eram esses que a gente lia”.

Apesar de a leitura ser obrigatória no período do magistério, a Sra. Eneida nos diz que gostava de ler: “[...] é exatamente, aí você gostava, você aprendia a gostar, você entende? [...]” e conclui: “[...] para mim, a leitura ainda é a maior viagem que existe! [...]”. Nas suas palavras, observamos que a leitura que a professora realizava no magistério, mesmo fazendo parte do currículo do curso, tornou-se para ela uma tarefa prazerosa, que não foi difícil cumprir tal obrigação. E continuando seu relato, ela conta que na escola em que fez o

magistério²⁵ havia uma biblioteca grande, mas quando indagada se além dos livros obrigatórios ela alguma vez pegou algum por conta própria para ler, sua resposta é firme: “Não, mas de jeito nenhum!” e logo depois justifica: “[...] porque era muita, mas muita coisa que a gente tinha que estudar [...]”.

Na maior parte das falas, as professoras relatam que liam o que era obrigatório no magistério, inclusive citam que seus filhos também realizavam essa leitura obrigatória em sala de aula. A respeito da leitura realizada nas escolas, a autora Regina Zilberman nos diz que:

[...] a leitura proposta pela escola só se justifica, se exibir um resultado que está além dela. Sem a exposição de finalidade situada cronologicamente e profissionalmente mais adiante, que dê visibilidade e sentido ao trabalho com textos escritos, o ensino da leitura ou a própria leitura não se sustentam (2001, p. 21-22).

Baseados nas palavras da autora podemos perceber por quais motivos a Sra. Eneida não se interessava em ler além do que era obrigatório em sala. A leitura proposta em sala só permanece se tiver para o aluno um sentido que não seja apenas o de ler para realizar um resumo ou um fichamento a respeito do mesmo. Nesse sentido, não se poderia esperar que o aluno, ou alunas, no caso das professoras da pesquisa, se sentissem incentivadas a ler a partir das leituras que precisavam fazer no magistério.

Quanto a revistas, a Sra. Eneida comenta que lia O cruzeiro, revista citada anteriormente pela Sra. Maria Nélia e fala também da revista Contigo. A revista Contigo era direcionada ao público feminino e continha fotonovelas²⁶. A professora conta que sua irmã gostava mais desse tipo de revista do que ela, e que apesar de seus pais nunca terem proibido os filhos de lerem, sua irmã foi proibida de ler fotonovelas. De acordo com ela, pelo motivo de que “[...] deixava de fazer o serviço, as coisas de casa, e de estudar”. Quando perguntada se a proibição não ocorreu também pelo conteúdo das histórias de fotonovelas, ela nega, e compara “[...] é a mesma coisa que você pôr seu filho na frente do computador e esquecer do mundo [...]”.

Voltamos então às palavras de Chartier (1990), quando afirma que a leitura implica espaços hábitos, gestos e eram nessas representações que a leitora, no caso a irmã da Sra.

²⁵ A Sra. Eneida fez o magistério na escola Cristo Rei, localizado na cidade de Presidente Prudente, pertencente ao Estado de São Paulo.

²⁶ No período de 1967 a 1971, as revistas de fotonovela ocuparam o segundo lugar em vendagem e circulação no Brasil (SAMPAIO, 2008).

Eneida, se encontrava e se colocava entretida na sua intimidade com a fotonovela, indiferente às solicitações dos seus familiares para que se afastasse do objeto de leitura.

As revistas de fotonovelas foram mania nacional entre as mulheres nos anos de 1970, a autora Sampaio (2008) realizou em sua tese de doutorado uma pesquisa a respeito das memórias de leitura que tratam deste gênero literário. Além da revista *Contigo*, algumas das professoras entrevistadas citaram a revista *Grande Hotel* que, segundo a autora Sampaio (2008), vem a ser a primeira do gênero lançada no Brasil pela editora Abril no ano de 1947²⁷.

Esta autora diz que, conforme suas pesquisas foram possíveis observar alguns aspectos que tornaram esse gênero literário tão popular:

Os temas tratam de questões universais, que preocupam a todos os indivíduos em algum momento da sua vida: amor, sexo, lealdades e traições (amorosas ou de amigos), dinheiro, família, erros e acertos que as pessoas comuns cometem em seu dia-a-dia (SAMPAIO, 2008, p.68).

E para essa mesma autora, o preço baixo, a “facilidade de aquisição” e a “combinação entre texto e imagem” foram fatores determinantes para o sucesso dessas revistas. Ainda frisa que o principal motivo que as pessoas entrevistadas na sua pesquisa citam por buscarem essa leitura, é lhes proporcionar a entrada num mundo diferente do delas, incentivando sua imaginação, podendo, assim, tentar construir sua identidade a partir de outras referências (SAMPAIO, 2008). A questão de gênero também é observada, já que a imagem que se configura como leitor de fotonovelas é feminina, e coloca como motivo para tal fato, as histórias terem como abordagem principal as questões relacionadas aos sentimentos e emoções.

Na capa da revista *Grande Hotel*, na figura a seguir, podemos perceber o que nos diz Sampaio (2008). Notamos que os anúncios falam de assuntos relacionados a sentimentos, relacionamentos entre casais, assuntos que chamam a atenção das mulheres. No canto direito, o anúncio da fotonovela desta edição.

As fotonovelas são consideradas como “leituras sem importância” por alguns estudiosos, ou como uma “leitura menor” por outros, não sendo consideradas, muitas vezes, como “obras literárias”. A fotonovela foi muitas vezes desmerecida, como estilo literário, por

²⁷ Segundo Sampaio (2008), a Revista *Grande Hotel* chegou a ter uma tiragem média mensal de 200.000 exemplares no ano de 1971.

se enquadrar no que podemos chamar de “cultura de massas” ou “cultura popular” (SAMPAIO, 2008). Mas se observada como um produto cultural que é, baseamo-nos em Certeau (1994), para dizer que este estilo de leitura fornece ao leitor, como em qualquer outro, a oportunidade de criar as suas próprias significações e estabelecer as suas representações sociais.

A Sra. Joany relata ter lido tais revistas: “A gente lia assim só por distração mesmo [...], eu lembro que a gente lia a revista Grande Hotel, que eu acho que nem deve ter mais eu acho [...] então, eu lembro de Grande Hotel e Capricho”. Quando perguntada do que se tratavam essas revistas, ela diz: “[...] é vinha uma novelinha assim em quadrinhos [...] é de fotonovela, vinham uns contos assim também, eu gostava muito por causa disso. Vinha também uma parte de moda, trabalhos manuais”. A professora denomina a fotonovela de “novelinha”, porque, segundo ela, algumas histórias tinham uma continuação, como se fossem capítulos para serem acompanhados pelas leitoras.

Podemos dizer que a fotonovela possuía o formato semelhante da atual telenovela, só que veiculada em outra mídia. Observamos também as diferenças nas relações de gênero através dos tempos, pois a fotonovela possuía um público essencialmente feminino, e as telenovelas dos tempos atuais são acompanhadas por homens, mulheres, crianças, enfim por toda a família sem restrições.

Figura 7: Capa do exemplar da revista Grande Hotel do ano de 1977.



Fonte: <www.asfotonovelas.blogspot.com>

Por exercer a profissão de costureira nos dias atuais e comentar que as revistas traziam assuntos relativos à moda e trabalhos manuais, lhe perguntamos se nesse período da

juventude em que cursava o magistério ela também já trabalhava com costura. Ela responde que:

[...] mesmo dando aula, a vida inteira. Comecei quando era adolescente com essas coisas de trabalhos manuais: crochê, tricô, o que tinha naquela época. O frivolitê²⁸ que eu acho que nem se fala mais, e outros tipos de trabalhos manuais que a gente fazia aquele tear de madeira [...] na época a gente trabalhava muito, fazia almofada, xale [...] (Sra. Joany, 66 anos).

Essa professora afirma que tinha mais interesse nas revistas que continham assuntos ligados a trabalhos manuais. Também afirma que seus pais incentivavam a leitura e que nunca lhe proibiram a leitura de algum livro ou revista, mas comenta que sua mãe comprava, na maioria das vezes, as revistas que continham trabalhos manuais e fotonovelas. Assim, podemos notar que mesmo não havendo proibição, havia por parte das mães um direcionamento quanto à leitura para as filhas.

Na maior parte dos relatos, elas liam o que era leitura obrigatória no magistério. A Sra. Joany afirma ter lido na escola: “[...] lembro de ler romance, depois até que pedia na escola algum livro [...] Machado de Assis, por exemplo, não eram muitos porque a cidade aqui não tinha mesmo, a cidade era muito pequena, o lugar era pequeno mesmo [...]”. Nessa fala, a professora cita a dificuldade em encontrar livros para vender numa cidade tão pequena como Dourados, e em outro momento da entrevista ela novamente fala dessa dificuldade em comprar livros: “Naquele tempo, não existia muito meio pra comprar, então a gente nem pedia dinheiro pra comprar livro. Às vezes, a gente ganhava ou aparecia algum [...]”. E lembra que os irmãos que foram estudar no Rio de Janeiro traziam livros, e parentes que moravam também fora da cidade lhe mandavam de presente:

Eu lembro de historinhas, que depois eu usava para dar aulas, eram livros que eu guardei quando era criança, que tinha uma tia minha do Rio que dava de presente pra gente, eles eram fabricados em tecido [...] é uma pena que eu não tenha, porque sujou, desbotou e a gente jogou fora. Mas eu lembro que tinham histórias da Carochinha, e era tudo de tecido [...] então, esses livros eu lembro muito bem que vieram de lá [...] (Sra. Joany, 66 anos).

A fala da professora anuncia a ausência de livros na cidade de Dourados. E, compartilha conosco suas lembranças de ler os livros trazidos pelos irmãos que foram estudar no Rio de Janeiro e por uma tia que morava na mesma cidade.

²⁸

Segundo a professora Joany, esse era um tipo de trabalho manual feito com linha, que tem por base nós que formam pontos diferenciados, podendo enfeitar barras de toalhas de banho, de mesa, entre outros.

Abreu (2003) nos fala das dificuldades em adquirir livros no Brasil no período em que o país era Colônia de Portugal e que persistiu quando o mesmo se tornou Império. E, para chegarem até o nosso país, os livros eram submetidos à censura e interdição.

Fatos que tornaram o livro historicamente um bem cultural, que não era acessível a muitos. E, se os grandes centros tiveram suas dificuldades no acesso à leitura, superadas aos poucos, para uma cidade tão distante e numa época que o acesso a ela era quase nenhum, entende-se a dificuldade em encontrar materiais escritos variados.

A Sra. Joany lembrou-se de apenas um título que leu na infância, o livro “Memórias de um cabo de vassoura”, e, assim como a Sra. Maria Nélia, comenta da dificuldade em ter tempo para ler depois que começou a lecionar:

[...] gostava sim de ler [...] mas depois eu já entrei no magistério e comecei a dar aula e eu não tinha muito tempo. Aí eu fazia meu enxoval também, que era tudo feito pela gente mesmo, a gente fazia, não comprava nada [...] eu lembro que eu bordava todos os meus lençóis, fronhas, camisolas, tudo eu fazia. Então, a gente passou a não ter tanto tempo mais para a leitura [...] (Sra. Joany, 66 anos).

Essa fala nos traz a realidade que viviam no período, relativa a um acesso restrito a produtos industrializados, como roupas, lençóis, toalhas de banho, havendo então a necessidade de que as próprias mulheres confeccionassem tais produtos. Era também o modo como as meninas eram preparadas para o casamento, fazendo seu próprio enxoval.

A professora que relatou ter lido mais livros durante sua infância e adolescência foi a Sra. Erci, e nos conta que sua família era composta de leitores:

[...] minha família sempre foi muito de ler, todo mundo gostava de ler, meu irmão lia muito, aí quando ele começou a trabalhar bem novinho, comprava muito livro, então ele gostava muito de ler, e meu pai, ele lia bastante jornal, e ele lia também sabe o quê? Atlas! Sabe, aqueles atlas quadrados, ele lia tudo, as capitais, os países, o Brasil inteiro (Sra. Erci, 58 anos).

Ela nos conta que o irmão, por gostar muito de ler, e por ter começado a trabalhar cedo, comprava livros: “[...] a gente sempre tinha livros, porque o meu irmão mais velho [...] sempre trazia, acho que foi até com ele que aprendi a gostar de ler [...]”. Esse irmão trazia livros que não considerava ser uma leitura adequada para a irmã, e a proibia de ler tais livros. A Sra. Erci conta entre risos como driblava essa proibição: “[...] meu irmão tinha uns livros que eu não podia ler que eram impróprios, eu pegava escondido e lia”. Assuntos, como sexo,

traição, divórcio, que não eram permitidos ou aconselháveis à mulher e principalmente às moças.

Percebemos aqui, como dito anteriormente, a censura com relação à leitura para as mulheres. O irmão, que era sete anos mais velho, comprava livros que considerava impróprio para a leitura de sua irmã adolescente, mas aqui vemos que, com toda a censura existente no período e apesar dos relatos das outras professoras que acreditavam ser a educação da mulher basicamente direcionada às atividades do lar e assuntos ligados à maternidade, temos um exemplo de mulher que subverte esses direcionamentos e se arrisca em ler livros que não lhe eram permitidos.

Ela continua o relato dizendo, entre muitos risos, que livros eram esses: “[...] tinha uns livros da Adelaide Carraro²⁹, que eram umas histórias picantes, aí ele escondia, eu pegava e lia [...], morreu sem saber que eu lia os livros dele [...]” (Sra. Erci, 58 anos).

A autora Bassanezi diz que “[...] em nome da manutenção da *pureza* das garotas, era comum que as informações a respeito da sexualidade humana chegassem a elas marcadas por censuras, reservas, silêncios e preconceitos [...]” (1997, p. 620). E, apesar da autora se referir aos anos 50, a Sra. Erci e outras moças do seu período viveram esse tipo de proibição na juventude.

A Sra. Erci também se lembra muito de ver o pai lendo, mas não tem lembranças de ver a mãe dedicada a alguma leitura. Vale ressaltar que a mãe dessa entrevistada também era professora e, mesmo assim, afirma que sua mãe só lia mesmo o que era preciso para lecionar.

Esta professora conta que lia ainda criança, quando estudava no Patronato de Menores:

[...] eu lia desde quando estudava no Patronato de Menores, já tinha uma biblioteca ali, eu lia, Monteiro Lobato, era o meu preferido [...] esses clássicos da literatura, Chapeuzinho Vermelho, tudo eu li, engraçado que essa literatura até hoje eu leio para os meus alunos, hoje mesmo eu li para um, na sala [...].

A Sra. Erci também lia os livros do autor Monteiro Lobato enquanto criança, e nos conta que quando criança não era um prazer ganhar livros: “[...] e ganhei até um livro de aniversário, naquela época ganhar livro era terrível. Criança nunca gostou de ganhar livro, e

²⁹ Adelaide Carraro (1925-1992) foi uma escritora considerada uma das “maiores pornógrafas da literatura brasileira”, seus livros foram campeões de vendagem, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, tendo sido inclusive uma das recordistas em títulos censurados durante a ditadura (VIEIRA, 2010).

eu lembro desse livro, era ‘desse tamanho’, nem lembro que aconteceu com aquele livro, foi uma madrinha minha que trouxe”.

Ela se recorda do nome deste livro e de outros do autor Monteiro Lobato que leu durante a infância: “A chave do tamanho, de Monteiro Lobato e li também Aventuras de narizinho [...] de Monteiro Lobato, essas obras infantis eu li quase tudo, e alguma obra para adulto também andei lendo [...]”.

A professora levou para sala de aula os clássicos que lia quando criança, e continua falando de quando lia já nos tempos de ginásio:

[...] quando eu fui pro ginásio, lá no Imaculada³⁰, a biblioteca já era maior e eu acho que li praticamente todos os livros daquela biblioteca, como eu gostava! Eles emprestavam os livros pra gente, e eu trazia de três, devolvia, pegava mais, então eu sempre estava lendo, naquela época não tinha televisão, às vezes, hoje a tecnologia atrapalha o conhecimento, às vezes, é claro que tem os sites que informam muitas coisas às vezes, mas o livro é a imaginação que voa [...] É tão bom imaginar, ler aquilo e imaginar.

Percebemos nas palavras dessa professora a importância que ela dá à leitura. Ela encontra no mundo dos livros uma distração, que, segundo sua definição, faz com que sua imaginação voe. Para essa professora, a leitura é mesmo “produção de significados”, como afirma Chartier (1999), produzem significados e sensações diversas que lhe incentivam a imaginação, e ela volta suas memórias ao tempo em que não havia televisão e, em sua opinião, com a chegada da mesma, a leitura foi ficando em segundo plano.

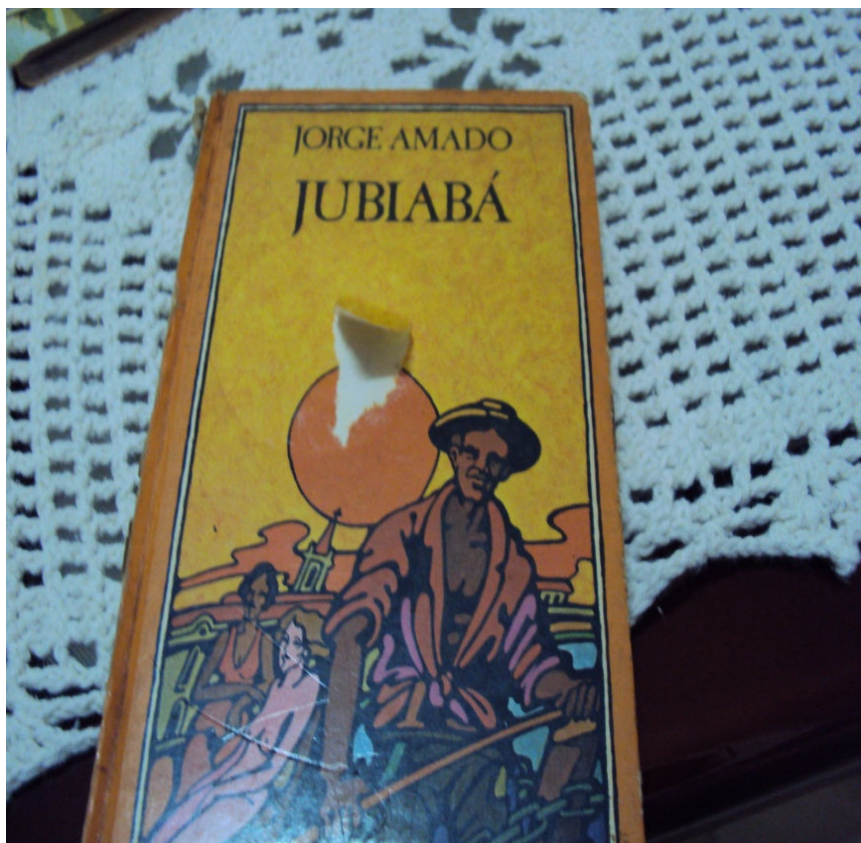
Quando perguntada sobre que livros que lia na sua juventude, a Sra. Erci se lembra do autor Jorge Amado. E nos traz, durante a entrevista, um exemplar do autor que possui desde a sua juventude, o livro Jubiabá, o qual permitiu que fosse fotografado, e comenta sobre o carinho com o mesmo: “[...] nossa dele eu li bastante [...] eu lia outros também, mas eu gosto muito desse [...]”.

A esse respeito, Chartier afirma que “[...] os leitores se apoderam dos livros (ou dos outros objetos impressos), dão-lhes um sentido, envolvem-nos com suas expectativas” (1996, p. 39). Se apoderando do livro como objeto, estes acabam por possuir marcas do passado do leitor, assumindo assim, na relação entre leitor e leitura, funções diversas. O relacionamento que a leitora, Sra. Erci, desenvolveu com seu objeto de leitura depende das representações e

³⁰ Vale ressaltar que a Escola Imaculada pertencia à rede particular de ensino, e atingia um público de alunos de uma classe econômica mais alta, por conseguinte possuía uma biblioteca maior que outras escolas da cidade.

dos sentidos que lhe são atribuídos através do tempo, e esse relacionamento que a professora cita, suscitou um sentimento de afetividade em relação ao seu livro.

Figura 8: Livro Jubiabá de autoria de Jorge Amado pertencente à Sra. Erci.



Fonte: Acervo particular da Sra. Erci

A Sra. Erci conta que sempre incentivou sua filha a ler desde pequena:

[...] gibi, sabe, Pato Donald, eu tinha coleção e a minha filha também aprendeu a ler assim, a gente deitava, eu ia ler, aí ela pegava um livro de ponta cabeça, ela era pequeninha e dizia que estava lendo também, eu sempre incentivei a leitura para minha filha.

Voltamos nesta fala à leitura de gibis. No caso da Sra. Erci, ela valoriza a leitura desse estilo e conta que tinha coleções dos mesmos, incentivando sua filha a ler as histórias em quadrinhos.

Quando perguntada se sua família tinha o hábito de ler em voz alta ou se seus pais liam para ela enquanto criança, ela diz que se recorda da sua mãe lendo: “[...] minha mãe contava sim, ela contava, eu me lembro de quando eu ia dormir, ela sentava na cama e

contava histórias, só pra dormir mesmo, e é tão gostoso [...]”. Sua fala vem carregada de saudosismo de uma época em que ela e sua mãe viveram momentos de afeto incentivados por um momento de leitura.

Tais momentos, para essa professora, traziam tanto prazer que ela quis repeti-los com sua filha: “[...] Eu sempre fiz isso com minha filha, até ela aprender a ler, depois ela lia”.

Como dito anteriormente, a Sra. Neuza nos recebeu para a entrevista já adiantando que não se lembrava de absolutamente nada com relação à leitura na sua juventude ou infância. Mas no transcorrer da entrevista ela revelou várias recordações.

Quanto aos livros que leu na juventude, a professora só lembrou-se de um título, o livro “Meu pé de laranja lima”, já citado anteriormente pela Sra. Eneida, e confessa que nunca foi muito ligada à leitura: “Não, sempre fui muito preguiçosa”, é a sua fala entre risos, e complementa que na época em que lecionava “[...] só lia o que era preciso para dar aula mesmo”.

A Sra. Neuza tinha acesso a livros diversos, seu pai foi prefeito³¹ da cidade de Dourados, sua família sempre teve condições de adquirir livros, e ela comenta que seu pai possuía vários livros. Quando perguntada sobre como esses livros chegavam até Dourados, ela conta que: “[...] Geralmente vinham, naquela época a gente chamava de 'viajantes'. Vinham viajantes e faziam propagandas de livros, da Barsa, tinha outra [...] da Britânica, que eu tenho até hoje”.

No período referido, que é também o período de criação da cidade, os meios de pesquisa eram as enciclopédias, haja vista que as bibliotecas públicas eram praticamente inexistentes e as bibliotecas escolares não existiam na cidade.

No período comentado, que vem a ser o período de criação da cidade, os meios de pesquisa seriam as enciclopédias, haja vista que as bibliotecas públicas eram praticamente inexistentes e as bibliotecas escolares não existiam na cidade.

Ela comenta ainda que a única maneira de se chegar até Dourados nesse período era de trem até Maracaju e depois de caminhão até Dourados. Assim, era também a maneira como esses “viajantes” vendedores de livros chegavam até a cidade para oferecer seu produto.

Continuando o relato de suas memórias, a Sra. Neuza cita o nome da revista que lia na sua juventude, a revista O cruzeiro, já antes citada pela Sra. Maria Nélia. Ao ser perguntada a respeito dos assuntos que continha tal revista, ela diz: “[...] política, moda, de

³¹ O pai da Sra. Neuza foi o Prefeito Antônio de Carvalho, o primeiro prefeito eleito pelo voto popular no município de Dourados no ano de 1947, sua gestão durou até o ano de 1951.

tudo um pouco”. Ela afirma que não gostava de ler livros, mas que sempre gostou de ler revistas.

As memórias de leitura da Sra. Neuza eram poucas já que ela afirmou, durante a entrevista, que não gostava de ler. Quando retornamos à sua casa para que assinasse o termo de autorização para o uso de sua entrevista, ela nos recebeu acompanhada de sua filha, que não estava presente no dia em que havia acontecido a entrevista. Foi entregue a Sra. Neuza, assim como para todas as outras professoras, a cópia da transcrição da sua entrevista, que sua filha logo se pôs a ler. Foi quando ela logo interrompeu para dizer que a mãe havia esquecido de comentar a respeito de sua leitura de cabeceira durante anos, um livro que ela, sua filha, guardara como lembrança da época de juventude sua mãe.

Nosso interesse foi grande frente a esse novo dado que seria muito interessante à pesquisa. A filha então se propôs a pegar esse tal livro nesse mesmo momento, e trouxe em suas mãos um exemplar chamado *Anuário das Senhoras*³². A Sra. Neuza, ao ver o livro, logo se recordou dele e disse: “Foi um presente do meu marido. Ele viajou e trouxe pra mim!”.

Temos aqui a necessidade de pontuar o quanto lamentamos ter encontrado material tão interessante já com o trabalho em vias de finalização, haja vista que em matéria de leitura que as moças do período delimitado pela pesquisa liam, este material vem a ser uma fonte rica em dados e informações. A Sra. Neuza nos fala que esse livro era sempre consultado por ela, era mesmo seu livro de cabeceira.

O exemplar que ela gentilmente nos emprestou, para que fosse consultado e escaneado, data do ano de 1949, e é uma publicação que contém textos, imagens, anúncios de produtos variados, sempre visando o público feminino. Assuntos como: moda, beleza, decoração, trabalhos manuais, saúde, comportamento adequado em sociedade, receitas culinárias, vida doméstica, contos, poesias, literatura, tendo sempre como tema os relacionamentos entre homens e mulheres, e apresentavam ainda biografias que davam exemplos de problemas que poderiam ocorrer na vida familiar, e como os mesmos poderiam ser resolvidos.

³² O *Anuário das Senhoras* é uma publicação carioca que se iniciou no ano de 1934, e era destinada ao público feminino cumprindo uma função de ser basicamente um guia de comportamento (GARCIA, 2004).

Figura 9: Capa do exemplar do Anuário das Senhoras do ano de 1949.



Fonte: Arquivo pessoal Sra. Neuza

Sendo uma leitura destinada às mulheres, voltamos ao segundo capítulo no qual apontamos que, a partir do século XIX, quando aos poucos a mesma foi se tornando alvo de uma leitura específica a ela, mas uma leitura direcionada, com a intenção de que não perdesse o foco de atenção em direção à família, aos filhos e a casa, o Anuário das Senhoras reúne todas as características necessárias à essa leitura vista como “ideal” às moças e mulheres da época.

A nossa entrevistada, a Sra. Neuza, era uma mulher pertencente à elite da sociedade douradense, filha de político e esposa de político influente. O livro foi presente de seu marido, sendo assim, o Anuário era o que ele acreditava ser uma leitura adequada a sua esposa.

Podemos então refletir se a Senhora. Neuza queria ou não se lembrar de tal leitura. A sua representação dessa leitura, as recordações que talvez ela guarde da mesma, lhe tragam lembranças de cobranças feitas à mulher que ela não queira trazer à tona. Num período em que a mulher casada era alvo de cobranças a respeito da sua postura e comportamentos, ela ganha um anuário que traz em suas páginas os indícios de todo esse comportamento esperado.

Nas teorias sobre representação, podemos também dizer que essa professora talvez não considerasse esse anuário um tipo de leitura, e assim, não achar por bem citá-lo na sua entrevista.

Ao folhear o exemplar, podemos perceber de imediato a forte influência dos Estados Unidos em artigos, anúncios de produtos ou com relação à moda. Fotos com atores e atrizes americanas sendo citados como exemplo de moda e elegância. Até mesmo os anúncios de remédios trazem como garantia de qualidade algum nome de especialista americano. Tais anúncios de artigos americanos, sejam eles alimentos ou outros produtos de consumo, têm relação com a abertura da economia brasileira para produtos vindos deste país (GARCIA, 2004).

Chamou-nos a atenção logo nas primeiras páginas do Anuário um artigo intitulado “O que fica mal”, contendo alguns conselhos com relação ao comportamento da mulher, à sua vestimenta em certas ocasiões e até mesmo em que situações ou lugares se devem ou não levar as crianças:

- Não é correto levar crianças a uma festa de certa elegância. Somente se poderá fazer uma exceção tratando-se de um ato íntimo entre parentes ou amizades de muita confiança, e sempre que não sejam em grande número os convidados à cerimônia (Anuário das Senhoras, 1949, p.4).

Observamos o tom que se faz presente em todos os artigos deste exemplar. Um tom de prescrição, que passa a noção de que o que é dito deve ser o seu comportamento.

Os anúncios de produtos de beleza são uma constante neste exemplar, sempre frisando a necessidade de a mulher estar sempre bonita, com uma pele jovem, o que não difere muito dos anúncios de produtos de beleza veiculados nas revistas femininas nos dias de hoje, na busca do ideal de beleza ocidental e moderno.

Figura 10: Página do Anuário das Senhoras – propaganda de creme de beleza.

ANUÁRIO DAS SENHORAS — 1949

O QUE FICA MAL

- Não é correto levar crianças a uma festa de certa elegância. Sómente se poderá fazer uma exceção tratando-se de um ato íntimo entre parentes ou amizades de muita confiança, e sempre que não sejam em grande número os convidados à cerimônia.
- Baixar a cabeça para trás quando se vai beber é uma falta que denota vulgaridade e ausência de hábitos sociais.
- Se um visitante manifesta desejo de retirar-se depois de uma visita demorada, é imprudente insistir em que demore mais um pouco, apresentando novos pretextos para retê-lo.
- O traje mais indicado para a noiva no dia do casamento civil é o costume, se bem que, conforme a estação, possa usar vestido elegante, devendo haver preferência pelos tons sérios.
- Não é de muito bom gosto submeter as visitas a uma espera demorada na ante-sala.
- A pessoa que assiste a uma reunião elegante e tem motivos particulares de mau humor, deve evitar de toda a sorte que ele transpareça. É também aconselhável, que não faça confidências explicando o seu aborrecimento, pois ninguém deve amargar os convidados com assuntos desagradáveis.
- Procure numa recepção falar o menor possível nas qualidades engraçadas de seus filhos, ou na inteligência dos parentes. É preferível que os outros observem tais qualidades.



O poder de uma eterna primavera



A beleza domina sempre em todas as formas, mas, acima de tudo, predomina a beleza de um rosto de mulher.

O ideal de um rosto bonito é a ausência de espinhos, cravos, rugas, manchas, póros abertos, enfim, uma pele unida, branca e lisa debaixo da qual como se vê circular a vida.

CREME POLLAH

dará ao seu rosto, o poder irresistível de uma eterna primavera

Creme Pollah, da American Beauty Academy (Academia Americana de Beleza) é universalmente conhecido para o tratamento da pele. Sua ação se traduz pela remoção das causas, evitando de um modo absoluto as afecções cutâneas. É um produto encontrado nas farmácias e perfumarias.

Use PÓ DE ARROZ POLLAH — Alta qualidade — Ótimo perfume.

Fonte: Anuário das Senhoras pertencente à Sra. Neuza.

Neste exemplar, também podemos perceber indicações de livros que seriam de interesse feminino, títulos como “A higiene pessoal da mulher”, que traz como referência de boa leitura o fato de ter sido escrito pela esposa de um médico norte-americano. O que seria indicação de um bom livro não seria o fato de ser escrito por uma mulher, mas sim o fato dessa mulher ser a esposa de um médico, o que daria credibilidade a uma leitura que tratava de assuntos relativos à saúde.

Artigos que ensinam como pôr corretamente uma mesa de jantar, decoração, dicas de como se maquiar adequadamente para diferentes ocasiões, algumas pequenas biografias de pessoas e artistas norte-americanos que passam sempre algum tipo de ensinamento fazem parte deste exemplar do Anuário das senhoras. Matérias a respeito de exercício físico para que as mulheres se mantenham magras e saudáveis, pequenos contos de romance, várias fotos com vestidos de noivas, enfim são muitas as informações que podem ser aproveitadas historicamente neste exemplar do Anuário das senhoras, pertencente às experiências de leitura da Sra. Neuza.

Um dos artigos intitulado “O lar” nos dá uma noção do tipo de educação e comportamento esperado da mulher e da família nesse período, transcrevemos alguns trechos do mesmo:

A casa é alegria da vida. Ai reunido, filhos e pais garantem a estabilidade da sociedade, mantendo firme, indestrutível a família. Por isso é necessário que o ambiente em que estas criaturas vivem ofereça o conforto e o sossego suficiente, afim de que o trabalho produtivo de cada um, dê os resultados esperados. [...] a mãe. Sua figura deve ter traços inconfundíveis. Bondosa, carinhosa, um aconchego bom e quente para os momentos de desânimo dos filhos. Deve ser sempre otimista. Procurar resolver todas as dificuldades com honestidade, rapidez e segurança. Não andar forçando o marido a despesas dispensáveis, ter sempre em mira a economia, as contas bem organizadas, manter os filhos limpos, e asseadas todas as peças da casa (Anuário das Senhoras, 1949, p. 100-101).

Várias são as qualidades esperadas pela sociedade e pela família para que a mulher se torne uma mãe ideal. Segundo o artigo citado, o comportamento dessa mulher precisa ser impecável quanto à organização doméstica e educação dos filhos, uma mulher ideal que atendia ao modo de ser do período. A esse respeito Bassanezi nos esclarece que nos anos 50 “[...] ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na

ideologia dos anos dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina [...]” (1997, p.609).

Vale ressaltar que algumas páginas do mesmo foram escaneadas e se encontram no anexo desta pesquisa, visto que a nossa intenção não é a de pesquisar somente esse exemplar, mas sim vislumbrar o tipo de leitura direcionada à mulher no período delimitado.

Tomamos conhecimento através das suas falas, de uma época em que a educação da mulher era basicamente voltada aos assuntos ligados à família e ao lar e as leituras direcionadas ao público feminino também tinham essa intenção. Agora essas falas trazem um pouco do que as professoras lêem nos dias de hoje, para que possamos compreender de que modo suas escolhas no passado interferiram nas suas leituras atuais.

3.4 O que elas lêem hoje?

Ao serem perguntadas a respeito do que elas lêem nos dias atuais, percebemos que cada uma tem uma visão de leitura diferenciada, mas muito mais tranquila, sem as cobranças dos tempos da juventude em ler por obrigação, ou ler porque era preciso para lecionarem. Hoje elas têm uma obrigação consigo mesmas e lêem o que têm interesse.

A Sra. Maria Nélia diz que hoje se interessa por livros e revistas com assuntos ligados à religião: “Hoje eu leio livros que me ajudam espiritualmente. Agora, com essa idade minha filha, você não pensa em outra coisa não. Você tem que se preparar, porque o trem passa e a gente tem que estar com o bernal arrumadinho [...]”. Em sua opinião, por já estar ficando mais velha, precisa se preparar espiritualmente para a chegada do fim da vida. A professora professa a religião Católica.

Após ter passado momentos difíceis com a morte do filho, e agora recentemente com a morte do marido, acredita encontrar na religião o conforto e a coragem necessários para prosseguir sua vida: “[...] Eu fiz 22 anos de catecumenato, que é uma evangelização, então abriu meu interesse por esse lado [...] e eu gosto demais de ler isso porque me ajuda a viver [...]”. E acrescenta que também se interessa em ler revistas de atualidades como Veja, Isto é, Seleções. Ela finaliza sua entrevista nos dizendo o que é leitura para ela: “[...] a leitura é muito boa, a gente passeia, desliga e concentra ali [...] a gente desliga e esquece, e ainda é cultura, porque é o que você aprende [...]”.

A Sra. Eneida, apesar de não se interessar por nenhum tipo de leitura em especial, nos dias de hoje, comenta que: “[...] ler ainda é a maior viagem que existe [...]”. E a Sra.

Joany continua lendo bastante as revistas de moda, e de corte e costura, pois faz parte do seu interesse profissional como professora de corte e costura.

Já Sra. Erci, como se mostrou a professora que mais leu na juventude, continua lendo bastante na maturidade. Mesmo afirmando que não tem muito tempo para ler em razão de continuar a lecionar, ela nos conta que lê a revista *Veja*, e que assina várias revistas para sua mãe ler, e também livros de auto-ajuda indicados por sua filha, hoje já adulta, e alguns livros que começou e não conseguiu terminar por falta de tempo. Mas nos conta que lê muito a respeito dos assuntos que permeiam sua prática pedagógica na sala de recursos multifuncionais. Conclui sua fala dizendo que leitura para ela é:

Conhecimento, imaginação, é viagem, é um misto de coisas gostosas, porque na leitura, mesmo hoje com toda a tecnologia visual, acho que ainda o livro é a melhor coisa em conhecimento [...] até na ortografia mesmo, para melhorar a ortografia, a dicção, acho que o livro nunca vai ser, nunca pode ser colocado de lado, nunca, acho que o livro é a principal fonte de conhecimento, apesar da internet, é ele ainda [...] (Sra. Erci, 58 anos).

A Sra. Erci valoriza a importância que a leitura deve ter na vida das pessoas e principalmente na vida das crianças.

Podemos perceber, como nos aponta Bosi (1994), que essas professoras relembaram seu passado e o expuseram nesta pesquisa com um olhar diferenciado, o olhar que elas têm hoje e, assim, analisaram e viram de uma nova maneira sua juventude, seus anseios passados, enfim suas memórias.

3.3 Memórias de sala de aula

Esta pesquisa se trata de um trabalho na área de educação, e por falar de memórias de professoras, achamos por bem apontar o que as entrevistadas lembraram com relação à sua prática pedagógica e suas vivências como profissionais da área educacional. Algumas apontaram seus métodos de incentivo à leitura com seus alunos.

A Sra. Joany nos conta que começou a lecionar aos 15 anos, no ano em que iniciou o magistério. Ela afirma: “[...] Comecei a dar aula no Joaquim Murtinho que era pertinho. Eu era bem novinha, adolescente, eu lembro que os pais iam lá e falavam: 'Com essa menina eu não quero que meu filho estude', eu tinha 15, 16 anos”.

Ela conta que os pais se recusavam a deixar seus filhos estudarem com uma professora que ainda era uma adolescente, e que a diretora da escola a defendia dizendo: “A menina de quem vocês estão falando é uma excelente professora”, e que usava como argumento do seu bom desempenho como professora o fato de que seus alunos não eram reprovados no exame de admissão³³.

A Sra. Joany declara que a prática pedagógica nas primeiras séries era direcionada à aprovação dos alunos no exame de admissão, e comenta das atitudes extremas que as professoras tomavam:

[...] Se não fosse dar conta de passar lá na frente [...] naquele tempo a gente se envergonhava pelo aluno que foi da gente, então a gente segurava mesmo, era no tempo de ficar de joelhos pra estudar, decorar tabuada. Era bem rigoroso, botava atrás da porta pra todos os alunos verem, isso tudo a gente fazia (Sra. Joany, 66 anos).

Seus alunos tinham quase a sua idade, relata a Sra. Joany:

[...] eram quase da idade da gente, por isso os pais falavam [...] eu era pequenininha, muito magrinha. Mas aí então continuei [...] os pais foram conhecendo a gente, aí não tinha mais problemas, mas várias e várias vezes aconteceu de falarem, aí depois foram acompanhando e foram vendo [...] (Sra. Joany, 66 anos).

E mesmo começando cedo e não estando preparada profissionalmente para dar aula, ela fala com afetividade do período em que lecionava: “Eu gostava muito de dar aulas e a gente pega um amor tão grande por aquilo ali e a gente acha tanta necessidade desse convívio com as pessoas, alunos, pai de aluno, professores, colegas, direção [...]”, e confessa que apesar de a remuneração não ser muita, ela diz que “[...] se eu fosse voltar, faria tudo de novo”.

E conta que foi fazer faculdade com a intenção de melhorar a remuneração, e depois cursou uma espécie de especialização em orientação escolar.

Quanto à leitura em sala de aula, ela conta que uns 8 anos depois de começar a lecionar, levava a revista Nosso Amiguinho³⁴ para ler para seus alunos:

³³ Exame de admissão era um exame realizado após a 4ª série para que os alunos pudessem cursar o ginásio, quando então, os alunos faziam um cursinho, para irem para o ginásio (Sra. Joany, 66 anos).

³⁴ Revista infantil criada em dezembro de 1952, que contém jogos, brincadeiras e desenhos para colorir. Disponível em: <www.nossoamiguinho.com.br>

[...] eu mesma assinava e levava para eles, contava aquelas historinhas e depois, essas historinhas de [...] Essas historinhas que a vida inteira a gente sabe [...] ou às vezes a gente conseguia um livro, assim, que tivesse essas historinhas antigas, sem graça, mas tinha, aí eu só encenava mais um pouco, fazia alguma coisa pra chamar a atenção deles (Sra. Joany, 66 anos).

Percebemos que não havia uma preocupação com o incentivo à leitura em sala de aula, mas compreendemos que, numa época em que faltavam professores formados suficientes, as alunas do magistério eram chamadas para lecionar ainda menores de idade, ficando a preocupação com a prática da leitura com certeza em segundo plano.

Ela conta que diretores e pessoas ligadas à política é que procuravam as normalistas para darem aula: “[...] Foram lá dentro da escola pedirem permissão para gente dar aula, porque era tudo menor de idade [...]” e comenta entre risos que ela e suas amigas viviam aquele momento de lecionar como uma brincadeira: a de ser professora. Elas recebiam o salário das mãos da diretora, pois naquele tempo o pagamento era feito em mãos na própria escola.

A Sra. Neuza, quando fala das suas recordações dos tempos em que lecionava, nos conta que as profissões, como professor, dependiam das eleições: “[...] antigamente era muito difícil, porque se houvesse uma eleição e o seu partido perdesse você era demitida [...] se o partido ganhasse, você voltava pro cargo, era assim [...]”, e ela se encaixava nessas pessoas que poderiam ou não perder o emprego dependendo das eleições, pois, como ela diz: “[...] meu pai era político, sogro político e marido era político [...]”.

Ela dava aulas de educação artística e de economia doméstica, mas não tinha formação em educação artística. Suas lembranças nos esclarecem que dificilmente existiam professoras habilitadas para darem aulas específicas neste período.

A Sra. Erci comenta que sempre gostou de ler para seus alunos:

Logo no começo a gente não tinha acesso a livros, mas depois quando as escolas começaram a pedir material para os alunos, era uma época nova, e a minha escola sempre pedia livrinhos de leitura [...] Então eu pedia para deixar na minha sala, eu tinha uma caixa de leituras. Ou então, eu fazia fichas com textos, e aí fazia uma caixa, colocava os textos ali dentro, aí eu fazia um suspense com aquela caixa, e ali tinha fichas com textos, aí eu distribuía na sala, tudo viradinho para começar a leitura, isso desde quando estavam no pré, já tinha isso mesmo que eles não soubessem ler, no pré eles liam pelas figuras, então eu sempre incentivei a leitura para os meus alunos, e hoje também (Sra. Erci, 58 anos).

Essa professora tinha uma preocupação com o incentivo à leitura, mesmo numa cidade sem recursos e em um período em que as escolas não possuíam bibliotecas. Ela nos fala que hoje leciona numa sala de recursos multifuncionais de uma escola estadual da cidade de Dourados, onde crianças com dificuldades de aprendizagem e com necessidades especiais têm um atendimento em horário diferenciado ao da turma regular, para que tenham atividades que os auxiliem nas atividades com o restante da turma. A professora afirma fazer um trabalho pedagógico com essas crianças no qual utiliza muito a leitura. Ela relata empolgada:

[...] a maioria não são alfabetizados, então hoje mesmo eu fiz uma leitura pra eles e eles vão interpretar, eu trabalho com fantoches, eles amam isso daí. Aí eles criam umas historinhas [...] até tem a foto que tirei hoje da menininha, ela sem eu falar nada [...] pegou o livro e está fazendo leitura [...] aí achei interessante que ela começou a contar, sabe? Inventar historinhas (Sra. Erci, 58 anos).

A professora se preocupa e consegue fazer um trabalho em que utiliza a leitura com crianças com problemas de aprendizagem e necessidades especiais.

Figura 11: Fotografia de uma aluna tirada na sala de recursos multifuncionais durante a aula da Sra. Erci.



Fonte: Acervo particular da Sra. Erci.

Sra. Eneida nos relata que nos tempos em que começou a lecionar, os alunos eram disciplinados de maneira rígida: “[...] o aluno vinha cru, nem sabia pegar em lápis, não tinha noção, uma disciplina muito rígida em casa, uma disciplina muito rígida na escola, os dois caminhavam juntos [...] e na minha opinião o saber estava além naquela época [...]”. Na opinião dessa professora, os alunos precisavam ter uma disciplina rígida para que conseguisse uma educação mais eficaz, e, para ela, naquela época a educação era mais eficiente do que a oferecida hoje.

Começou a lecionar com dezoito anos, e a Sra. Eneida comenta das dificuldades que passava para trabalhar: “Você imagina uns quarenta anos atrás, o aluno não tinha merenda escolar [...] quantas vezes eu levava lanche pros alunos, porque não tinha o que comer”. Quanto à leitura, declara que o livro “Meu pé de laranja lima” foi o livro que incentivou seus alunos a lerem e lembra com orgulho de nomes de alunos que chegaram até à universidade e de alguns que se tornaram professores universitários.

A Sra. Maria Nélia nos conta que, saindo do magistério, a primeira escola em que lecionou foi a Escola Joaquim Murtinho. Tinha na época dezoito anos de idade e não se recorda em incentivar seus alunos a lerem.

As memórias de leitura das professoras nos proporcionaram informações ricas em detalhes e apontam como era educação direcionada à mulher no período em que as entrevistadas eram jovens, e de como essa educação procurava censurar a sua leitura e modelar seus comportamentos. Mas “[...] isso não quer dizer que todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado, e sim que as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e pesando em suas escolhas” (BASSANEZI, p.608). Vimos nos relatos apresentados que houve mulheres que não aceitaram as leis e proibições impostas e modificaram suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Tua caminhada ainda não terminou...
A realidade te acolhe
dizendo que pela frente
o horizonte da vida necessita
de tuas palavras
e do teu silêncio”*

(Charles Chaplin³⁵)

Não pretendemos, nessas conclusões, dar por encerrada esta pesquisa. Até mesmo porque, com o desenrolar da mesma, abriram-se tantas outras possibilidades de estudos, que não podemos dizer que aqui é o seu fim. Em vários momentos ficamos realmente sem saber para onde iríamos e aonde queríamos chegar, e acreditamos que as entrevistas foram como um mapa, nos indicando o caminho a que nos propusemos chegar: as memórias de leitura das professoras.

Na busca de algumas respostas, nos vimos ao encontro a outras que não procuramos. Entendemos que, para conseguirem relembrar seu passado, as professoras precisaram se reportar a situações que viveram com o grupo social a que pertencem, utilizando-as como referência nesse processo. Visto que lidamos com histórias de vida, as professoras não trouxeram apenas suas memórias de leitura, mas trouxeram também suas memórias de infância, de juventude, da época de escola, dos tempos de magistério, da formação de suas famílias, do início da constituição da cidade de Dourados, enfim, as lembranças que fizeram parte da sua vida e entre as mesmas, é claro, se encontravam as suas memórias de leitura.

As expectativas iniciais de um projeto de pesquisa são sempre imensas, mas com o passar dos dias, com o aprendizado durante o curso de mestrado, as conversas de orientação e os conselhos da banca de qualificação, o trabalho começa a se delinear, muitas vezes bem diferentemente do que o previsto na ideia inicial.

Inicialmente, com o trabalho levado à banca de qualificação, pesquisariamos a história da leitura na cidade de Dourados, usando como base a fala das professoras entrevistadas. Mas, com o auxílio da banca de qualificação, chegou-se ao consenso, juntamente com a

³⁵

Disponível em <http://pensador.uol.com.br/autor/Charles_Chaplin> Acesso em:23/03/2011.

orientadora, de que a nossa pesquisa seria bem melhor encaminhada se tratasse das memórias de leitura dessas professoras que trabalharam na Escola Joaquim Murtinho, fato que se confirmou com o novo encaminhamento dado à pesquisa.

Pesquisamos então as memórias de leitura de cinco professoras que trabalharam na Escola Municipal Joaquim Murtinho entre os anos de 1963 e 1973, com a intenção de compreender que tipo de leitura estava disponível às mulheres nesse período, e de que forma tal material escrito chegava a essas mulheres, no período da sua infância e adolescência numa cidade com tão poucos recursos como Dourados.

O trabalho com História Oral possibilitou-nos viver experiências singulares no desenvolver da pesquisa. Essa metodologia nos coloca como ouvintes de uma história que não vivemos, mas que, ao fazê-lo, sentimos que podemos trazê-la para que outros saibam de que modo essas pessoas, até então desconhecidas historicamente, fizeram parte de uma história maior: a da sociedade em que estão inseridas.

É preciso ressaltar que aprendemos como trabalhar com entrevistas durante o processo da pesquisa, visto que, nas entrevistas iniciais, a metodologia indicada ao trabalho com relatos orais não foi adequadamente utilizada. Assim, nosso modo de ver as entrevistas e de realizar as mesmas se modificou, na tentativa de fazer um trabalho em que nos distanciássemos das professoras entrevistadas afim de não influenciar e nem direcionar suas respostas.

A falta de documentação que nos levasse a dados que enriquecessem a nossa pesquisa foi um fato desanimador. Fato esse que não atinge apenas a escola na qual trabalhavam nossas entrevistadas, mas segundo as informações obtidas durante o processo da pesquisa, essa é a realidade de todas as escolas de Dourados. Porém, conseguimos os endereços e outros documentos que nos eram interessantes através das entrevistadas.

Além da falta de documentação, devemos apontar as dificuldades em encontrar as entrevistadas, visto que, algumas das professoras que conseguimos os nomes não moravam mais na cidade e não tinham seus endereços conhecidos, e, dado o recorte temporal da pesquisa, algumas professoras cujos nomes foram encontrados na documentação da escola já haviam falecido. Ressaltamos que duas professoras com as quais entramos em contato para que participassem da pesquisa negaram-se terminantemente a fazê-lo.

Além disso, após começarmos o processo de entrevistas com as professoras que aceitaram participar da pesquisa, surgiram dificuldades que fazem parte do processo de aprendizagem, como exemplo: há pessoas mais sucintas, outras mais prolixas nas suas falas, e

muitas vezes, durante a pesquisa não conseguimos obter as mesmas informações de todas as entrevistadas. Todas essas etapas fazem parte do processo de aprendizagem do pesquisador, e sem elas não conseguiríamos enriquecer nossos conhecimentos.

Nossa intenção inicial não era trabalhar com fotografias, mas depois que as entrevistadas gentilmente se propuseram a procurar e a ceder suas fotos tão cuidadosamente guardadas, não tivemos como não aproveitá-las na pesquisa. E acreditamos que as mesmas enriqueceram visualmente o trabalho, dando ao leitor uma ideia mais concreta dos relatos fornecidos e dos sujeitos da pesquisa.

Os relatos nos forneceram detalhes da cidade de Dourados no período da sua criação. Uma cidade do interior do estado de Mato Grosso do Sul, com pouquíssimos recursos, sem estradas que chegassem até ela ou ruas asfaltadas. Essa era a cidade da infância e adolescência das entrevistadas, praticamente rural.

Ao contar sobre sua infância em Dourados, as entrevistadas falam com alegria de uma infância cheia de brincadeiras e diversões típicas de cidade do interior. A adolescência, com seus “bailinhos” durante o dia e serenatas à noite, tudo sempre vigiado de perto por alguém responsável. Foram relatos que nos ajudaram a vislumbrar a Dourados dos seus tempos de juventude.

Iniciamos a pesquisa não somente com a intenção de verificar os materiais de leitura a que tinham acesso as entrevistadas, mas também, buscando perceber os sentidos e valores que as mesmas atribuíam às suas leituras, precisando assim analisar as representações e as práticas com relação à leitura que construíram durante suas vidas.

É importante perceber que não poderíamos analisar os relatos das entrevistadas sem ligá-los às questões profissionais e de gênero, haja vista que todas são professoras e mulheres.

Conforme as nossas pesquisas, a História da Leitura mostra que o acesso aos materiais escritos aconteceu de forma lenta e diferente para certa parcela da sociedade. Mesmo após a invenção da imprensa, o acesso a leitura continuava restrito, visto que poucos tinham a oportunidade de dominar a leitura e a escrita.

E no Brasil não foi diferente. A superação da censura, a dificuldade de acesso ao material escrito, foram alguns dos vários entraves aos quais as pessoas se viam submetidas para conseguirem se tornar leitores de fato em nosso país. As autoridades temiam que a leitura provocasse conhecimentos que não abarcassem as ideias políticas da época, ou seja, temiam que a leitura abrisse aos leitores uma nova visão de mundo. E esse histórico de censuras e

proibições ao material escrito dá ao livro características de um bem cultural acessível a poucos.

Se as dificuldades no acesso ao material escrito eram grandes para a população em geral, as leituras realizadas apontaram que, para a mulher, que se encontrava numa situação em que a dominação do sexo masculino era evidente, essas dificuldades eram ainda maiores. Sendo assim, a história da leitura para o público feminino traz uma carga de censura por parte da família, da igreja e da escola.

A partir dos depoimentos, pudemos constatar que a realidade com relação à leitura vivida pelas professoras entrevistadas permitiu identificar o processo de acesso à leitura encontrado nas mulheres do século XIX. Período em que a leitura a que elas tinham acesso tinha a intenção de direcioná-las às atividades ligadas ao lar e à família.

A fala das entrevistadas aponta que liam fotonovelas, romances, revistas direcionadas a trabalhos manuais. E apesar de relatarem, na sua maioria, não terem sido proibidas de ler, as suas leituras eram basicamente livros, revistas que se direcionavam ao público feminino. Ou seja, mesmo podendo ler o que quisessem, seus interesses literários eram, na sua maioria, nas leituras que visavam o público feminino.

Constatamos que as professoras viveram uma realidade marcada pela quase ausência de materiais impressos, censura de algumas leituras e afetividade por alguns livros que fizeram parte da sua infância e juventude.

Mas mesmo com toda essa dificuldade relatada, os livros e revistas chegavam até elas. Alguns trazidos por irmãos que estudaram fora da cidade, outros por parentes que viajavam e traziam, por meio das escassas bibliotecas existentes nas escolas em que estudaram ou ainda pelas mãos de vendedores viajantes, de uma maneira ou de outra, em pouca ou muita quantidade, a leitura chegava até elas. Mas percebemos que, mesmo tendo algum acesso à leitura, apenas uma entrevistada demonstrou interesse em ler mais materiais escritos durante seu relato.

Vale ressaltar que não entrevistamos pessoas financeiramente hipossuficientes e sem recursos para adquirir livros, ao contrário, nossas entrevistadas são pessoas que frequentavam cinema e bailes em clubes da cidade, são de famílias importantes e de influência, com familiares que estudaram fora da cidade, ou seja, podemos dizer que pertenciam à elite da sociedade douradense no período proposto. Mas queremos aqui pontuar que mesmo tendo condições financeiras e intelectuais para terem acesso à leitura, elas liam muito pouco.

Podemos perceber que a leitura em suas vidas não teve grande importância, não foi algo que de que sentissem falta ou que vissem necessidade de um contato maior.

Mesmo que as professoras tenham relatado que não tinham proibição quanto ao que liam, sua educação era voltada para cuidar da casa, dos filhos e se tornarem boas esposas. Vimos no relato da Sra. Maria Nélia, a evidente direção que havia no sentido de que a mulher era “educada” para ser boa mãe e boa esposa. A Sra. Neuza tinha como única leitura habitual o Anuário das Senhoras, que, como pudemos ver, tratava-se de um manual de bom comportamento para a mulher. A Sra. Eneida confirma que não leu nada mais do que lhe fora obrigatório durante o magistério.

Mas temos, na Sra. Erci, a comprovação de que a mulher poderia se assim quisesse, subverter a esses direcionamentos. Ela foi uma jovem com pensamentos que diferem das outras colegas de trabalho, não se casou, teve uma filha, morou sozinha em outra cidade, enfim, atitudes totalmente contrárias às que se colocavam como sendo “corretas” para uma jovem. E percebemos que, das cinco professoras, ela foi a que leu mais, que teve acesso ao conhecimento, e a que se atreveu a ter contato com as leituras que lhe tinham sido proibidas.

As leituras realizadas apontam que, a leitura entendida como uma prática cultural é capaz de mobilizar valores e sentidos diferenciados. Verificou-se, assim, que uma relação de envolvimento e afetividade entre leitor e texto, onde a leitura ganha um papel de incentivadora de ações, só acontece se essas leituras se efetivam.

Para tanto, o leitor precisa adquirir o hábito da leitura, a leitura precisa se tornar uma prática, que foi o que constatamos nos relatos da Sra. Erci. Uma prática que ela foi internalizando aos poucos, constantemente. É a partir dessa prática de leitura que o leitor vai atribuir sentidos ao que lê, levando esses sentidos para o seu mundo social.

As outras professoras entrevistadas tiveram e relataram seus contatos com livros e autores tais como Monteiro Lobato, Machado de Assis, entre outros, mas sempre deixando claro que foram leituras realizadas por obrigação na escola, ou no magistério.

Mas podemos analisar essas informações sobre outro aspecto que as leituras nos indicaram. Se a leitura é vista como produção de significados, e se cada leitura realizada por cada leitor é uma ação própria e única, seria possível analisar o ato de ler como correto ou não? Adequado ou não? Nossas leituras apontam para que a leitura seja livre, então como analisá-las de maneira a identificar as pessoas como leitoras ou não-leitoras?

Concluímos então que todas as nossas entrevistadas são leitoras. Uma lêem mais e outras menos, mas para cada uma a leitura teve uma significação diferente, que as levou a buscar mais materiais escritos ou não. Os leitores e leitoras devem ser livres nas suas escolhas e nas suas apropriações da leitura, e mesmo sem que percebam, muitas vezes essas leituras ressignificaram seus modos de pensar e agir.

Vale ressaltar que o Anuário das Senhoras que pertenceu a Sra. Neuza foi um achado histórico que abriu possibilidades a um possível futuro trabalho de pesquisa.

Não foi nossa intenção pesquisar acerca da mulher no magistério, mas como nossa pesquisa é realizada dentro do Mestrado em Educação, e nossas entrevistadas além de serem todas do sexo feminino são professoras, este é um assunto que veio fazer parte do contexto da nossa pesquisa. Verificamos que segundo as pesquisas bibliográficas, à mulher não foram oferecidas muitas chances de trabalho fora do lar, e que o magistério foi visto como uma possibilidade aceitável para tal, pois ela trabalharia só meio período, além do fato de que o magistério trazia em seu currículo as funções domésticas necessárias a uma mulher.

Nossas entrevistadas relataram não ter tido muita opção de trabalho que não fosse o magistério. Por outro lado, em alguns relatos, elas confessaram ter sido uma opção, o ofício de professora, e que não gostariam de fazer outra coisa. Não podemos deixar de lado que várias foram as intenções políticas, familiares e religiosas para que a mulher entrasse no magistério, mas não podemos desconsiderar que, numa sociedade com uma dominância essencialmente masculina, o magistério abriu portas para que a mulher saísse de casa, dos afazeres domésticos e conseguisse entrar no mercado de trabalho, ganhando seu próprio salário.

Enfim, mas não finalmente, devemos então dizer o quanto foi trabalhoso, mas também muito prazeroso pesquisar as memórias de leitura dessas cinco professoras que compartilharam suas lembranças de infância, confidenciaram segredos, emocionaram-se, demonstraram paciência, procuraram fotos para auxiliar na pesquisa, enfim, foram nossas companheiras nessa empreitada.

Encontrar nas palavras, nas histórias de vida dessas professoras a comprovação daquilo que lemos nos livros pesquisados, pode ser apontado como a experiência mais rica que a pesquisa nos trouxe. Esperamos ter conseguido chegar aos objetivos propostos, ao menos nossas perguntas foram respondidas, e outras surgiram, para, quem sabe, num futuro próximo, poderemos respondê-las também.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, Castro. *Poetas Românticos Brasileiros*. São Paulo: Editora Lumen, s/ ano.

BARI, Valéria Aparecida. *O potencial das Histórias em quadrinhos na Formação de Leitores*. Tese de doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo – ECA/USP, 2008.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, v.2, n.3, p. 29-42, 1989.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

BATTLES, Mathew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 15ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.64, p.4-13, fev. 1998.

CARLI, Maria Aparecida ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CERQUEIRA, Eduardo Tramontina Valente. “*Escritos de educação*” por Pierre Bourdieu. Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a alfabetização no países de língua portuguesa, São Paulo, ano 2, n.4, 2008. Disponível em: <<http://www.mocambras.org>> e ou <<http://www.acoalfaplp.org>>. Publicado em: março 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. M. Del Priore. Brasília: Ed. UNB, 1994.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. São paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, v.5, n.11, p.173-191, jan./abr. 1991.

_____. (Org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

CUNHA, Maria Antonieta A. *Literatura Infantil: Teoria e prática*. São Paulo: Ática, 2006.

DELGADO, Lucília de A. Neves. *História oral: Memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador- vol 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.2v.

_____. & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)*. Dourados, MS, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da grande Dourados, 2009.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. Tradução de Gastão Peralva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FÉLIX, Loiva Otero. *História & Memória: A problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERNANDES, M. D. E.; FREITAS, D. N. T. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS. *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação. UFG*. Goiás: UFG, v.29, n.1, p.43-62, jan./jun. 2004.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (Org.). *Memórias de Professoras: História e Histórias*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GARCIA, Janaina A. B. Mulheres exemplares: vidas contadas no anuário das senhoras de 1953. *Revista História Hoje*. São Paulo, n.05, p.1-18, 2004.

GINZBURG, Carlos. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Nadia G. A escola e o arquivo escolar: discutindo possibilidades de interlocução entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Goiás. *Anais do IV CBHE*, Goiás: 2006. 1 CD-ROM.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. *O livro: objeto de estudo e de memória de leitura*. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade estadual de Campinas, 2009.

GREIVE, Cynthia. Escolas públicas para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de educação*. Rio de Janeiro: ANPED, v.13, n.39, p.502-516, set./dez. 2008.

_____. Universidades, colégios e saberes. In: *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 15-46.

GRESSLER, L. A; SWENSSON, L. J. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Estado: Gressler, 1988.

GUIMARÃES, Edite da Gloria Amorim. *Histórias de alfabetizadores: vida, memória e profissão*. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JOUTARD, P. Desafios da História Oral para o século XXI. In: FERREIRA, M.; FERNANDES, T. & ALBERTI, V. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz /CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

KLEBIS, Carlos Eduardo de oliveira. *Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da Leitura no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. 4ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996.

LEÃO, Andréa Borges. *Norbert Elias & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Educação jesuítica na Bahia colonial: colégio urbano, internato em seminário, noviciado. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. *Mneme – Revista de Humanidades*. Caicó, RN, v. 9, n.24, p. 1-15. Set/out. 2008. Disponível em <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>>. Acesso em 02 mar. 2011.

OLIVEIRA, M. S. *Lembranças de infância: que história é essa?* Dissertação de mestrado. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP, 1999.

PINHEIRO, Alexandra S. *Leitoras e interlocutoras da Literatura oitocentista – literatura e gênero no Jornal das Famílias (1863 – 1878)*. Porto Alegre: Renascença – Edigal, 2010.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*. São Paulo: PUC, Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história, n.14, p. 7-39, fev/1995.

ROSA, Maria da G.S. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS, 1990.

RODRIGUES, José Honório. *A tradição, a memória e a história*. Brasil Tempo e Cultura 3. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura Estado da Paraíba, 1980.

SAMPAIO, Emilio Davi (Org.). *Relatos e contos de Dourados*. Dourados: Ed. Teixeira Ltda, 2004.

SAMPAIO, Isabel Silva. *Para uma memória de leitura: a fotonovela e seus leitores*. Tese de doutorado. Campinas, 2008. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da Grande Dourados. *Revista Geografia*. Londrina: UEL, vol. 00, n.0, p.89-107, jan./jun. 2009.

SARAT, M. O. *Histórias de Estrangeiros: Infância, Memória e Educação*. Tese de doutorado. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP, 2004.

SILVA, Lilian Montibeller. *Memórias de leitura: a constituição do leitor escolar*. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n.14, p. 61-88, mai/jun/jul/ago 2000.

TEIXEIRA, Inês A, de Castro; PRAXEDES, Vanda Lúcia. História Oral e Educação: Tecendo vínculos e possibilidades pedagógicas. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

THOMSON, Alistair, FRISCH, M. E HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, J.; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

VIDAL, Diana G. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. *Meninas más, mulheres nuas: Adelaide Carraro e Cassandra Rios no panorama literário brasileiro*. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. São paulo, 1999. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 1999.

ZILBERMAN, Regina. *Leitura: história e sociedade*. Disponível em: <<http://crmariocovas.sp.gov.br/lei.2001>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

ANEXO

ANEXO A - Entrevistas

Entrevista Sra. Joany

Pesquisadora: Na sua infância ou adolescência o que a senhora lembra-se de ler?

Dona Joany: A gente lia assim mesmo só por distração mesmo... eu lembro que a gente lia a revista Grande Hotelo, que eu acho que não deve nem ter mais eu acho.

Então eu nunca fui muito dessas “historinhas” e coisa assim, então eu lembro de Grande Hotel e Capricho.

Pesquisadora: Grande Hotelo então era uma revista feminina? Falava do quê?

Sra. Joany: É, vinha uma novelinha assim em quadrinhos, sabe?

Pesquisadora: de fotonovela?

Sra. Joany: É de fotonovela, sabe? E vinham uns contos assim também, eu gostava muito por causa disso. Vinham também uma parte de moda, trabalhos manuais.

Pesquisadora: Por que a senhora sempre trabalhou com costura mesmo dando aulas?

Sra. Joany: mesmo dando aula, a vida inteira, comecei quando era adolescente com essas coisas de trabalhos manuais, crochê, tricô, o que tinha naquela época, né? O frivolitê, que eu acho que não se fala mais (risos), e outros tipos de trabalhos que a gente fazia aquele “tear” de madeira que chama hoje, na época a gente trabalhava muito, fazia almofada, chulé.

Pesquisadora: então a senhora se interessava em leitura que tivesse algo sobre trabalhos manuais?

Sra. Joany: é, eu gostava também de história em quadrinho, em novela, mas não era muito não, muitas vezes eu passava por aquilo ali e já ia procurando outra coisa.

Pesquisadora: e livro, a senhora lembra-se de gostar de ler?

Sra. Joany: lembro de ler romance, mesmo que tem, depois até que pedia na escola algum, alguns a gente já tinha lido... Machado de Assis... não era muito, porque a cidade aqui não tinha mesmo, a cidade era muito pequena, o lugar era pequeno mesmo... eu nasço aqui, então isso eu to falando lá quando eu tinha meus 14 anos.

Daí então minha mãe viu que a gostava muito de trabalhos manuais e colocar a gente em um “corte e costura”, porque naquele tempo filha mulher tinha que aprender corte e costura, eles compravam uma máquina e a gente já aprendia a costurar. Aí depois eu entrei pra fazes magistério, e no magistério também se aprendia muito essa parte de trabalhos manuais, que a gente já fazia muito e gostava, então foi desenvolvendo, e a gente virou professora e sempre se dedicando a esse lado das artes mesmo, né?

Pesquisadora: e seus pais, eles lhe incentivavam a ler, quando a senhora lembra desse período em que a senhora lia por exemplo Machado de Assis, seus pais perguntavam o que a senhora estava lendo?

Sra. Joany: não, não, nunca perguntavam sobre isso não, nunca proibiram, achavam bom que lesse, mas não queria saber o que eu estava lendo não, nem o que a gente queria não.

Naquele tempo não existia muito meio pra comprar, então a gente nem pedia dinheiro para comprar. Às vezes a gente ganhava ou aparecia algum, nem lembro como. Achava bom, a minha mãe mesmo incentivava bastante.

Pesquisadora: sua mãe trabalhava fora ou não?

Sra. Joany: não, ela trabalhava em casa.

Pesquisadora: nem costurava?

Sra. Joany: não, ela sabia costurar, ela orientava muito no começo o que eu aprendi porque ela sabia. Ela costurava, assim, quando a gente era criança, costurava pra família, mas depois, “de” a gente adolescente, grande, já não costurava mais. Porque eles tinham fazenda e o povo de fazenda era mais ainda, assim, acomodado. Com essa parte de cidade das coisas. A gente vinha da fazenda pra estudar, sabe? Depois que eles compraram uma casa aqui e ficava aquele vai e vem da fazenda lá em casa. Mas eles achavam que os filhos tinham que ler formados, né, todos, eram 7 filhos, e davam, então, muito valor para essa parte de leitura e tudo quanto é coisa, eles gostavam muito.

Pesquisadora: seu pai fazia o que? Ele trabalhava na fazenda?

Sra. Joany: trabalhava na fazenda e mexia naquela época mais com gado. Depois, antes de ele falecer que já estava com lavoura. Mas mexia mesmo, no começo era com gado mesmo, que não tinha lavoura grande por ali ainda, não tinha maquinário, não tinha semente, não tinha nada, então era só o gado mesmo, mas tava ali as lavouras, consumo de casa tinha tudo: o arroz, o feijão, uma fruta, isso tudo tinha em casa mesmo, não tinha na verdade era onde comprar, então tinha que ter, né?

Pesquisadora: de livros, a senhora lembra algum título que lhe marcou? Um livro que a senhora leu e “Ah! Esse eu lembro a história era mais ou menos assim...”

Sra. Joany: é, eu era criança ainda, mas eu lembro daquele “Memórias de um cabo vassoura”. Não sei nem se ainda é falado.

Pesquisadora: não conheço não. A senhora lembra o autor?

Sra. Joany: ah, não lembro não. Pode ser até que eu tenha o livro ainda, que eu não sou muito de jogar fora não, o que eu gosto eu guardo, sabe? E tem um outro, mas eu não... não sei se é “meu pé de laranja lima”, não me lembro bem, mas acredito que tenha 2 aí, sabe? 2 ou 3, sei lá, até mais aí, eu acredito que eu tenha, porque eu sou muito de guardar, sabe?

Pesquisadora: então a senhora gostava de ler, não só revistas, a senhora lia livros?

Sra. Joany: lia também, gostava sim. Depois eu fiquei (...) já estava com uns 15 ou 16 anos, daí eu já entrei no magistério e daí eu já comecei a dar aulas e eu não tinha muito tempo. Ai eu fazia meu enxoval também, que era tudo feito “pela gente”, a gente fazia, não comprava nada, mesmo que eu tenha tanta idade, mas meus pais criaram a gente no ritmo deles, que eles foram criados, sabe? E comprava alguma coisa sim, mas eu lembro que bordava todos os meus lençóis, fronhas camisola, as coisas, tudo eu que fazia. Então, a gente passou a não ter tanto tempo mais pra leitura, então, aí, eu já fui me dedicando mais à educação mesmo. Comecei a dar aula no Joaquim Murtinho que é pertinho, né? Eu era bem novinha, adolescente, eu lembro que os pais iam lá e falavam: “com essa menina eu não quero que o meu filho estude”. Eu tinha 15, 16 anos.

Pesquisadora: a senhora iniciou com quantos anos na escola mesmo?

Sra. Joany: pra dar aula, eu acho que eu tinha uns 14 pra 15 anos, eu comecei muito cedo.

Pesquisadora: e já tinha feito magistério?

Sra. Joany: não, foi quando eu entrei no magistério.

Pesquisadora: já entrou dando aula?

Sra. Joany: já entrei dando aula.

Pesquisadora: Ah, e podia?

Sra. Joany: eu não tinha nem entrado ainda, tava terminando a oitava série.

Pesquisadora: e eles já contratavam?

Sra. Joany: é, eles chamavam a gente pra ir cobrindo, fazendo alguma coisa. E daí, no ano seguinte eu entrei no magistério, não sei se isso aí ajudou... e depois era o que tinha aí também, de curso, né? Daí, eu comecei a dar aula, né? E eu lembro que a diretora falava assim: “mas essa menina de quem vocês estão falando é uma excelente professora”. Naquele tempo tinha exame de admissão, você fazia até a quinta série e fazia o exame para você entrar no ginásio, aí ela falava assim: “aluno dela que vai fazer o exame de admissão, não reprova nenhum! Então má professora ela não pode ser...” porque a diretora era muito assim, ela tinha mesmo que puxar, mas na verdade era mesmo, sabe? Se não fosse dar conta de passar lá na frente, naquele tempo a gente se envergonhava pelo aluno que foi da gente, então a gente segurava mesmo, era no tempo de ficar de joelhos pra estudar, decorar tabuada (risos). Era também rigoroso, botava atrás da porta pra todos os alunos verem, isso tudo a gente fazia.

Pesquisadora: e com essa idade, a senhora dava aula pra crianças de quantos anos?

Sra. Joany: já dava lá na admissão mesmo, 4º e 5º ano, porque as outras que tinham, elas tinham menos estudo, menos capacidade que a gente.

Pesquisadora: eram crianças de 8, 10 anos?

Sra. Joany: não, mais, elas iam para o ginásio já!

Pesquisadora: eram quase da sua idade então?

Sra. Joany: era, quase a idade da gente. Por isso que eles falavam “Essa menina, essa menininha” e eu era pequenininha, muito magrinha, eu tinha 38kg, então eu era muito magrinha. Mas aí, então, continuei, não tem problema, os pais foram conhecendo a gente, aí não tinha mais problemas, mas varias e varias vezes aconteceu de falarem, aí depois que foram acompanhando é que foram vendo, né?

Pesquisadora: e no Joaquim Murtinho a senhora ficou quantos anos?

Sra. Joany: olha, eu fiquei 8 anos, daí eu me casei, daí eu fui embora pra Caarapó, trabalhei lá também numa outra escola, como se fosse uma transferência. Aí voltei. Quando eu voltei, não fui pro Joaquim Murtinho, fui pro Presidente Vargas, que é outro colégio que tem lá em cima, aí lá fiquei até aposentar.

Pesquisadora: e aí você aposentou-se super cedo?

Sra. Joany: na verdade, eu fiquei com...acabei pegando dois períodos quando eu voltei de Caarapó pra cá, então tem um que eu aposentei com 40, 42 anos, muito nova mesmo. Eu continuei mais 7 anos, porque foi nessa época que eu fui, quando eu voltei, aí que eu peguei o segundo período, né? Aí continuei mais um pedaço, até uns 50 e poucos anos, mas mesmo assim aposentei muito nova, se fosse hoje eu acho que não aposentava, tem que ter idade. Por isso que hoje eu levo esse curso assim, quer dizer, já era professora e já costurava. Quando eu juntei as duas coisas, aí eu falei: “Não, agora eu estou aposentada”. Eu gostava muito de dar aulas e a gente pega um amor tão grande por aquilo ali e a gente acha tanta necessidade desse convívio com as pessoas: aluno, pai de aluno, professores, colegas, direção, sabe? Tudo quanto é coisa, que acha falta, muita falta. E , eu acho que nem pensei nisso aí, mas, automaticamente, foi se transformando assim, da gente montar alguma coisa, daí que eu comecei a dar aulas e foi meio que uma sequência mesmo. Se fosse voltar tudo atrás, eu faria tudo, com tudo. A remuneração não era lá muita coisa, quando eu fiz foi só o magistério, não tinha outra coisa aqui pra mim fazer, eu fiquei naquilo, né? Mas depois foi vindo as graduações, as coisas aqui, mas era no tempo de Cuiabá ainda, não era nem Campo Grande que resolvia, daí eu fui estudar pra poder ter uma remuneração melhor.

Pesquisadora: a senhora fez faculdade?

Sra. Joany: eu fiz, fiz pedagogia, mas tudo fora daqui porque aqui não tinha nada. Além de tudo, enfrentava curso fora.

Pesquisadora: e trabalhava ao mesmo tempo?

Sra. Joany: fazia tudo, a mesma coisa.

Pesquisadora: e como a senhora fazia?

Sra. Joany: era uma vez por mês que tinha esse curso, hoje eu acho que é proibido, né?

Pesquisadora: não, hoje tem uns ainda. Mas, não era a distancia porque não existia, né?

Sra. Joany: não, eu fazia em Prudente, mas tinha que ir lá. De repente a gente achava que podia ficar um mês sem ir lá e não podia. A gente recebia um comunicado, um chamado e a gente ia correndo.

Pesquisadora: então a senhora fez em Prudente a sua faculdade? E tinha que ir o que, uma vez por semana?

Sra. Joany: isso, em Prudente. Não, as vezes dava até pra falhar mais. Dependia, eles entendiam também que a gente morava longe. A gente pegava tudo meus filhos, botava dentro do carro e levava tudo. Meu marido ia dirigindo e eu no carro, porque eu também nunca fui de deixar meus filhos.

Pesquisadora: e isso foi em que ano? A senhora lembra?

Sra. Joany: vamos ver, o mais velho meu tem 40 anos e ele tinha 6, 7 anos, então já tem uns 34 anos. Porque senão eu ia ficar naquilo ali, ganhando muito pouco, sem ter graduação nenhuma.

Pesquisadora: e o nome da graduação era Pedagogia mesmo?

Sra. Joany: era, era sim. Depois eu fiz também, dentro da pedagogia, eu continuei, fiz orientação.

Pesquisadora.: a senhora fez pós?

Sra. Joany: fiz. Inspeção, orientação, administração. Era 4 anos a pedagogia, eu fiquei 6 anos fazendo em Prudente. Mas depois, a pós-graduação eu fiz em Fátima, que daí já tinha em Fátima, e já era mais perto. Porque antes não tinha nada, né? O mais perto era Prudente.

Pesquisadora.: em Fátima ainda teve antes do que aqui a faculdade?

Sra. Joany: não, na verdade eu acho até que já tinha aqui, mas acontece que eu tinha que freqüentar e ali dava pra eu fazer no mesmo esquema que eu já fazia em Prudente, então por isso que eu acabei indo pra lá. Porque aí, nessa época, eu já tava pensando na minha aposentadoria, que aí já estava quase chegando. Teve época que eu quase larguei, sabe? Aí eu falava assim: “Ah, mas eu já tenho 20 anos de serviço e com 25 professor já aposentava já, aí eu falei: “não, falta muito pouquinho, né? Então eu vou continuar e vou estudar pra me aposentar com um salário melhor, né? “foi aí que a gente fez e mandei o pé!”

Pesquisadora.: e a senhora tem colegas da época que faziam junto com a senhora, a senhora lembra? Que trabalhavam e faziam faculdade?

Sra. Joany: olha, que trabalha comigo, eu lembro umas tantas, mas que fazia faculdade... até tinham algumas que faziam, não que trabalhavam comigo, mas eram, assim, da cidade, moravam aqui e faziam a mesma coisa que a gente fazia e eu acho que até hoje tem, né? Então, daí tinha e foi assim desenvolvendo cada vez mais essa parte, eu lembro uma vez que eu fui até Juí no Rio Grande do Sul atrás de uma faculdade de pedagogia porque não tinha, sabe? E lá também, parece que lá a gente fazia, fazia trabalho, parece que ia 2 vezes por ano, a cada 6 meses, uma coisa assim, mas depois não deu pra ir não por causa da distância e despesas também... e também, eu tinha meus filhos pequenos e quando eu fosse eu tinha que ficar um mês, eu podia ficar, não sei se era 4 ou 6 meses sem ir, só que daí eu tinha que ficar um mês e esse um mês é que eu não podia por causa do meu trabalho, a escola que eu trabalhava. E daí nessa época eu já estava no Presidente Vargas, não estava mais aqui no Joaquim Murtinho, quer dizer, já estava lá pra frente.

Pesquisadora.: diga-me uma coisa: a senhora lembra alguma coisa que a senhora desse paras as crianças como leitura? Era só o livro escolar mesmo? Vocês recebiam o livro?

Sra. Joany: não, não recebia não. Eu que às vezes tinha aquele “nosso amiguinho”, sabe? Que é uma revista, acho que tem até hoje, né?

Pesquisadora.: já existia a “nosso amiguinho”?

Sra. Joany: não, mas não era no começo, mas depois, quando eu já estava há uns 8 anos trabalhando, aí já tinha, aí eu mesma assinava e levava pra eles, contava aquelas historinhas e depois, essas histórias de... Ah! Essas historinhas que a vida inteira a gente sabe, né? Então a gente se mobilizava e fazia aquilo ali, ou às vezes conseguia livro, assim, que tivesse essas historinhas antigas, sem graça, mas tinha, aí eu só encenava mais um pouco, fazia alguma pra chamar a atenção deles.

Pesquisadora.: mas, o livro didático, tinha? E as crianças recebiam como?

Sra. Joany: tinha, tinha. Acho que era comprado, sabe que eu não me lembro muito bem, mas acho que era comprado. A distribuição de livros veio muito depois, era comprado sim... e os que não conseguiam comprar, eu passava. Usava muito o quadro-negro, eu passava quase

que tudo no quadro-negro porque sempre trabalhei em escola do governo, então nunca teve muito recurso, nunca tinha mesmo. Eu lembro que até giz, essas coisas, a gente tinha que comprar com o dinheiro do bolso da gente porque às vezes não vinha. E então, falavam pra gente que não podia fazer, a gente fazia quase que tudo no quadro-negro.

Pesquisadora.: e a senhora dava aulas de que? Era português?

Sra. Joany: não, nessa época do primário, naquele tempo a gente dava todas as matérias. Depois, quando eu pra Caarapó, que eu fiquei mais 4 anos lá, depois que eu voltei aqui que eu fui pro ginásio. Hoje eu acho que já tem essa distribuição desde a terceira ou quarta serie...mas naquele tempo a gente tinha que dar tudo, mas daí quando eu entrei pro ginásio, que a gente chamava naquela época, aí eu fui dar aulas de artes, educação artística, daí já entrou naquilo que eu gostava, não que eu tivesse a formação, né, mas daí eu fui fazer cursos paralelos, não que me dessem o valor de uma faculdade, mas pra mim poder ficar na área de educação artística e como eram 44 aulas, eu lembro que naquele tempo a gente fazia jogo, a gente dava religião, a gente fazia uma preparação, sabe? Então cobri aqueles horários da gente com outras aulas. Aí veio uma época que tinham aquelas técnicas, técnica industrial, técnica culinária, técnica do lar, aí a gente preenchia também as vagas. A gente era chamado pra um lugar, pra Cuiabá, algum lugar e fazia preparação pra isso e assumia essas aulas. Então foi sempre assim, mas a minha regência era mais educação artística mesmo.

Pesquisadora.: e, no início, quando a senhora dava todas as disciplinas, a senhora falou que lia pras crianças, pegava livros de leitura e lia, tinha alguém que vinha perguntar, alguém da diretoria queria saber que tipo de livro a senhora tava dando ou a senhora dava o que a senhora queria?

Sra. Joany: não.

Pesquisadora.: não tinha nenhum tipo de censura?

Sra. Joany: não, não existiam essas coordenadoras, orientadoras que tem, não tinha. Era só a diretora e a gente, então a gente fazia do jeito que a gente achava melhor. Eu lembro que a gente fazia um diário, que a gente chamava naquele tempo, e aquilo lá a gente discutia às vezes, entre as outras que davam as mesmas séries da gente, então apanhava uma da outra alguma coisa, assim, e ia trabalhando, depois que começou a vim as orientações, aí vinha gente de Cuiabá mesmo repassar pra gente alguma coisa. No começo, começo, não. Eu lembro que no, comecinho, primeira ano que dei aula, eu saía da minha casa e ia dar aula, ia ensinar conta, ensinar o verbo, ensinava essas coisinhas assim, mas não tinha nenhuma programação.

Pesquisadora.: e na época que a senhora estudava, na sua escola, a senhora lembra e ter alguma diferenciação, os livros que eram oferecidos, a sua escola podia pegar qualquer livro na biblioteca? Tinha biblioteca na escola em que a senhora estudava?

Sra. Joany: não, não tinha. Eu estudava no Erasmo Braga.

Pesquisadora.: esses livros que a senhora falou que leu, eles vinham da onde? Esses que a senhora leu quando adolescente.

Sra. Joany: eu não me lembro, eu acredito que, tinha um casal de irmãos que foram estudar fora, como aqui não tinha estudo, a minha mãe mandou, eles tinham parentes no Rio de Janeiro, tinha coisa lá, eu acredito que, não tenho certeza, mas eu acho que foram eles que

trouxeram pra gente. Porque eu lembro que historinha assim, que depois eu usava pra mim já dar aula, era livros que eu guardei quando eu era criança, que tinha um tia minha do Rio que ia dar um presente pra gente, eles eram fabricados até em tecido, sabe? É uma pena que eu não tenha, porque sujou, desbotou e a gente jogou fora. Mas eu lembro que tinha histórias da Carochinha e era tudo em tecido e aquilo pra ler, então, esses livros, eu lembro muito bem que vieram de lá, então eu acredito que esses outros que eu li também foram deles que vieram, estudavam lá, sabe?

Pesquisadora.: e os seus irmãos foram estudar lá? Os irmãos homens.

Sra. Joany: não, tinha uma irmã mulher e outro homem, os dois mais velhos.

Pesquisadora.: e a senhora não quis ir ou seus pais que não puderam te mandar?

Sra. Joany: não, é que na minha época já tinha aqui, tanto é que eu fui fazer o magistério.

Pesquisadora.: ah, então eles não foram porque não tinha aqui?

Sra. Joany: não tinha nem segundo grau quando eles foram. Eles terminaram a quinta série, que fazia até a quinta naquele tempo, não, terminaram a oitava série. Que era dividido diferente de hoje: era da primeira a quinta série, não do primeiro ao quinto ano, depois da primeira série a oitava série, então ali ficava, era uns nove anos. Depois dessa oitava série é que não tinha, o segundo grau.

Pesquisadora.: ah, então eles foram pra fora por causa disso?

Sra. Joany: é, então, esses livros eu tenho quase certeza que foi assim, porque eu tava com a minha mãe, então acredito que foi de lá que veio.

Pesquisadora.: não tinha biblioteca nem na escola, nada? A senhora não lembra?

Sra. Joany: não, nos tempos que eu estudava, não. Nos tempos de ginásio já tinha, no tempo de primário não, que eu estudei também no Joaquim Murtinho.

Pesquisadora.: e no ginásio, a senhora estudou no Joaquim Murtinho?

Sra. Joany: não, meu ginásio foi no Osvaldo Cruz.

Pesquisadora.: no Joaquim Murtinho então a senhora estudou na época do magistério?

Sra. Joany: não, isso já era na época da, se não me engano eu entrei na segunda...como que era?... o primário, que a gente falava, segundo ano do primário, aí depois, aí até o terceiro, quarto, não, acho que eu fiquei até o quarto ano ali.

Pesquisadora.: aí a senhora foi pro Erasmo Braga?

Sra. Joany: deixa eu me lembrar... não, fui pro Osvaldo Cruz, no Erasmo Braga eu fiz o magistério só. Quando eu terminei a oitava série no Osvaldo Cruz, aí que eu fui pro Imaculada, que era uma chácara, a gente atravessava o mato pra chegar lá onde é hoje, então tinha algumas matérias, 2 matérias a gente fazia aqui na Igreja Matriz que eram os padres que davam, era latim...

Pesquisadora.: mas o magistério então a senhora fez no Imaculada?

Sra. Joany: é, no Imaculada.

Pesquisadora.: no Erasmo Braga senhora fez o que? Só o primário?

Sra. Joany: não, uma parte do primário eu fiz no Joaquim Pesquisadoraurtinho.

Pesquisadora.: então a senhora fez em duas escolas?

Sra. Joany: é, em duas escolas.

Pesquisadora.: no Imaculada que a senhora fez o magistério?

Sra. Joany: é. E quando eu entrei no primeiro ano, a gente era pequeno, a minha mãe trazia da fazenda e ela tinha mais confiança no Erasmo Braga, que eles falavam naquele tempo que os americanos que tomavam conta, vinha de lá, porque era uma escola evangélica e então, daí por causa de segurança da gente. Ai já no terceiro, segundo ou terceiro ano ela já passou a gente pro Joaquim Murtinho.

Pesquisadora.: a senhora vinha da fazenda, mas morava na escola ou não? Dormia aqui?

Sra. Joany: não, voltava e dormia na fazenda todo dia, que era pertinho também, dava 14km daqui, então a gente ia e voltava.

Pesquisadora.: e no ginásio, no ginásio não, no magistério, estudavam meninos e meninas?

Sra. Joany: na minha turma só tinha mulher, mas eu acho que não era proibido não, é que naquele tempo achavam que professor tinha que ser mulher, não tinha, não me lembro de professor homem quando eu comecei a dar aulas, sabe? Depois, no ginásio, sim. Que até nós éramos 8, só.

Pesquisadora.: e, na época, no Imaculada tinha biblioteca?

Sra. Joany: no Imaculada tinha. Tinha um cantinho lá que falavam que era biblioteca, com uns pouquinhos livros, mas já tinha, já começaram a ter alguma coisa.

Pesquisadora.: e a senhora lembra de ir lá pegar algum livro, alguma coisa?

Sra. Joany: a gente quando tava na aula ali, por ali mesmo. Porque ai eu já dava aula também, então não tinha mais muito tempo. Eu ia de manhã na escola e dava aulas de tarde aqui. Então não tinha tempo de... a gente era criança... e naquele tempo a gente não pegava muito pra pesquisa, pras coisas assim fazia na aula, então, a não ser assim, quando tinha semana santa, que era uma semana comprida, que naquele tempo guardavam mais, aí a gente trazia alguns livros pra gente fazer algum trabalho, alguma coisa em casa. Mas não que eu fosse lá pegar, não... eu nem sei se funcionava assim... de ir lá, retirar, sabe? Eu acho que era pro uso ali de quem estudava, que era tudo muito pouquinho, minha turma era de 8 só...tanto é que todas nós começamos a dar aula porque não tinha professor. Foram lá dentro da escola lá pedirem permissão pra gente dar aula, porque era tudo menor de idade, né? E a gente tinha até, meio que uma brincadeira, uma coisa assim...professora...professora (risos)

Pesquisadora.: e já ia ganhar um salário, né?

Sra. Joany: eu lembro que naquele tempo até o pagamento da gente já vinha na própria escola. Chegava dia 28, dia 30 de cada mês vinha diretora e falava: “ta aqui o seu dinheiro, o seu dinheiro, o seu dinheiro” depois passou pra tesouraria, a gente recebia na tesouraria... pra banco foi bem depois, como que muda, né? E, você sabe que a gente não para pra pensar,

né? Voltando, assim, quando tem uma coisa assim que a gente volta tudo. Mas tem coisa que fica meio esquecida mesmo, a mudança foi muito grande, muito grande...

Entrevista Sra. Eneida

Sra. Eneida: Comecei no Joaquim Murtinho era 67... não lembro se era 67 ou 68, o meio aí eu não sei. E naquele tempo, pra mim, o ensino, o aluno não tinha esse pré-preparo, somente me escola pública, o aluno vinha cru, nem sabia pegar em lápis, não tinha noção, uma disciplina muito rígida em casa, uma disciplina muito rígida na escola, os dois caminhavam juntos, que até hoje eu to num sistema meio rígido, mas na minha opinião, o saber estava além daquela época, então um aluno meu... Só um ano que eu fiz alfabetização e eu consegui alfabetizar alunos com 5 anos de idade, hoje acontece por causa da globalização, de tudo que é coisa. Naquele tempo, que não existia televisão em Dourados, que Dourados teve televisão em 1970. Eu lembro que na nossa rua, minha mãe foi a primeira que adquiriu no tempo da copa, famosa copa de 70. Então, não tinha televisão, só tinha um radio, não havia meio, biblioteca não existia pública, que eu lembre não tinha, tinha pessoas como intelectuais que tinham em casa, suas bibliotecas, aquele negocio todinho. A escola tinha aquela miséria, livrinhos, aquele negócio todo. Eu lembro que um dos livros que eu, na 2ª série, no caso, que eu já estava alfabetizando: “Meu pé de laranja lima”, era o livro que eu ...ate presenciei, ate hoje, já quantos anos isso e ele não esquece que o 1º livro que ele leu na vida dele foi esse. Então, não existia, então existia o que? Ensinar a ler e a escrever, mas o básico era bem dado. Os alunos de 2º ano faziam contas de dividir, de divisão com 3 numeros na chave. E não era dessa que pega uma folha, então era memória, não sei como você aprendeu, como você aprendeu?

Pesquisadora: Também era de memória e eu tinha que saber tabuada.

Sra. Eneida: Exatamente. E a tabuada, eu ensinava o seguinte, Márcia: soma do numero, já naquela época que eu fiz um magistério muito bem feito em Presidente Prudente. Tanto que quando eu comecei a dar aulas aqui, eu comecei não tinha 18 anos, que eu terminei o magistério com 17 ... e o meu método era totalmente diferente dos que estavam aqui, que o pessoal que estava aqui, muitas vezes não tinha nem cursado o magistério. Tinha feito ate a sétima ou oitava serie e já davam aula, então eu era recriminada por isso, porque achavam que não e daí, em Setembro os alunos já estavam lendo. E, eu ensinava a eles que a multiplicação é a soma daquele numero: $1 \times 3 = 3$; $2 \times 3 = 6$; $3 + 3 = 6$; $6 + 3 = 9$. então eles aprendiam e eles nunca erravam, quando eles paravam naquilo lá, eles sabiam que somando... $7 \times 7 = 49$; $7 \times 8 = 49 + 7$, você entendeu como que era? então eles não...eles elaboravam probleminha de assim: ganhou, aumentou; vendeu, diminuiu. Soma, subtração, divisão, eles elaboravam na 2ª serie. Então eu acho, na minha opinião, não sei, quantos anos que eu já parei, não fiquei muito tempo no ensino primário, eu fui ser professora de historia.

Pesquisadora: a senhora fez faculdade de história?

Sra. Eneida: eu tava no Joaquim Murtinho, tinha 18 anos, tinha um ano só que tava lecionando, uma ex-professora, que deu aula pra mim ate a 8ª serie, faltou uma noite no Presidente Vargas e ela me chamou pra substituir. Então naquele tempo, o estudo noturno não podia estudar menor de idade, só de 18 pra cima, então era mais nova, muitas vezes, que maioria da sala de aula. Então, eu tinha a base do magistério, mas na verdade, o que eu fiz, pegava 5, 6 livros e estudava. O mesmo método que eu aprendi no primeiro dia de aula, pra

mim expor a minha aula, eu terminei, me aposentei com 26 anos dentro as sala de aula. Hoje eu sei...você ta onde? Em que faculdade?

Pesquisadora: eu estou na federal, eu faço mestrado lá, mas eu sou professora do município, eu dou aula em CEIM, eu dou aulas pra Educação infantil.

Sra. Eneida: então, eu já sei como ta hoje...

Pesquisadora: eu já dei aula pro quarto ano também, lá no Weimar.

Sra. Eneida: o Weimar Vieira de Matos?

Pesquisadora: o Weymar Gonçalves...

Sra. Eneida: Gonçalves? Foi um grande jornalista aqui, né? E... faça suas perguntas agora...

Pesquisadora: então, a senhora começou...vamos começar da época que a senhora estudava. A senhora falou “meu pé de laranja lima”, que o grande foco da minha pesquisa é o que era oferecido em leitura, em literatura...

Sra. Eneida: não tinha!

Pesquisadora: pois é, os seus pais, eles incentivavam?

Sra. Eneida: não, porque é o seguinte. Eu nasci lá em Presidente Prudente, viemos criança pra cá, meu pai faleceu com 40 anos de idade. Minha mãe casou com 17, meu pai com 18... ela ficou viúva com 39. Naquele tempo, Dourados há 50 anos atrás não tinha como. A única coisa que meu pai fez foi colocar a gente em escola particular. Eu estudei até a terceira série, no caso até o quarto ano no Osvaldo Cruz que hoje é extinto, existia naquele tempo era o seguinte: não tinha... e por sinal ainda é vivo, grande profissional, naquele tempo se estudava latim, ele era meu professor de latim e de português; latim, português e francês.

Pesquisadora: o seu pai trabalhava em que?

Sra. Eneida: meu pai tinha comercio, ele era dono de maquina de beneficiar café, arroz. Mas não porque... ele veio muito novo pra cá, ele teve um filho atrás do outro, somo em 4, lutou pra que... quantos anos você ta aqui em Dourados?

Pesquisadora: eu, há 6 anos...eu Dourados há 6 anos, mas no MS já estou há 18. a gente morou em Campo Grande.

Sra. Eneida: não gosto de Campo Grande.

Pesquisadora: eu gosto de Campo Grande, a minha filha mais nova nasceu lá.

Sra. Eneida: as minhas amigas todas foram pra CG, mas eu não gosto.

Pesquisadora: mas gostei muito de Dourados também, eu gosto muito daqui.

Sra. Eneida: então, naquele tempo, não existia como, você vai fazer... ou é, mesmo professor de português, de literatura, literatura vai existir depois, lá no segundo grau, né, que chama literatura. Ninguém incentiva estudar muito, porque os livros, por sinal, não sei, eu tenho mania dar tudo, queria que você visse o tamanho dos livros... aquilo lá era um conteúdo . você vai falar assim: “essa professora é antiquada”, porque até hoje eu não comprei um computador, eu não mexo em computador, não quero saber...entendeu? porque você é o que se aprende, lógico que a leitura ajuda. Depois eu fui ler, no magistério, adorava ler, mas até a

oitava série, não tinha e você também...quando você pegou...quanto tempo faz que você está lecionando?

Pesquisadora: tem 4 anos.

Sra. Eneida: você imagina uns 40 anos atrás, o aluno não sabia o que era um ... a mesma coisa você vê hoje esses países ai, desnutridos, então, eles não sabiam escrever, não tinha merenda escolar, nós moramos sempre aqui. O Joaquim Murtinho é ali, quando ia dando sinal, saía correndo, que tu acha até hoje e não... quantas vezes eu levava lanche pros alunos, porque não tinha o que comer.

Pesquisadora: E a senhora falou do “Meu pé de laranja lima”. Foi o primeiro livro que a senhora lembra de ter lido na infância?

Sra. Eneida: Não, que eu incentivei meus alunos a lerem.

Pesquisadora: Ah, ta, não foi o que a senhora leu?

Sra. Eneida: Não, eu li depois, nem na infância, eu já era adolescente.

Pesquisadora: da infância, a senhora não lembra?

Sra. Eneida: nada, nenhum, nenhum.

Pesquisadora: e, quando a senhora estava no magistério, a senhora lia revista? Tinha alguma revista?

Sra. Eneida: não, revista daqui, no magistério, lá, você era obrigado por um mês, dentro do semestre, alias, não mês, semestre, a dar conta daqueles livros...

Pesquisadora: ai, a senhora lembra de alguns títulos, alguns nomes?

Sra. Eneida: não, lembro de vários, que alias era Jorge Amado, Machado de Assis, José de Alencar, então era esses que a gente lia.

Pesquisadora: mas lia porque era obrigatório pro magistério, fazia parte do currículo?

Sra. Eneida: é, exatamente, ai você gostava, você aprendia a gostar, você entendeu? Eu vejo muita reportagem de pessoas que criam bibliotecas e incentivam crianças e eu não sei mexer, não quero saber de computador, mas eu acho que a leitura pra mi ainda é a maior viagem que existe. E , como eu disse ali, eu falo o tempo histórico porque eu sou considerada uma boa e especial professora de historia porque eu fazia interpretação e não decoração. Meus alunos hoje, tem aluno toda área, eu já falei...desde pistoleiro ate juiz eu tenho, eu sou estimada, sou respeitada e uns dizem assim: “Hoje eu estou nesse ramo por causa de você”.

Pesquisadora: a senhora deu aula de historia em que colégio?

Sra. Eneida: no Presidente Vargas, dei no Imaculada no começo, antes de fazer faculdade, comecei lá substituindo historiam ai eu fui fazer o CADIS (?), fiquei um mês em Campo Grande, por sinal, fazer o CADIS porque não tinha faculdade aqui e naquela escola, como é que chama? Lá em cima, acho que é o nome de uma mulher, em Campo Grande.

Pesquisadora: ai lá, no caso, a senhora fez história?

Sra. Eneida: historia, historia...era o seguinte, Márcia, o CADIS quem não tinha era obrigado a ter, quem não tinha CADIS perdia aula. Ai ficou cada um dentro da sua área, um

matemática, outro desenho, um geografia, outro historia, você ficava um mês cursando as 4 series: quinta, sexta, sétima e oitava serie, assim o professor expondo, falando mais ou menos assim por cima aquele assunto. Depois de um mês de frequência de aula, você tinha uma prova escrita com todo conteúdo dos 4 anos, você passava na escrita no mesmo dia que era sorteado o conteúdo oral que você ia expor. Você tirava da quinta a oitava serie o que caia, no outro dia de manha você tinha que estar a par daquele assunto, o meu, eu lembro direitinho que caiu “Egito”, já em um nível mais elevado, historia geral e vinha banca do MEC pra te analisar, então você.. eles sentavam ali, começava a aula e eles davam um prazo, se a aula era boa, eles deixavam deslancar, se era ruim, eles cortavam, se era boa demais, então, tava lá a banca, você tinha que fazer a ficha, preparar a aula, como se fosse dar uma aula mesmo, todos os passos, o plano de aula, tudo certinho...se fosse por mapa no quadro...tudo você tinha que ter no planinho de aula, você amanheceu trabalhando nisso e no outro dia tinha que por palito no olho pra dar aulas estavam todos, a professora ultima nossa, acho que era Maisa, Márcia, uma coisa assim, junto, ela assistia também e chamava e daí...ah! eu não vou esquecer nunca que eu falei assim: “O fim do antigo império foi a queda do feudalismo” quando eu falei isso, um da banca falou assim: “O que quer dizer feudalismo mesmo, professora?” e eu sabia o que era feudalismo? Não sabia. Ai, na hora, eu disse assim, “Maisa – acho que era Maisa – na aula anterior, nós falamos sobre esse assunto, o que é mesmo feudalismo? Vamos ver se você aprendeu...”. ela respondeu, aí a banca: “Sua aula está encerrada” . Falei: reprovei! Putz grilo, reprovei! Acabei com minha vida agora! Peguei minhas coisinhas... e eu sempre fui muito dada, muito alegre, ajudava porque eu conhecia mais do conteúdo do que aqueles que estavam lá...pra ajudar eles...nao quis nem saber, a professora falou assim: “Olha, o pessoal te elogiou, porque a esperteza sua foi tanta, que voce vai ser uma especial professora, profissional...”. eles perceberam a minha rapidez, então eu ia sempre sair em qualquer situação. Me deram 9,8 , só não me deram 10, acho que porque eu tava sem guarda-pó e era obrigado a ter guarda-pó, fechei com média assim, sabe? Então, você vê...a leitura fez falta? Fez. Mas quem quer is pra frente, Márcia, você vai de qualquer jeito. Porque aqui não tinha nada na época. Naquele tempo, a capital era Cuiabá, não era dividido ainda, então tudo era muito difícil aqui, você tinha o quadro, o giz e quando eu dava historia nem alguns mapas não tinham, você era obrigado a desenhar por conta própria. Então, eu acho que hoje o que falta, na minha maneira de pensar, é o profissional ser melhor, porque os recursos são ótimos, mas o que ta faltando é o profissional... porque hoje os recursos são ótimos e o profissional ta falhando. O que antigamente não tinha, você se desdobrava, olha... saíam alunos nossos daqui do bairro, falo mais aqui do Joaquim Murtinho, era por vaga depois, que era uma disputa assim, prestava vestibular, não tinham nem cursinho e passavam. Hoje tem vários ai que estão lá na Federal dando aulas, professor de colegial de matemática, de português, a Vera Lucci, o João Folini, tudo que eram nossos colegas estão hoje na Federal...

Pesquisadora: e nesse período em que a senhora estava no magistério, a senhora não se lembra assim nem de nome de revistas?

Sra. Eneida: tinha, lia “O Cruzeiro”, que era a revista do momento, não sei se já te explicaram já...as revistas assim “Contigo”.

Pesquisadora: já existia “Contigo”?

Sra. Eneida: “Contigo” já...quem era mais de revista assim era minha irmã, daqui a pouco ela vai chegar, ela aposentou no Joaquim Murtinho. Ela aposentou, hoje ela é dona da rádio de

Ponta Porã, o marido dela era...junto com seu Jorge Antonio, o sogro dela era o Jorge Antonio, Jorjão, aquele que foi prefeito daqui, daí ela aposentou no Joaquim Murtinho.

Pesquisadora: e ela começou em que ano, a senhora sabe?

Sra. Eneida: ela era mais nova do que eu, mas reprovou, ela começou um ano ou dois anos depois de mim, não me lembro direito. Eu estudava em Prudente e ela ficou, foi nesse período que meu pai faleceu, aí eu voltei, eu não viria pra cá. Desde de lá do magistério, todos os professores queriam que eu fizesse psicologia, essa área, aqui no CEUD, que antigamente era CEUD, meus professores tudo queriam que eu fosse fazer psicologia. Eu tive o Kiochi de professor de psicologia, esses dias eu encontrei ele, Kiochi, não sei se ouviu falar do Kiochi, foi até reitor. O Kiochi quando eu fui fazer...porque eu fiz estudos sociais e depois fiz historia, primeiro foi estudos sociais, né? Não tinha historia, depois que teve. Porque lá, ate no tempo que nós estudávamos o troço já era pesado, eu já lecionava, eu já tinha feito uma faculdade, na segunda faculdade fizeram eu estagiar, foi a maior briga, porque não era necessário eu fazer estagio, expor aula, aquele negocio todo. Eu não esqueço disso ... que o Kiochi, a Lores, você deve ter ouvido falar na Dra Lores, então, ela também foi minha professora. Quando o Kiochi ficou sentou no fundo da sala, eu falei: “Ixi, hoje...”. Quando eu fiquei sabendo...o CEUD inteiro estava... ele me deu 10 de exposição...pra mim foi o maior premio do mundo. Lógico, eu acho que se a criança começar a ler, vai acabar todos: droga, vai acabar roubo, vai acabar tudo

Pesquisadora: e a senhora incentivava os seus alunos a ler? A senhora falou que no Joaquim Murtinho a senhora incentivava a leitura do “Meu pé de laranja lima”...e a senhora dava pra que série?

Sra. Eneida: é, “Meu pé de laranja lima” 2º ano...

Pesquisadora: e lecionava que disciplinas?

Sra. Eneida: não, naquele tempo a gente lecionava, é o seguinte: um professor de 1º ano, que seria, naquele tempo não tinha nem maternal, nem prezinho, nem nada, você entrava com 7 anos de idade, ou, muitas vezes conseguia 5, 6...faziam o primeiro ano, iam pro 2º, 3º e 4º, cada professor na sua área. Eu lecionei um ano só no primeiro ano, na alfabetização, depois eu fui pro segundo ano, aí eu fiquei ate me mandarem lá pro Vargas e depois não voltei mais. Aí fui dar aulas pro magistério também, dentro da linha de historia. E você? A sua tese seria qual?

Pesquisadora: então, eu faço mestrado em historia da educação e eu estou pesquisando sobre a história da leitura aqui em Dourados, o que era lido e tal... Aí, o que é que a minha orientadora sugeriu? Que eu vá pegando primeiro o que é que as professoras tem como memória das próprias leituras, do que é que vocês liam de livros, de revistas, o que for...

Sra. Eneida: revista, como eu disse antes, eu não era muito assim.

Pesquisadora: o seu pai e a sua mãe incentivavam?

Sra. Eneida: não, não tinha tempo, Márcia...

Pesquisadora: mas também ano proibiam? Eles não chegavam e falavam: “O que é que você está lendo, menina?”

Sra. Eneida: não, a minha irmã, ele proibia aquela historia em quadrinhos...

Pesquisadora: aquelas fotonovelas?

Sra. Eneida: fotonovela...e deixava de fazer o serviço, as coisas e de estudar.

Pesquisadora: então não porque ele não queria que ela lesse aquilo?

Sra. Eneida: Não, é porque é a mesma coisa você por o seu filho na frente do computador e esquecer do mundo. Viu como que é a história? Então, é isso daí. Eu sou uma pessoa revolucionária por natureza. Aonde eu vejo que alguma coisa está errada, ninguém me segura, você entendeu? O que eu vejo...eu chego numa loja, o gerente vem me atender, eu chego no mercado, o gerente vem me atender, porque eu sou inquieta, impossível e eu sou franca e eu falo, sabe, é um negocio...se eu achar o papel que me fizeram quando me aposentei você veria...as coordenadoras e as diretoras escreveram certinho, do jeito que eu sou, eu modifico aquilo que eu não gosto...então eu acho que a situação que nós temos...hoje, os pais tem recursos, eu analiso os Estados Unidos que serviu de espelho porque você vê o que esse povo, chega lá, mata...eu não sou socialista, nem comunista, nem nada...mas visando só o capital, o que fazem? Deixam os filhos! Antigamente era pra por o que comer, sobreviver, ter uma residência...então o que a criança, na minha cabeça, tem? Vai ser incentivada à leitura? Vai, vai ser incentivada, mas tem que saber dividir... Tudo que é demais também é prejudicial, eu acho...tem um período, assim, é bom incentivar. O que a televisão poderia, agora de vez em quando aparece...mostrar a leitura...em vez de ficar fazendo papelada, distribuir, eu vi um local, que estava distribuindo livros na rua, não sei se era no nordeste, o cara pegou vários livros, vários romances e ele dando pras pessoas, a pessoa recebeu aquilo, por curiosidade, você vai ler...se você nunca leu, você vai ler...então é isso que, na minha cabeça, naquele tempo não tinha, aqui não tinha nada...

Pesquisadora: e não tinha biblioteca nas escolas?

Sra. Eneida: não, que eu me lembre não tinha...porque você tinha a sua obrigação, Márcia, como profissional, principalmente eu, que era uma criança, você entrava e você tinha a obrigação de aprovar aquele aluno, eu já prestei concurso e depois passei, tava segura, mas tinha que ter uma percentagem de aluno aprovado, senão seria considerada uma pessoa incapaz, no caso, era analisado dessa maneira...

Pesquisadora: e o seu magistério foi feito em Prudente. E lá, tinha muitos meninos na sua turma?

Sra. Eneida: isso, em Prudente. Ah, era o colégio maior que existia e tinha homens...na minha sala não, na minha sala eu lembro que não tinha...porque naquele tempo era o seguinte...

Pesquisadora: era sala só de meninas?

Sra. Eneida: não, pela sua idade, você não vai saber essas coisas não, não te falaram...eu queria ser professora, eu fazia magistério. Eu queria ser engenheiro, médico e tal, eu fazia científico. Eu queria fazer direito, eu fazia clássico. São 3 divisões do segundo grau. Era assim, você ficava especialista dentro daquela área, entendeu? Então, a maioria dos rapazes eram do científico ou clássico, você entendeu? Então, no magistério era um ou outro, não tinha quase, era pouco, porque não tinha. Tinha...na minha sala não tinha nenhum.

Pesquisadora: e nem nessa escola, a senhora lembra de ter biblioteca?

Sra. Eneida: não, tinha. Nossa, essa escola, você conhece Presidente Prudente? Em Presidente Prudente, o meu colégio era o seguinte, meu colégio Cristo Rei, seria o Imaculada aqui...então o Cristo Rei ficava aqui, aqui a Rua Washington Luis, a praça central, a Catedral aqui, você descia aqui, o meu colégio pegava 2 quadras, você entendeu? E era um estrangeiro, por sinal, era o Crisan, que era Frances, era o diretor...era um colégio assim...pra você entrar, eu fiz tipo um vestibular, sabe? Pra ser aceito, senão você não entrava lá...

Pesquisadora: e era particular ?

Sra. Eneida: não, publico!

Pesquisadora: e aí, lá nessa biblioteca, o que vocês podiam ler? Não tinha nada proibido, assim, dizendo: “Essa turma pode ler isso, essa turma pode ler isso”?

Sra. Eneida: não, não. Era o seguinte, o professor dizia assim: “Vamos fazer um trabalho sobre *Iracema* – José de Alencar”. Então todos os alunos tinham que se virar, pegar o romance *Iracema* pra ler sabe? Então, não falava “Vocês vão ler lá”, não tinha isso, não...

Pesquisadora: fora o que ele mandava ler, a senhora lembra de ter ido na biblioteca pegar pra ler por sua conta?

Sra. Eneida: não, mas de jeito nenhum.

Pesquisadora: não tinha tempo ou não tinha incentivo? A senhora não pensava nisso?

Sra. Eneida: não, não pensava. Porque era muita, mas muita coisa que a gente tinha pra estudar. Você imagina...não esqueço que a gente tinha que pintar uma cartilha “Onde está o patinho?” (risos). O patinho tinha que ser amarelo claro e era quase roxo escuro, você tinha que desenhar toda a cartilha em papel cartolina e fazer.

Pesquisadora: pra aprender a desenhar?

Sra. Eneida: desenho nem é tudo, a gente tinha música...

Pesquisadora: e a caligrafia, tinha que ser perfeita, né?

Sra. Eneida: é, só que a minha não é muito assim, porque eu sou muito agitada, acabo sempre...quando era obrigada eu fazia bastante. Uma das coisas que eu não esqueço, que o professor de psicologia me ensinou, depois eu vi com os meus alunos a troca de letras. Eu trocava o “d” pelo “t”, ou cortava o “d”. eu sempre fui muito boa em psicologia, eu ia ganhar 10...o professor me deu 6 ou 5, nunca mais eu troquei. Eu tinha aluno que trocava o “f” pelo “v” aqui. Então, essas coisas assim eu lembro muito bem. Mas não houve...houve assim, eu vi aqui no Vargas, quando eu fui, tinha e temos excelentes profissionais na área de literatura, a Filomena, por sinal, era a mais temida de todos, essa exigia que os alunos lessem. Eu fiz o magistério, não sei se você já ouviu falar na Nilcéia Taco...ela fez o magistério uma não depois de mim, é uma das melhores professoras de português daqui. Mas ninguém, Márcia, ninguém incentivava não. Eu vejo meus sobrinhos que fazem no SEL...a Claudia que é nora da dona lá, da Ezir, a Claudia é minha amiga, quando eu vejo a Claudia é a maior alegria, porque eu era impossível e brincava com todo mundo. Quando eu me aposentei, quase morreram de chorar, porque acabou a alegria deles e sou brava...e eu não vejo meus sobrinhos-netos, não vejo eles falarem que estão lendo, não vejo...agora com essa historia de computador, então...eu, se fosse daqui há uns tempos, é porque eu cuido da minha mãe...então como que eu vou ter tempo de mexer no

computador, o computador te ocupa o tempo todo e do jeito que eu gosto dessa parte de historia, essas coisas, eu ia me enfiar assim que ... mas o que eu li, em compensação, pra expor o meu conteúdo ... eu tenho uma memória que ate hoje, faz anos que eu me aposentei e até hoje eu lembro daquilo que eu falava...e até hoje os alunos me encontram e falam assim: “Mas, eu me lembro da senhora...”. eu sempre lecionei da oitava pra cima, eu nunca...

Pesquisadora: é porque era história, né?

Sra. Eneida: não, mas tem quinta, tem sexta...eu nunca gostei de criança pra lecionar...eu posso escrever um livro sobre adolescentes...eu sou assim, não é por falar, mas eu sou assim admirada...eu vou ver se eu acho uma folha, da minha aposentadoria...

Entrevista Sra. Maria Nélia

Pesquisadora: A senhora vai respondendo com o que a senhora lembra... a senhora fala seu nome completo para mim?

Sra. Maria Nélia: Maria Nélia Gonzaga Vieira.

Pesquisadora: Quantos anos a senhora tem?

Sra. Maria Nélia: sessenta e seis, vou fazer agora em dezembro, dia vinte nove.

Pesquisadora: a senhora nasceu em Dourados?

Sra. Maria Nélia: não, nasci em Maracajú

Pesquisadora: e quando seus pais vieram pra cá, a senhora era pequena?

Sra. Maria Nélia: pra Dourados eu vim com 10 anos.

Pesquisadora: a senhora estudou aqui, estudou fora?

Sra. Maria Nélia: não, eu estudei aqui, com 10 anos, no colégio das irmãs Patronato de menores. Eu não saí daqui pra estudar. O Ensino Fundamental terminava no 5º ano, aí eu fui pro ginásio no Osvaldo Cruz pra fazer o curso ginásial, que seria hoje, a 6ª, 7ª e 8ª série e depois voltei do colégio das irmãs outra vez e aí fui fazer o curso normal, qua seria o magistério hoje, o 2º grau...

Pesquisadora: e essa escola das irmãs seria...

Sra. Maria Nélia: o patronato de menores foi aqui, onde é hoje a igreja São José. Aí começou, o início dela. Em 55.

Pesquisadora: então toda sua vida de escola foi qui em Dourados?

Sra. Maria Nélia: foi aqui em Dourados.

Pesquisadora: seu pai trabalhava no que?

Sra. Maria Nélia: meu pai veio de Minas e casou-se com a minha mãe que era daqui do Mato Grosso do Sul e aí ele era pecuarista e ela do lar.

Pesquisadora: a senhora tem mais irmãos?

Sra. Maria Nélia: tenho duas irmãs, são três mulheres.

Pesquisadora: a senhora, depois que fez o magistério, foi direto trabalhar no Joaquim Murtinho?

Sra. Maria Nélia: é, foi, fui trabalhar no Joaquim Murtinho.

Pesquisadora: com quantos anos?

Sra. Maria Nélia: eu tinha 18 anos.

Pesquisadora: e a senhora dava aula pra qual série? A senhora lembra?

Sra. Maria Nélia: 4º e 5º ano. 4º anos era uma professora só pra todas as disciplinas. E no 5º ano a gente dividia: 2 matérias pra cada professora.

Pesquisadora: a senhora fez faculdade?

Sra. Maria Nélia: não, não fiz faculdade, só fiquei com o magistério. Aí eu me casei, em 70, aí já logo vieram os filhos e aí já não dei mais aula.

Pesquisadora: a senhora deu aula por pouco tempo então?

Sra. Maria Nélia: como professora, não. Parei, optei pelo cuidado com os filhos.

Pesquisadora: a senhora tem quantos filhos?

Sra. Maria Nélia: tivemos 4 filhos.

Pesquisadora: na sua infância, do que a senhora lembra da sua infância, a senhora passou a sua infância não foi aqui, foi em...?

Sra. Maria Nélia: parte da minha infância em Maracajú, até os 10 anos.

Pesquisadora: e a senhora recorda de ver o seu pai ou sua mãe lendo alguma coisa?

Sra. Maria Nélia: meu pai lia muito. Ele tinha quase que uma mini-biblioteca em casa. Ele lia muito.

Pesquisadora: livros?

Sra. Maria Nélia: livros! Coleções de livros. Humberto de Campos, Eça de Queiroz. A cultura dele veio dos livros, porque antigamente não tinha colégio, era uma alfabetização, aprendia um pouquinho de matemática e pronto. O básico ele sabia muito bem, conta, tabuada. Nessas coisas eu era craque e de certo, inteligente, né? Ele percebeu que pela leitura que ele haveria de ter muita cultura e tinha mesmo, se você conversasse com ele, você deduziria que ele teria muito estudo. E ele só tinha o 3º ano primário.

Pesquisadora: e a sua mãe? A senhora lembra...

Sra. Maria Nélia: a minha mãe não era muito de ler não.

Pesquisadora: e ele incentivava vocês a lerem? Vocês tinham livre acesso a essa biblioteca dele?

Sra. Maria Nélia: tinha.

Pesquisadora: não dizia “olha, esses livros qui eu não quero que peguem” ?

Sra. Maria Nélia: não, aquilo ali era herança.

Pesquisadora: então vocês leram bastante? Na infância, na juventude?

Sra. Maria Nélia: não foi bastante, mas lia. Ele assinava muita revista também. Que tudo é cultura, né? Aquela revista “O Cruzeiro”, a “Manchete”, “Seleções”.

Pesquisadora: na época que a senhora era criança?

Sra. Maria Nélia: não, na minha juventude.

Pesquisadora: e enquanto criança?

Sra. Maria Nélia: criança eu só brincava!

Pesquisadora: não lembra de ter contato com livros?

Sra. Maria Nélia: não.

Pesquisadora: só na escola mesmo?

Sra. Maria Nélia: só na escola.

Pesquisadora: e, na juventude, o que a senhora lembra de ter lido?

Sra. Maria Nélia: era esses mesmo, eu gostava muito de Humberto de Campos, as crônicas...

Pesquisadora: e essas revistas que vocês liam eram de que? Eram sobre o que?

Sra. Maria Nélia: era noticiário do Brasil. A “Seleções” era uma seleção do que há de melhor em todo o mundo. Todo relato sobre a história, toda novidade que surgia, a “Seleções” trazia. Era como se fossem pequenas crônicas, hoje não é mais assim...

Pesquisadora: e essa outra... “O Cruzeiro”?

Sra. Maria Nélia: a revista “O Cruzeiro” era como a “Manchete”: noticiário, tudo que estava acontecendo no Brasil e no mundo. Muito melhor do que hoje. Porque hoje você pega uma revista, tem mais propagando, anúncio, do que noticiário.

Pesquisadora: e, a sua juventude, a senhora passou em Dourados? O que a senhora lembra de fazer para se distrair? O que se fazia no final de semana?

Sra. Maria Nélia: cinema.

Pesquisadora: tinha cinema já?

Sra. Maria Nélia: tinha, cinema... baile, clube. Era muito saudável. (risos)

Pesquisadora: Pra dançar mesmo, né?

Sra. Maria Nélia: era, com muito respeito, os rapazes tinham muito respeito. Era diferente... a música, era música muito boa. Era uma diversão sadia, saudável. Era uma convivência muito boa, com os amigos.

Pesquisadora: o cinema e os bailes era o que mais vocês faziam?

Sra. Maria Nélia: festinha na família, churrasco, casamento, batizado, aniversário... a nossa diversão era isso. Fazia nas casas, as brincadeiras, os bailinhos que a gente chamava de brincadeira mesmo, ali a gente ficava até meia-noite, porque começava cedo, sete horas da noite a gente já ia e meia noite já ia dormir também. De vez em quando recebia uma serenata, os rapazes vinham na sua janela...

M: A senhora chegou a receber serenata?

Sra. Maria Nélia: várias! Muito bom, música boa. A música era uma beleza, romântica, né? Porque vivemos a época romântica, dos anos dourados. Nos anos 60, muito bom. Não tinha droga, não tinha prostituição, sexo livre não tinha. A gente se preservava pro casamento, a moça era preparada pra casar, ser dona de casa, ser mãe. A mulher tinha que ser mãe. Toda recatada. A educação que a família passava pras filhas, principalmente. Pros filhos também, porque os rapazes também respeitavam muito a gente. Nenhum rapaz falava de sexo. A gente não recebia nenhum convite pra essas coisas. Era muito bom, podia estar namorando que não surgia esse assunto.

Pesquisadora: Eram outros tempos...

Sra. Maria Nélia: era outra mentalidade. Outra criação. Outra educação. Cade tempo tinha o seu tempo. Aos poucos ia acontecendo, normalmente.

Pesquisadora: e na sua juventude, quanto à leitura, a senhora lembra se a leitura lhe dava prazer, a senhora gostava de pegar livros pra ler ou a senhora lia porque “ah, hoje não tem mais nada pra fazer, vou ler alguma coisa...” ?

Sra. Maria Nélia: não, era muito interessante. Gostava dos romances, porque tinha na época “O Conde de Monte Cristo”, esses romances chamavam muito a atenção da gente, era muito bom, uma leitura muito sadia, muito gostosa.

Pesquisadora: e a senhora podia ler? Seus pais nunca lhe proibiram?

Sra. Maria Nélia: não, não tinha proibição, porque era tudo muito saudável... não tinha. Aí depois é que veio a primeira televisão em Dourados. Seria então no ano de 70, porque eu já estava casada. Porque a televisão é que trouxe muita coisa, eu vejo meus netos assistindo coisas que eu vejo que é principalmente violência e sexo. Então, eu procuro falar com ele, né? Que aquilo não está certo. As novelas era novelas rádio e a gente ouvia muito novela no rádio.

Pesquisadora: e pros seus filhos? O seu marido e a senhora indicavam leitura?

Compravam livros? Como é que era na sua casa, depois que a senhora já era casada?

Sra. Maria Nélia: é, eu sempre tive livros em casa, porque, mesmo porque eu herdei do papai livros e eu tinha porque meu marido também comprou. Barsa, a gente tinha coleção completa, mas eles não se interessavam muito pela leitura eles gostavam muito de ler esses gibis, da Mônica, do Cebolinha.

Pesquisadora: livros a senhora não lembra de vê-los lendo?

Sra. Maria Nélia: não. Só os indicados pelo colégio era obrigatório ler.

Pesquisadora: eram todos homens?

Sra. Maria Nélia: são 4, três homens e uma menina. Então eles liam porque eles tinham que fazer trabalho no colégio, eles eram obrigados a ler. Mas tirar, assim, da prateleira pra ler não. A minha filha não, ela gostava mais de ler, mulher né? a mulher gosta mais de ler. Manino mais de sentar pra tomar tereré, essas coisas.

Pesquisadora: e, na sua época de professora, a senhora lia mais os livros que eram necessários pra senhora trabalhar ou a senhora gostava de ler livros que eram fora disso?

Sra. Maria Nélia: não, eu não tinha muito tempo pra isso, então era mais pra preparação de aula, é, preparava aula estudava também que eu ainda não tinha terminado, eu tinha que corrigir prova, tinha que preparar aula e não tinha muito tempo não, depois eu casei, aí...

Pesquisadora: o magistério, foi a senhora que escolheu ou foi sua mãe?

Sra. Maria Nélia: não, fui eu que escolhi.

Pesquisadora: eles deixaram livre?

Sra. Maria Nélia: deixaram livre. Mas não tinha muita opção, tinha o contador, que eu não queria... então eu fui pro magistério.

Pesquisadora: tinha curso pra contador pra meninas?

Sra. Maria Nélia: tinha. Era livre.

Pesquisadora: e aqui em Dourados já tinha?

Sra. Maria Nélia: lá no Osvaldo Cruz.

Pesquisadora: lá onde a senhora fez magistério?

Sra. Maria Nélia: lá onde eu fiz o curso ginásial.

Pesquisadora: vinha o ginásio primeiro e depois fazia o normal, né?

Sra. Maria Nélia: é, ou contabilidade. Mas eu não me interessei por contabilidade. Aí eu voltei a estudar no colégio das irmãs que já era ali onde é hoje.

Pesquisadora: e hoje, dona Maria, o que é que a senhora lê? O que a senhora se interessa por ler?

Sra. Maria Nélia: hoje eu leio livros que me ajudam espiritualmente. Agora com essa idade, minha filha, você não pensa em outra coisa não. Você tem que se preparar, porque o trem passa e a gente tem que tá com o bernal arrumadinho.

Pesquisadora: a senhora tem uma religião definida?

Sra. Maria Nélia: Católica Apostólica Romana.

Pesquisadora: então agora a senhora lê livros mais direcionados a religião?

Sra. Maria Nélia: aqui: é a Bíblia, a leitura das horas que são tipo catequeses diárias. E eu fiz 22 anos de catecumenato, que é uma evangelização, então abriu o meu interesse por esse lado, me despertou pra esse lado e eu gosto demais de ler porque me ajuda a viver. Agora, por exemplo, tô passando por um tempo muito difícil e já passei também, há 16, 17 anos atrás com a perda do filho mais velho.

Pesquisadora: então, a senhora direcionou a sua leitura? Hoje, o que lhe prende, o que lhe interessa é esse tipo de leitura? A senhora não pega revistas?

Sra. Maria Nélia: ah, eu leio, qualquer coisa que aparece.

Pesquisadora: hoje então a senhora tem mais tempo, né? Não tem nenhum livro assim, fora os livros bíblicos que a senhora falou, não tem nenhum livro que a senhora fale “hoje eu tô lendo tal livro também” ?

Sra. Maria Nélia: eu leio “Seleções”, o que aparecer na minha frente... aquela “Istoé”, “Veja”. Se eu não compro, eu tomo emprestado, ou alguém traz pra mim... leitura é muito bom, né? A gente passeia, você desliga, concentra ali...

Pesquisadora: é o que eu ia perguntas agora: O que é a leitura pra senhora? E a senhora acabou respondendo.

Sra. Maria Nélia: a gente concentra, desliga e esquece e ainda é cultura, né? Porque o que você aprende...

Entrevista Sra. Neuza

Sra. Neuza: Colônia Federal, ali onde é hoje a Casa do Artesão, ali é que começou o Joaquim Murtinho, e depois foi construído lá onde é hoje, e veio inaugurar o colégio o Fernando Corrêa da Costa, que era governador.

Pesquisadora: Era o governador do período?

Sra. Neuza: É.

Pesquisadora: Então... eu queria saber era se a sra. veio para Dourados ou a sra. já nasceu aqui?

Sra. Neuza: Eu sou douradense.

Pesquisadora: E seu pai veio pra cá cedo?

Sra. Neuza: Meu pai é nortista e veio pra cá jovem.

Pesquisadora: Seu pai trabalhava no quê?

Sra. Neuza: Meu pai foi prefeito da cidade.

Pesquisadora: Qual o nome do seu pai?

Sra. Neuza: Antônio de Carvalho.

Pesquisadora: Ele então foi prefeito aqui de Dourados?

Sra. Neuza: É.

Pesquisadora: E na época que a sra. era pequena eles trabalhavam em que?

Sra. Neuza: Meu pai era do Serviço de Proteção aos Índios, que hoje é a FUNAI.

Pesquisadora: Foi depois disso que ele entrou para a política?

Sra. Neuza: Foi, depois ele foi afastado da FUNAI pra ser prefeito.

Pesquisadora: E a sua mãe trabalhava?

Sra. Neuza: Não, ficava em casa com a gente.

Pesquisadora: A sra. tem quantos irmãos?

Sra. Neuza: Nenhum.

Pesquisadora: A sra. é filha única?

Sra. Neuza: É.

Pesquisadora: Na sua infância, na sua adolescência, o que a sra. lembra de ter lido? O que a sra. lembra de livros, de ter tido contato, na sua infância ou juventude?

Sra. Neuza: ...Eu não lembro de nada.

Pesquisadora: De nenhum livro específico?

Sra. Neuza: De nenhum livro específico.

Pesquisadora: Mas a sra. lembra que lia?

Sra. Neuza: Lia, mas não lembro de nenhum. Eu estudei em colégio Anglo Americano, no Rio de Janeiro, então era pra falar inglês corretamente, esqueci tudo!

Pesquisadora: Mas nunca utilizou o inglês?

Sra. Neuza: Não, nunca.

Pesquisadora: A sra. foi pro Rio de Janeiro com quantos anos para estudar?

Sra. Neuza: Uns oito ou dez anos.

Pesquisadora: Era colégio interno?

Sra. Neuza: Era.

Pesquisadora: Devia ser um colégio muito bom, eu sou do Rio de Janeiro, onde fica esse colégio?

Sra. Neuza: Fica em Botafogo, ou ficava.

Pesquisadora: Conheço esse bairro... e aí a sra. voltou pra cá ou fez o magistério no Rio?

Sra. Neuza: Não, eu voltei pra cá, porque eu era muito pequena e chorava muito.

Pesquisadora: Ficou quanto tempo nessa escola?

Sra. Neuza: Fiquei um ano.

Pesquisadora: Ai veio embora e continuou os estudos aqui?

Sra. Neuza: Não, eu fiquei em Lins.

Pesquisadora: E a sua mãe ficava lá também?

Sra. Neuza: Não, fiquei interna em Lins. Aí depois de Lins, eu vim pra Campo Grande, que eram as mesmas irmãs, as mesmas irmãs religiosas do colégio de Lins, também tomavam conta do colégio de Camp Grande, então eu vim para Campo Grande.

Pesquisadora: E o magistério, a sra. fez aonde?

Sra. Neuza: Fiz tudo lá em Campo Grande

Pesquisadora: E depois do magistério é que a sra. veio pra cá?

Sra. Neuza: É isso.

Pesquisadora: E a sra. chegou a fazer faculdade?

Sra. Neuza: Não, naquela época a gente fazia secretariado.

Pesquisadora: E o secretariado era depois do magistério?

Sra. Neuza: Não, era antes, após o ginásio.

Pesquisadora: Então a sra. veio pra cá com o magistério e já começou a lecionar?

Sra. Neuza: É.

Pesquisadora: Com quantos anos a Sra. começou a dar aulas, a sra. lembra?

Sra. Neuza: Uns dezoito, dezenove anos.

Pesquisadora: Lá no Joaquim Murtinho?

Sra. Neuza: Isso, olha, antigamente era muito difícil, porque se houvesse uma eleição e o seu partido perdesse, você era demitida...se o seu partido ganhasse, você voltava pro cargo, era assim. Então, meu pai era político, sogro político, marido era político...

Pesquisadora: Mas a sra. já era casada nessa época?

Sra. Neuza: Com dezoito, não, eu casei com vinte e um anos.

Pesquisadora: Casou nova ainda..,

Sra. Neuza: E na época até que eu casei bem velha, porque todo mundo casava muito jovem.

Pesquisadora: É verdade...aí então nesse período que a sra. deu aula, lia livros por sua conta, ou só lia o que era preciso pra dar aula?

Sra. Neuza: Eu só lia o que era preciso pra dar aula mesmo.

Pesquisadora: A sra. não era muito ligada à leitura?

Sra. Neuza: Não, sempre fui muito preguiçosa.

Pesquisadora: mas a sra. tinha acesso a livros?

Sra. Neuza: Sim, meu marido gostava muito de ler.

Pesquisadora: Era a sra. mesmo que não gostava de ler?

Sra. Neuza: É isso.

Pesquisadora: E na sua infância a sra. tinha algum tipo de biblioteca em casa?

Sra. Neuza: Tinha vários livros.

Pesquisadora: Seu pai tinha?

Sra. Neuza: Tinha sim.

Pesquisadora: E como esses livros chegavam até aqui, a sra. tem noção de como seu pai comprava esses livros?

Sra. Neuza: Geralmente vinham, naquela época a gente chamava de “viajantes”. Vinham viajantes e faziam propagandas de livros, da Barsa, da...tinha uma outra...Britânica, que eu tenho até hoje.

Pesquisadora: Eles eram uma espécie de caixeiro viajante?

Sra. Neuza: É, vendiam livros...

Pesquisadora: Com se chegava a Dourados naquela época?

Sra. Neuza: Só tinha trem até Maracajú.

Pesquisadora: E de lá pra cá se vinha como?

Sra. Neuza: De caminhão, de “jardineira” se chamava...que hoje é o tal do ônibus.

Pesquisadora: E vocês não tinham carro na época?

Sra. Neuza: Meu pai tinha esse caminhão

Pesquisadora: Aí se vinha de Maracajú para cá assim?

Sra. Neuza: É.

Pesquisadora: E quanto à leitura a sra. não lembra de nenhum título de livros, mas e revistas?

Sra. Neuza: O cruzeiro, eu lembro do Cruzeiro.

Pesquisadora: Ah, então revista a sra. lia, não era muito dada a livros, mas revista a sra. lia?

Sra. Neuza: Lia sim.

Pesquisadora: E sobre o que falava essa revista?

Sra. Neuza: Política, moda, de tudo.

Pesquisadora: E na época que a sra. era adolescente e queria ler, o seu pai perguntava o que a sra. estava lendo, não se interessava? Ele incentivava?

Sra. Neuza: Não, ele não se interessava não.

Pesquisadora: E depois de aposentada, a sra. lembra de algum título que gostasse de ler?

Sra. Neuza: Eu não lembro se era..."Meu pé de laranja de lima", é isso?

Pesquisadora: É, tem um livro chamado "Meu pé de laranja lima".

Sra. Neuza: Tem outros, mas são poucos que eu me lembro...

Pesquisadora: A sra. lecionava para que série no Joaquim Murtinho?

Sra. Neuza: Era o curso primário, se eu não me engano...eu lecionei muito tempo para o segundo ano...aí depois eu passei a ser diretora.

Pesquisadora: Ah, a sra. foi diretora de lá?

Sra. Neuza: É.

Pesquisadora: E quanto tempo a sra. trabalhou lá?

Sra. Neuza: Ai....

Pesquisadora: Foi muito tempo? A sra. lembra quantos tinha quando parou?

Sra. Neuza: Eu acho que vinte e um, vinte e dois anos.

Pesquisadora: Quando parou? Foi rápido então?

Sra. Neuza: Isso, porque aí eu fui nomeada pro Oswaldo Cruz, onde eu fui professora de artes.

Pesquisadora: A sra. era formada em artes?

Sra. Neuza: Não.

Pesquisadora: Dava aulas, mas não era formada?

Sra. Neuza: Não.

Pesquisadora: Depois que a sra. saiu do Oswaldo Cruz a sra. não deu mais aula no primário?

Sra. Neuza: Não.

Pesquisadora: E depois a sra. continuou dando aulas de arte?

Sra. Neuza: Não, eu dei aula um tempo só, porque depois fui transferida para a Secretaria da Fazenda.

Pesquisadora: Aí largou de vez as salas de aula?

Sra. Neuza: É, mudou o governo, meu marido que era professor, passou para a Secretaria da Fazenda e eu fui junto.

Pesquisadora: Então, eu agradeço a sra. ter podido me atender hoje D. Neuza, obrigada.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Maria Enéida Zoccolaro, concedo a Marcia Prenda Teixeira, mestranda do Curso de Pós-Graduação em nível Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), para objetivos **somente acadêmicos e educacionais**, a autorização para utilizar o conteúdo da entrevista por mim concedida em seu trabalho de dissertação intitulado: "A mulher como leitora: memórias de professoras/Dourados-MS (1963 -1973)", bem como citar meu nome durante o trabalho, em recortes da entrevista e em artigos que venham a ser feitos relacionados ao mesmo. Autorizo também a utilização de fotos que contenham a minha imagem para o mesmo trabalho. Declaro ter ciência do conteúdo da entrevista com base na transcrição da mesma a mim entregue pela mestranda e de que não receberei nenhum tipo de pagamento por esta participação.

Dourados, 25/02/2011

Local e data

Maria Enéida Zoccolaro
Assinatura

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Eraí Monteiro Almeida, concedo a Marcia Prenda Teixeira, mestranda do Curso de Pós-Graduação em nível Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), para objetivos **somente acadêmicos e educacionais**, a autorização para utilizar o conteúdo da entrevista por mim concedida em seu trabalho de dissertação intitulado: "A mulher como leitora: memórias de professoras/Dourados-MS (1963 -1973)", bem como citar meu nome durante o trabalho, em recortes da entrevista e em artigos que venham a ser feitos relacionados ao mesmo. Autorizo também a utilização de fotos que contenham a minha imagem para o mesmo trabalho. Declaro ter ciência do conteúdo da entrevista com base na transcrição da mesma a mim entregue pela mestranda e de que não receberei nenhum tipo de pagamento por esta participação.

Local e data

Eraí Monteiro Almeida
Assinatura

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Joany Brum de Souza, concedo a Marcia Prenda Teixeira, mestranda do Curso de Pós-Graduação em nível Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), para objetivos **somente acadêmicos e educacionais**, a autorização para utilizar o conteúdo da entrevista por mim concedida em seu trabalho de dissertação intitulado: "A mulher como leitora: memórias de professoras/Dourados-MS (1963 -1973)", bem como citar meu nome durante o trabalho, em recortes da entrevista e em artigos que venham a ser feitos relacionados ao mesmo. Autorizo também a utilização de fotos que contenham a minha imagem para o mesmo trabalho. Declaro ter ciência do conteúdo da entrevista com base na transcrição da mesma a mim entregue pela mestranda e de que não receberei nenhum tipo de pagamento por esta participação.

Dourados, 25/02/2011

Local e data

Joany Brum de Souza

Assinatura

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Neuza Carvalho do Amaral, concedo a Marcia Prenda Teixeira, mestranda do Curso de Pós-Graduação em nível Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), para objetivos **somente acadêmicos e educacionais**, a autorização para utilizar o conteúdo da entrevista por mim concedida em seu trabalho de dissertação intitulado: "A mulher como leitora: memórias de professoras/Dourados-MS (1963 -1973)", bem como citar meu nome durante o trabalho, em recortes da entrevista e em artigos que venham a ser feitos relacionados ao mesmo. Autorizo também a utilização de fotos que contenham a minha imagem para o mesmo trabalho. Declaro ter ciência do conteúdo da entrevista com base na transcrição da mesma a mim entregue pela mestranda e de que não receberei nenhum tipo de pagamento por esta participação.

Dourados (MS), 02/março/2011

Local e data

Neuza Carvalho do Amaral

Assinatura

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Nélia Gonzaga Vieira, concedo a Marcia Prenda Teixeira, mestranda do Curso de Pós-Graduação em nível Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD), para objetivos **somente acadêmicos e educacionais**, a autorização para utilizar o conteúdo da entrevista por mim concedida em seu trabalho de dissertação intitulado: "A mulher como leitora: memórias de professoras/Dourados-MS (1963 -1973)", bem como citar meu nome durante o trabalho, em recortes da entrevista e em artigos que venham a ser feitos relacionados ao mesmo. Autorizo também a utilização de fotos que contenham a minha imagem para o mesmo trabalho. Declaro ter ciência do conteúdo da entrevista com base na transcrição da mesma a mim entregue pela mestranda e de que não receberei nenhum tipo de pagamento por esta participação.

Dourados, 25/02/2011

Local e data

M. N. Vieira

Assinatura



O HOMEM

"Minha filha:

Surpreendeste, há pouco, uma cena mais ou menos desagradável entre tua mãe e eu. Viste-nos irritados ambos, de sobrecenhos carregados, numa atitude absolutamente diferente da que estás habituada, há dezoito anos, a vêr em nós. Sinto que é preciso, — para bem da tranquilidade do teu coração, e da paz de teu espírito, — sinto que é preciso esclarecer-te acêrca do que talvez te haja causado péssima impressão. E, uma vez que vou fazê-lo, chamo a tua atenção de menina que já está pensando em noivado e casamento, para um ponto importante da felicidade conjugal.

Sabes bem, minha filha, como vivemos em perfeita harmonia, tua mãe e eu. Esse perfeito entendimento tem sido, aliás, para mim, inapreciável felicidade, só comparável a essa outra de ser pai de um anjo como tu.

Pois bem: neste tempo todo que já levámos de vida em comum, a que não têm faltado dias de ventura integralmente compartilhada, como outros de dor e sofrimento solidariamente enfrentados, um único motivo tem havido para que entre a minha boa companheira de existência e eu, tenham surgido nuvens de desentendimento. E foi esse motivo, esse mesmo, que nos ronda e nos acompanha há mais ou menos vinte anos, que hoje, mais uma vez, se colocou entre nós, como elemento de discórdia.

Nós homens, minha filha — e que nunca esqueças isso, uma vez que te preparas para um próximo noivado e consequente casamento — temos, às vezes, um insopitável, irrefreável, irreprimível desejo de solidão.

As vezes, sem que cousa alguma o

justifique, estala dentro de nós, avoluma-se e se torna imperioso e decisivo, o desejo de um ainda que pequeno isolamento de alguns minutos, que seja de silencio em volta de nós.

Não é preciso haver motivo. Não se faz mistér que estejamos tristes, ou preocupados, ou doentes. Essa vontade de estar só é um estado de alma sutilíssimo, de difícil, de impossível explicação. Sentimo-la; não a sabemos definir nem justificar..

Se, então, nos é possível, atendemos a êsse apêlo do sub-conciente que se torna imperativo. Conservamo-nos calados, sem expressamente pensar nisto ou naquilo, muitas vezes mesmo sem pensar em cousa alguma. Gozando, sem a nós mesmos saber explicar como o prazer da solidão.

Nesses momentos, como que se refazem dentro de nós as energias. Parece que se vigorizam em nós as forças do espírito, que adquirimos mais clareza, mais tino, mais segurança no pensar e no sentir. Esses instantes de fuga são salutareos, benéficos, e nos causam um bem-estar que poucos podem avaliar. Entre êsses, seguramente, minha filha, tem estado a tua mãezinha... Não a culpo, decerto, e nunca, por isso, lhe quis menos bem ou lhe tive menos amor. Ela, porém, mau grado todos os meus pedidos e conselhos, nunca, na verdade procurou compreender-me e me atender.

Quando, acaso, eu me isolo assim, arrogando-se o direito incontestável de estar ao meu lado — o que é, sem dúvida, uma atitude de carinho... — não respeita a minha fuga, e aparece, e aparece, e aproxima-se, e penetra no mundo de sonho em que tenho alheiado o espírito, e quebra, infalivelmente, o encanto tão necessário dos meus "minutos de solidão".

ANUÁRIO DAS SENHORAS — 1949

E A SOLIDÃO

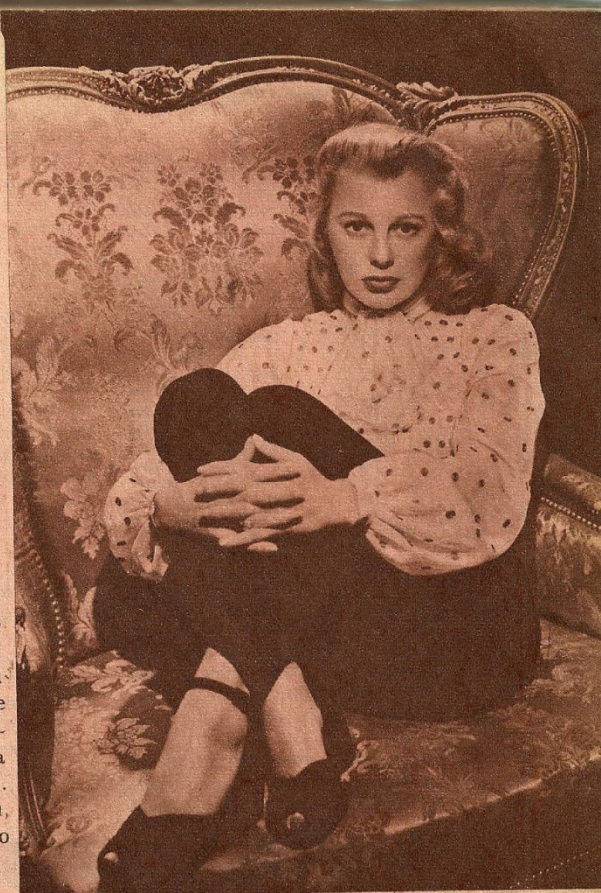
Assim o faz por amor, eu sei. Assim o faz por ternura. Solicita sempre, acostumada a estar sempre ao lado meu, não lhe parece lógico nem aceitável, nem compreensível, que eu me possa sentir bem sózinho, sem ela.

Por mais que eu lhe explique, não aceita nenhuma explicação. Se estou querendo estar só é porque, necessariamente, devo estar triste, ou doente, ou preocupado, e devo dividir com ela a preocupação, o temor da doença ou a angústia da tristeza. Raciocínio ponderável, filha, mas que na realidade não tem base.

Hoje, quando nos viste, estava eu a explicar isso, pela bilionésima vez acaso, a tua mãe. Havia ela destrocado, com uma entrada intempestiva em meu gabinete, uma deliciosa e salutar "ausência" pela qual eu estava verdadeiramente ansiando.

Aí tens, filha querida, a razão de teres visto enrugadas as duas frentes que teus beijos cobrem sempre de felicidade. Não brigámo, está visto.

A própria intenção com que ela veio à minha procura, a solicitude com que me procurou mal deu pela minha au-



Surgiram anjos de desentendimento. (June Allyson - Metro Goldwyn).

sência, não permite que eu me zangue. Apenas a reincidência me contrariou.

E, agora, minha filha, guarda bem este conselho muito amigo, para os dias que virão após teu noivado e casamento: nunca perturbes os intantes de solidão que se conceder, ou que procurar, o homem com quem te cases. Respeita-os, protege-os, e teu marido há de receber como dádiva bendita a tua tolerância com eles. E saberá, sem dúvida, como te agradecer.

Teu pai.

GALVÃO DE QUEIROZ

The poster is a collage of four black and white photographs of actresses. In the top left, Patricia Mead is shown in a close-up, looking slightly to the side with her hands clasped. In the top right, Barbara Hale is smiling, resting her chin on her hand. In the bottom left, Viveca Lindfors is shown in a dramatic pose, wearing a light-colored jacket. In the bottom right, Gloria Graham is shown in a dark, strapless dress, sitting on a large, fluffy white object. A central black box contains the text 'HOLLIWOOD APRESENTA NOVASE LINDAS ESTRELAS' in white capital letters.

Patricia Mead (Warner Bros.)

Barbara Hale — (RKO Rádio)

Gloria Graham (Liberty Films)

Viveca Lindfors (Warner)

**HOLLIWOOD
APRESENTA
NOVASE LINDAS
“ESTRELAS”**

Lençóis ARTÍSTICOS
ALBUM N.º 2



44 páginas coloridas com os mais distintos e artísticos desenhos especiais, para lençóis e fronhas.
Uma coleção primorosa, toda original, para senhoras muito exigentes.
Um álbum verdadeiramente deslumbrante!

Cr\$ 20,00

Roupinhas Do Nene
ALBUM N.º 4



O recém-nascido merece todos os cuidados. Para o seu enoval, este álbum, de preciosos desenhos, oferece criações de conforto e bom-gosto. Detalhadas explicações facilitam a execução de todas as peças do bebê. Legítimo repositório de sugestões para todas as mães.

PREÇO: Cr\$ 20,00

NOVO PONTO de Cruz
ALBUM N.º 4



Um novo álbum apresentado, com as cores próprias, uma interessantíssima variedade de trabalhos pancaux, tapetes, guarnições, aplicações, etc. — desenhos originais e na medida da execução.
Desenhos primorosos, em um álbum do mais belo colorido.

Cr\$ 15,00

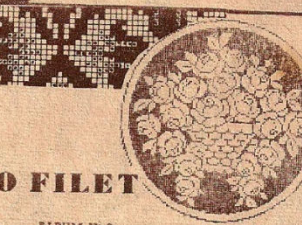
Album para Noivas
ALBUM N.º 5



Das peças de uso pessoal às toalhas de mesa: há de tudo neste deslumbrante repositório, para a perfeita confecção do enoval de casamento. Explicações completas para a execução, 44 páginas de desenhos originais, bonitos e elegantes.

PREÇO: Cr\$ 20,00

O FILET
ALBUM N.º 2



Contém uma rica e variada coleção de motivos para bordas de toalhas de jantar, panos para moveis, centros de mesa, paninhos, barras para toalhas de altar etc., podendo estes modelos serem executados também em CROCHET.

Preço Cr\$ 15,00

O LAR, A MULHER E A CRIANÇA
Album N.º 5



Assim para uso pessoal, como para enfeitar a própria casa e fazer lindas coisas para os filhos, as senhoras encontram, nas 44 páginas deste álbum, desenhos estupendos! Amplas explicações, para a execução, completam esta utilíssima obra.

PREÇO: CR\$ 25,00

Blusas BORDADAS
ALBUM N.º 1



Um novo Album, contendo uma linda e encantadora coleção de blusas bordadas, guarnecidas com os mais sugestivos e modernos desenhos em ponto de sombra, cheio, fantasia e aplicação de cambraia e fustão.

Cr\$ 20,00

EDIÇÕES DA BIBLIOTECA "ARTE DE BORDAR"

ESTES albuns estão à venda em toda a parte. Não os encontrando na sua livraria ou agencia de revistas, peça-os — fazendo a encomenda com a respectiva importancia, ou pelo Reembolso — a S. A. "O MALHO" — R. Senador Dantas, 15-5.º — RIO DE JANEIRO.

A Última Serenata

A última e saudosa serenata
Debaixo da janela dessa ingrata
Que eu não sei si de mim já se esqueceu,
Foi feita numa noite de loucura,
Dentro da mais fantástica moldura
De um sonho de ventura que morreu...

O Céu era um jornal de fantasia:
Cada estrela, no alto, me dizia,
No seu noticiário de esplendor,
Que era inútil meu canto para ela:
Que ela não chegaria na janela
Para ouvir a saudade desse amor...

Ela, porém, surgiu para escutar.
E, fechando no peito o "peignoir",
Olhou a rua e desapareceu...
Não sei si por maldade ou gentileza,
Ela deixou a luz do quarto acêsa
E então um triste suadro apareceu:

Passando pela fresta da janela,
A claridade fez uma aquarêla
Desenhando um xadrez de luz no chão...
E dentro dessa grade azul de fada,
Ficou gritando, louco, na calçada,
Este meu desgraçado coração!

ORESTES BARBOSA





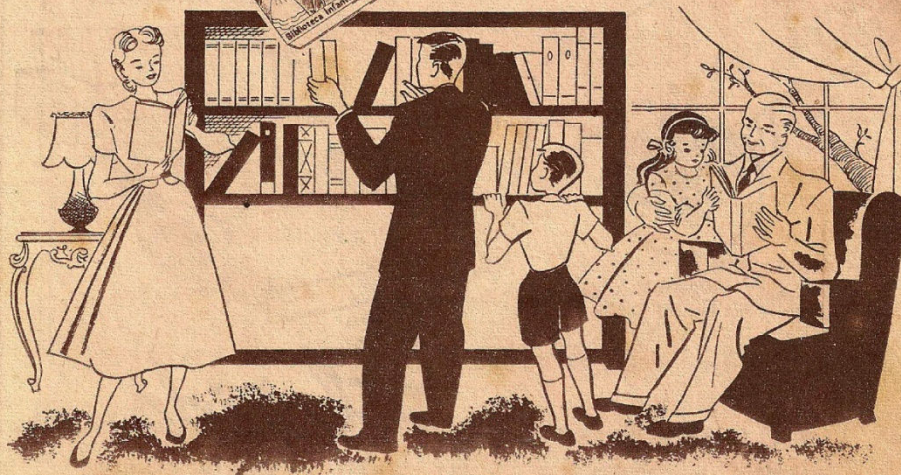
LIVROS que valem ouro!

Quatro novas edições da Biblioteca Infantil d'O Tico-Tico, que vêm acrescer as séries anteriores, que tanto sucesso alcançaram. São seus autores quatro grandes nomes das letras nacionais: os académicos Gustavo Barroso — que escreveu "Fábulas Sertanejas"; Humberto de Campos — cujo único livro para crianças é este "Histórias Maravilhosas"; Osvaldo Orico, autor de "Contos da Mãe Preta", cujas duas anteriores edições se esgotaram completamente — e Josué Montello — escritor laureado, que assina "A cabeça de ouro".

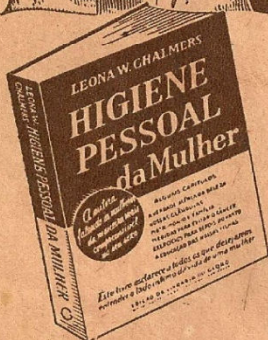
Preço de cada exemplar, em grande formato, ótima encadernação, fartamente ilustrado, capa em lindo colorido: Cr\$ 15,00.

Nas livrarias e na S. A. "O MALHO" - Senador Dantas, 15-5.º - Rio

ATENDEMOS A PEDIDOS PELO
REEMBOLSO POSTAL



de MULHER para MULHER sobre a MULHER



UM LIVRO REVELADOR

Para que a mulher desfrute duma vida normal e sadia, duma felicidade completa, é preciso que mantenha o seu encanto, asseio e sedução. Como conseguiu-lo, eis o objetivo do livro "HIGIENE PESSOAL DA MULHER" — onde são encontradas explicações claras, simples e detalhadas sobre tão delicado assunto. Trata-se dum manual moderno e científico, aprovado pela classe médica norteamericana, escrito pela esposa de um médico, e vivamente recomendado às mulheres que desejam preservar ou recuperar seus encantos naturais.

Cr\$ 25,00

Edição da
EDITORA GLOBO

A venda em todas as Livrarias
ou pelo Reembolso Postal

Agência - Depósito no Rio de Janeiro
Rua Mexico, 128 - 1ª sobre-loja n.º 1

O SEGREDO DA Simpatia

O segredo da simpatia consiste puramente em esquecer-se por completo de si mesmo. As pessoas que dominam pelo carinho são as que se olvidam de si mesmas e só pensam no bem e no prazer que possam proporcionar aos outros. Nenhum adorno corporal ou moral tem mais influência que a simpatia. Na história de França vemos como nenhuma mulher teve mais poder para fascinar que madame Recamier. Os seus retratos provam que não era bonita como as que fascinavam a corte, entretanto, até formosa a chamaram. Ainda mesmo depois de velha, quando teria passado talvez a causa de seu atrativo pessoal, o seu poder de encantamento não havia diminuído. Os escritores da época consultavam-na sobre as suas obras; os pintores pintavam-lhe retratos; os estadistas submetiam-lhe projetos e tudo isso não era devido somente a seu talento, mas ao empenho que ela possuía em servir aos amigos, a fazer-lhes todo o bem que podia.

Era amável, e se interessava pelo bem do próximo. Nada importa a beleza, os predicados, as joias, o talento se uma e outra coisa não se fazem acompanhar de uma simpatia pessoal, de um rosto permanentemente aberto num sorriso, e de um coração bondoso.

BAILARINA OCTOGENÁRIA

Teem-se visto "bailarinas" de três anos, mas de oitenta e quatro, parece que a primeira foi Pauleta Pamies, elemento de destaque do teatro lírico de Barcelona. Entrou para o teatro aos onze anos e nele trabalhou setenta e três. Apesar da idade, era simples, cordial, nervosa e alegre. Seu entusiasmo pelas dansas clássicas fê-la profissional de corpo e alma. Ao mesmo tempo que dansava, lecionava, podendo-se dizer que, nos últimos cinquenta anos de sua vida não houve bailarina em Barcelona que não lhe passasse pelas mãos. Lutou sempre para que a mulher cultivasse a dansa clássica, a que ofereceu toda a sua vida e que considerava o exercício mais belo e mais próprio à sua condição de mulher. Aposentaram-na, como prêmio, aos oitenta e quatro anos. Mas a inatividade foi fatal: faleceu três semanas depois.

A BELEZA E' OBRIGAÇÃO

A mulher tem obrigação de ser bonita. Hoje em dia só é feio quem quer. Essa é a verdade. Os crêmes protetores para a pele se aperfeiçoam dia a dia.

Agora já temos o crême de alface "Brilhante" ultra-concentrado que se caracteriza por sua ação rápida para embranquecer, afinar e refrescar a cutis.

Depois de aplicar este crême observe como a sua cutis ganha um ar de naturalidade encantadora à vista.

A pele que não respira resseca e torna-se horivelmente escura. O Crême de Alface "Brilhante" permite à pele respirar ao mesmo tempo que evita os panos, as manchas e asperezas e a tendência para pigmentação.

O viço, o brilho de uma pele viva e sadia volta a imperar com o uso do Crême de Alface "Brilhante". Experimente-o.

É um produto dos Laboratórios Alvim e Freitas.

ALMOÇO DOMINGUEIRO



GALINHA DE ROUPÃO

Prepara-se uma galinha ensopada com todos os temperos, ficando bem macia. No caldo faz-se um pirão não muito grosso com farinha de trigo, deixando-se esfriar. Passam-se os pedaços de galinha neste pirão, depois em farinha de rosca, ovos batidos e novamente em farinha de rosca.

Fritam-se em gordura quente.

NABOS A CAMPANHA

Descasca-se o nabo e corta-se em rodas; põe-se uma panela com água já fervendo, deixando-se cozinhar com a panela tampada. Estando pronto, escorre-se a água e faz-se um refogado com gordura, cebola, sal com alho e tomate, junta-se aí o nabo; deixa-se tomar um pouco de sabor e serve-se.

MACARRÃO COM PRESUNTO

Duzentas gramas de macarrão, 150 ditas de presunto, 2 colheres (sopa) de manteiga; 6 ge-

mas; 6 claras batidas em neve e 1/2 litro de leite. Pica-se o macarrão já cozido e o presunto, misturando-se a manteiga derretida, as gemas, o leite e as claras. Tempera-se tudo de sal, indo assar em forno quente; em forma untada com manteiga.

MOLHO BRANCO

Um copo de leite, 1 colher (sopa) de farinha de trigo, 1 dita de queijo Parmezon ralado e sal a gosto. Dissolve-se a farinha em um pouco de leite e junta-se ao resto do leite que deve estar fervendo, misturam-se o queijo ralado e o sal. Serve-se este molho bem quente.

PATO COM PURÉ DE MAÇAS

Mata-se de véspera um pato gordo e grande e tempera-se bem. Guardam-se o sangue e os miúdos. No dia seguinte, assa-se o pato no forno depois de bem untado com manteiga. Com os miúdos e o sangue faz-se o seguinte recheio: cozinham-se os miúdos e o sangue e em seguida faz-se um refogado com todos os temperos e um pouco de pimentão; põem-se os miúdos na máquina grossa e pedacinhos de salsichas, 150 grs. de ameixas pretas picadas e sem caroços, um copo de vinho do Porto. Tempera-se a panela e deixa-se durante um quarto de hora no fogo. Na hora de servir mistura-se um pouco de farinha de rosca somente para ligar.

Corta-se o pato, arruma-se ao lado o recheio; serve-se ao mesmo tempo doce ou puré de Maçã, e também salada de alface.

Sempre melhor!



Mais Brilho
COM MENOS TRABALHO